



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE
NA AMAZÔNIA

RUTH PEREIRA DE MELO

**PESQUISA COM SERES HUMANOS: a racionalidade ética do sujeito e as exigências
do objeto nas dissertações do PPGSS/UFAM**

MANAUS –AM

2022

RUTH PEREIRA DE MELO

**PESQUISA COM SERES HUMANOS: a racionalidade ética do sujeito e as exigências
do objeto nas dissertações do PPGSS/UFAM**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

ORIENTADORA: Prof.^a Dra. LUCILENE FERREIRA DE MELO

MANAUS – AM

2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M528p Melo, Ruth Pereira de
Pesquisa com seres humanos: a racionalidade ética do sujeito e as exigências do objeto nas dissertações do PPGSS/UFAM / Ruth Pereira de Melo . 2022
138 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Lucilene Ferreira de Melo
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Conhecimento. 2. Pesquisa com seres humanos. 3. Sujeito-objeto. 4. Racionalidade ética. I. Melo, Lucilene Ferreira de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

RUTH PEREIRA DE MELO

**PESQUISA COM SERES HUMANOS: a racionalidade ética do sujeito e as exigências
do objeto nas dissertações do PPGSS/UFAM**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Aprovado em 28 de abril de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Lucilene Ferreira de Melo – Presidente
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Prof.^a Dra. Lidiany de Lima Cavalcante – Membro Interno
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Prof.^a Dra. Carla Montefusco de Oliveira – Membro Externo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Ao meu pai, Simplício Correia de Melo (*in memoriam*), meu maior incentivador.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus por toda força invisível, mas presente no meu ser em todo o processo de construção deste trabalho;

À minha orientadora, professora doutora Lucilene Ferreira de Melo, por todo acompanhamento fiel e dedicado; não houve uma dúvida sem esclarecimento;

À minha família, nas pessoas, Lise de Melo Oliveira (minha filha) e Maria de Fátima Pereira de Melo (minha mãe), por todo suporte concreto e abstrato;

Ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), nas pessoas que compõem o corpo docente e discente (turma 2020);

Aos membros da banca examinadora por todas contribuições significativas;

À Universidade Federal do Amazonas pela oportunidade de estudos na pós-graduação stricto sensu;

Ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD) que oportunizou o ingresso à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, essa por sua vez, proporcionou conhecimentos significativos através das aulas da Disciplina Introdução à Teoria Marxiana e o método em Marx ministrada pela professora doutora Jane Cruz Prates;

À Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas (FAPEAM) pela concessão de bolsa e auxílio à pesquisa, suporte imprescindível;

À minha pessoa, por acreditar nas possibilidades, por ter foco mesmo com perdas irreparáveis em tempos de pandemia, por confiar que os sonhos da mocidade podem ser concretizados em qualquer tempo, por ter fé e lutar. Por amar o conhecimento, na certeza que, o processo da construção do conhecimento nos permite transformar e nos transformamos.

Gratidão, me define.

Se bem procederes, não é certo que serás aceito? E se não procederes bem, a transgressão jaz à porta, e sobre ti será o seu desejo, mas sobre ele deves dominar. (Gênesis 4:7).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de escolas de Serviço Social
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais
CELATS	Centro Latino Americano de Trabalho Social
CAAE	Certificado de Apresentação e Apreciação Ética
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
GTPs	Grupos Temáticos de Pesquisa
ICHL	Instituto de Ciências Humanas e Letras
IFCHS	Instituto de Filosofia, Ciências Sociais e Humanas
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
MEC	Ministério de Educação e Cultura
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
OMS	Organização Mundial de Saúde
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PPGSS	Programa Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia
PROESP	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFAs Unidade de Formação Acadêmicas

UFAM Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	As duas modalidades do sistema CEP/Conep	63
Figura 2	Linhas de pesquisa do PPGSS/UFAM	68
Figura 3	Tendência temática das dissertações, por palavras, do período de 2017 a 2020	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Dissertações do PPGSS/UFAM produzidas entre 2010 a 2020, distribuídas por área temática dos Grupos de Pesquisa da ABEPSS	71
Gráfico 2	Panorama dos locais estudados	74
Gráfico 3	Pesquisa com seres humanos no PPGSS/UFAM	76
Gráfico 4	Modelo que sustentou a pesquisa	79
Gráfico 5	Método adotado	82
Gráfico 6	Dissertações do PPGSS/UFAM produzidas entre 2017 a 2020, distribuídas por área temática dos Grupos de Pesquisa da ABEPSS	87
Gráfico 7	Principais motivos do sujeito na escolha do tema de pesquisa, distribuídos por categorias.	89
Gráfico 8	Valores éticos dos sujeitos, distribuídos nos princípios fundamentais do profissional de Serviço Social	92
Gráfico 9	Faixa etária dos sujeitos das pesquisas	95
Gráfico 10	Identificação dos sujeitos nas pesquisas	98
Gráfico 11	Profissão dos sujeitos nas pesquisas	99
Gráfico 12	As pesquisas trabalharam com sujeitos pertencentes aos grupos vulneráveis	100
Gráfico 13	Resoluções parâmetros para aplicabilidade da ética na pesquisa com seres humanos	102
Gráfico 14	Versão da aprovação do projeto de pesquisa	104
Gráfico 15	Pareceres emitidos pelo CEP/UFAM no triênio 2018-2020	105
Gráfico 16	Documentos legais encontrados nas dissertações	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Indicadores dos últimos três anos da FAPEAM	54
Quadro 2	Grupos de pesquisa vinculados ao PPGSS/UFAM	69
Quadro 3	Critérios de inclusão e exclusão	76
Quadro 4	Citações que revelam o paradigma que sustenta a racionalidade adotada para produção do conhecimento	79

RESUMO

O estudo aborda o tema pesquisa com seres humanos, com ênfase racionalidade ética, um objeto de estudo centrado na relação entre sujeito e objeto no processo de construção do conhecimento. Na ciência há uma teoria do conhecimento, com três possibilidades tradicionais, a saber: objetivo do conhecimento; o sujeito que conhece e o conhecimento como produto do processo cognitivo entre sujeito e objeto. Não diferentemente, no serviço social conhecer a realidade constitui-se objetivo, mas como se processa a relação sujeito e objeto nas pesquisas sociais? Nesse sentido, este estudo traçou por objetivo geral analisar a relação sujeito e objeto sob o prisma da ética nas pesquisas realizadas com seres humanos por discentes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A partir desse eixo norteador, delineou-se os seguintes objetivos específicos: verificar o panorama das temáticas da pesquisa nas dissertações a fim de perceber a incidência dos debates e a contribuição de assistentes sociais em nível de pós-graduação para sociedade; evidenciar os valores éticos manifestos na escolha do objeto nas dissertações que envolveram pesquisa com seres humanos e identificar as exigências éticas do objeto/seres humanos da pesquisa nas dissertações. Para isso, este trabalho adotou como método o materialismo histórico dialético, construído com base na perspectiva crítica-analítica com uma abordagem metodológica mista, qualitativa e quantitativa. Do ponto de vista dos objetivos do estudo, optou-se pela investigação do tipo de pesquisa exploratória; o tipo de delineamento documental, haja vista que as fontes são as dissertações do PPGSS. Enfim, trata-se de uma pesquisa básica no que concerne à classificação quanto sua natureza. A análise textual de dados foi uma análise de conteúdo, e, os cuidados éticos seguiram aos parâmetros legais do Conselho Nacional de Saúde-CNS, tendo como base a Resolução Nº 466/2012 e a Resolução Nº 510/2016. Desta maneira, os principais resultados desta pesquisa são: a opção pelo método Materialismo Histórico Dialético é significativa nas pesquisas em Serviço Social vislumbradas no PPGSS; as mulheres são as participantes de pesquisa mais frequentes, totalizando 90,5%, revelando que, estuda sobre as mulheres, a despeito de não discutir sobre gênero; 67% das pesquisas são direcionadas exclusivamente aos participantes não vulneráveis; mas em 33% das pesquisas os sujeitos pertencem aos grupos de seres humanos vulneráveis, ressalta-se, as particularidades das populações vulneráveis estão incorporadas nas normativas éticas, mas ainda há invisibilidades desses sujeitos no cotidiano das pesquisas científicas no âmbito acadêmico em relação ao cuidado ético; 33,3%, das dissertações analisadas, além da resolução CNS Nº 466/2012 também se fundamentam em normas éticas estabelecidas na Resolução Nº 510/2016, resolução voltada para Ciências Humanas e Sociais. Por fim, as reflexões críticas tecidas neste estudo apontam algumas lacunas quanto às exigências éticas no PPGSS, contudo, pesquisas riquíssimas no âmbito do serviço social na Amazônia.

Palavras-chave: Conhecimento. Pesquisa com seres humanos. Sujeito-objeto. Racionalidade Ética.

ABSTRACT

The study addresses the topic of research with human beings, with emphasis on ethical rationality, an object of study centered on the relationship between subject and object in the process of knowledge construction. In science there is a theory of knowledge, with three traditional possibilities, namely: objective of knowledge; the subject who knows and knowledge as a product of the cognitive process between subject and object. Not differently, in social work, knowing reality is an objective, but how is the subject and object relationship processed in social research? In this sense, this study has the general objective of analyzing the subject and object relationship from the perspective of ethics in research carried out with human beings by students of the Postgraduate Program in Social Work and Sustainability in the Amazon (PPGSS) of the Federal University of Amazonas (UFAM). Based on this guideline, we outlined the following specific objectives: to verify the panorama of research themes in the dissertations in order to perceive the incidence of debates and the contribution of social workers at the postgraduate level to society; to highlight the ethical values manifested in the choice of the object in the dissertations that involved research with human beings and to identify the ethical requirements of the object/human beings of the research in the dissertations. For this, this work adopted the dialectical historical materialism method, built on the critical-analytical perspective with a mixed, qualitative and quantitative methodological approach. From the point of view of the objectives of the study, we chose to investigate the type of exploratory research; the type of document design, given that the sources are PPGSS dissertations. Finally, it is a basic research regarding the classification as to its nature. The textual analysis of data was a content analysis, and ethical care followed the legal parameters of the National Health Council-CNS, based on Resolution No. 466/2012 and Resolution No. 510/2016. In this way, the main results of this research are: the option for the Dialectical Historical Materialism method is significant in the researches in Social Work glimpsed in the PPGSS; women are the most frequent research participants, totaling 90.5%, revealing that they study women, despite not discussing gender; 67% of surveys are aimed exclusively at non-vulnerable participants; but in 33% of the studies the subjects belong to groups of vulnerable human beings, it is noteworthy that the particularities of vulnerable populations are incorporated in ethical regulations, but there are still invisibilities of these subjects in the daily life of scientific research in the academic field in relation to ethical care ; 33.3% of the dissertations analyzed, in addition to CNS Resolution No. 466/2012, are also based on ethical standards established in Resolution No. 510/2016, a resolution focused on Human and Social Sciences. Finally, the critical reflections made in this study point out some gaps regarding the ethical requirements in the PPGSS, however, very rich research in the scope of social work in the Amazon.

Keywords: Knowledge. Research with humans. Subject-object. Ethical rationality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 A RACIONALIDADE, O PROCESSO DO CONHECIMENTO E A RELAÇÃO SUJEITO E OBJETO.....	19
1.1 O debate sobre racionalidades: considerações iniciais.....	19
1.2 O sujeito no processo de construção do conhecimento na perspectiva ontológica.....	28
1.3 O objeto do conhecimento na perspectiva marxista.....	34
CAPÍTULO 2 A PESQUISA NO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E AMAZONAS.....	40
2.1 O cenário da pesquisa no Brasil e no Amazonas.....	40
2.1.1 <i>Região Norte: o cenário da pesquisa no Amazonas</i>	49
2.2 Ética e suas implicações na pesquisa.....	57
2.3 Panorama das pesquisas do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM.....	67
CAPÍTULO 3 A RACIONALIDADE ÉTICA DO SUJEITO E AS EXIGÊNCIAS DO OBJETO NAS DISSERTAÇÕES DO PPGSS/UFAM.....	75
3.1 Análise da relação sujeito e objeto nas pesquisas com seres humanos.....	75
3.2 Conhecendo as racionalidades éticas implícitas nas dissertações.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS.....	110
APÊNDICES.....	118
ANEXOS.....	128

INTRODUÇÃO

A busca por conhecimento é um objetivo imperativo na comunidade científica. As universidades e os institutos de pesquisas, dentre outros, se configuram como um dos maiores e relevantes espaços na promoção do ato de pesquisar, embora o conhecimento não seja algo restrito à ciência, tampouco, ao único tipo de conhecimento seria o científico.

A ciência sistematiza o conhecimento, mas não é o único tipo de conhecimento, e dentre os tipos de conhecimentos o que os diferenciam é a forma, o método e os instrumentos do ‘conhecer’ (LAKATOS; MARCONI, 2007). Sendo assim, não existe apenas único tipo de conhecimento, conforme Trujillo (1974) existem quatro, o empírico, o filosófico, o religioso e o científico, e cada um possuem características, umas universais, outras particulares e singulares.

Nesta direção, este trabalho aborda o conhecimento científico, um debate centrado no tema pesquisa com seres humanos, uma temática instigante e intrigante. Admite-se, são diversos os motivos que impulsionaram o interesse pelo aprofundamento do estudo desta temática, mas o contato da pesquisadora com a disciplina bioética na docência se sobressai, portanto, escolha correlacionada à trajetória profissional.

Outrossim, os fatos ocorridos na segunda guerra mundial e outros eventos nos levam a refletir sobre os valores que conduziam e os que conduzem à ciência, a importância desses para os pesquisadores e a crítica à neutralidade na ciência.

O objeto de estudo se centraliza na relação entre sujeito e objeto no processo de construção do conhecimento. Para conhecer a realidade objetiva algumas possibilidades são consideradas, o objetivo do conhecimento; o sujeito que conhece e o conhecimento como produto do processo cognitivo (SCHAFF, 1995), numa o objeto é dominante, noutra o sujeito é dominante, e, em outra possibilidade o sujeito e objeto se relacionam interativamente. Nesse sentido, surgiu a questão orientadora do processo de investigação deste estudo, a saber: sendo os objetos (de estudo) das pesquisas seres humanos iguais aos pesquisadores, como se processou a relação sujeito e objeto nas dissertações do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia -PPGSS, tendo como ponto de partida a discussão teórica do sujeito e objeto?

A pesquisa teve como objetivo geral analisar a relação sujeito e objeto sob o prisma da ética nas pesquisas realizadas com seres humanos por discentes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia– PPGSS/UFAM. Para o alcance do objetivo maior foram traçados os seguintes objetivos específicos: verificar o panorama das temáticas de

pesquisas nas dissertações a fim de perceber a incidência dos debates e a contribuição de assistentes sociais em nível de pós-graduação para sociedade; evidenciar os valores éticos manifestos na escolha do objeto nas dissertações que envolveram pesquisa com seres humanos; e identificar as exigências éticas do objeto/seres humanos da pesquisa nas dissertações.

Importa destacar que, o programa de pós-graduação (lócus da pesquisa) entre os programas de pós-graduação na Ufam, é um dos três programas da área de serviço social na região Norte e o único no Amazonas. O PPGSS/UFAM foi criado em agosto de 2007 visando formar recursos humanos voltados para o entendimento da realidade amazônica e para o exercício da atividade da docência de ensino superior, envolvendo ensino, pesquisa e extensão (PPGSS, 2015), e desde então tem contribuído na matéria de serviço social, realizando diversas pesquisas, e, 94% dessas são pesquisas com seres humanos.

Este trabalho optou-se pelo método Materialismo Histórico Dialético, construído com base na perspectiva crítica-analítica com uma abordagem metodológica mista, qualitativa e quantitativa. Do ponto de vista dos objetivos do estudo, optou-se pela investigação do tipo de pesquisa exploratória; o tipo de delineamento é documental, haja vista que as fontes são as dissertações. Por fim, trata-se de uma pesquisa básica no que concerne à classificação quanto sua natureza.

Destarte, a coleta de dados foi dividida em alguns momentos:

1) Catalogação de 100% das dissertações do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, na base digital, isto é, no site <https://ppgss.ufam.edu.br/>, lócus da pesquisa. Tendo como período temporal definido o quadriênio 2017 a 2020, bem como marco de referência a criação da Resolução N.510/2016, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde que dispõe as diretrizes e normas reguladoras para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais; além disso, entende-se que, as dissertações sob essa resolução seriam as produzidas no ano seguinte à sua publicação. Com recorte temporal (2017-2020), o critério inclusão, dissertações com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa que conste no trabalho o CAAE, e, o critério de exclusão, dissertações com pesquisa com seres humanos realizadas fora capital, 21 dissertações constituem a análise deste estudo.

2) Leitura das dissertações e registro qualitativo dos dados, posteriormente, análise dos dados. Foi estabelecido um roteiro de questões para coleta de dados que serviu para registro e padronização das informações obtidas. A análise textual de dados foi uma análise de compreensão de dados, ou seja, análise de conteúdo, para Bardin (2011) esta técnica de análise de comunicações utiliza-se de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo

das mensagens. Esta técnica nos permitiu um confronto entre teoria e dados coletados, e assim realizou-se a análise crítica do objeto estudado.

Os cuidados éticos seguiram os parâmetros legais do Conselho Nacional de Saúde-CNS, tendo como base a Resolução n. 466/2012 e a Resolução n. 510/2016. Por se tratar de pesquisa em ciências sociais cujos procedimentos metodológicos envolvem a utilização de dados diretamente obtidos com informações identificáveis, o projeto de pesquisa foi submetido na Plataforma Brasil para a tramitação ética de análise, avaliação e aprovação pelo Comitê de ética em Pesquisa, o qual foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM, CAAE: 52973221.4.0000.5020, disponível para consulta no ambiente eletrônico da Plataforma Brasil.

Destaca-se, estão incorporados neste trabalho os documentos de exigências éticas para pesquisa, a saber: documento de solicitação da dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e roteiro de questões (apêndices); bem como, termo de anuência emitido pela Universidade Federal do Amazonas, declaração de atendimento psicológico e parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (anexos).

Sinaliza-se ainda, o contexto pandêmico em decorrência do surto do novo coronavírus no início ano de 2020, uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS, e devida sua expansão geograficamente no mundo constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. O cenário da pandemia da Covid-19 foi assolador no mundo, bem como no Brasil, níveis altos de casos mortes e calendário de vacina. O Amazonas vivenciou tempos de horrores com hospitais lotados, falta de oxigênio, com taxas altas de óbitos e impactos sociais preocupantes. Em decorrência da pandemia a Universidade Federal do Amazonas também adotou protocolos de saúde; estabeleceu um plano de biossegurança, o qual constam diretrizes e orientações visando estabelecer condições de segurança que atenuem a propagação do Covid19 e contribuam para a preservação da vida e da saúde de cada membro da comunidade acadêmica, bem como estabelece procedimentos e critérios para o retorno de atividades presenciais de ensino, pesquisa, extensão, administração e serviços visando à prevenção da disseminação do novo Coronavírus, em suma, um contexto com diversos prejuízos à humanidade, para este estudo, limitações e restrições.

A dissertação está estruturada em três capítulos para melhor disposição didática, a saber:

No primeiro capítulo: **A racionalidade, o processo do conhecimento e a relação sujeito e objeto**, contempla a teoria do conhecimento, destacando as ponderações acerca da relação entre sujeito e objeto na construção do conhecimento; no percurso de análise abordou-se algumas considerações iniciais no que diz respeito à categoria analítica racionalidade,

trazendo uma contextualização temporal da incidência do debate sobre a razão na trajetória da história do pensamento filosófico. Na sequência, o sujeito no processo de construção do conhecimento numa perspectiva ontológica, por fim, discorre-se acerca do objeto do conhecimento na perspectiva marxista.

No segundo capítulo: **A pesquisa no Serviço Social no Brasil e no Amazonas**, versa sobre as contribuições da pesquisa no serviço social para produção do conhecimento. Primeiramente, contextualiza-se o cenário da pesquisa no Brasil e no Amazonas, pontuando o galgar da pesquisa no âmbito do Serviço Social, as tendências dos estudos, os aportes, os impasses e as conquistas. Segundamente, um debate sobre ética e suas implicações na pesquisa, especialmente nas com seres humanos, apresentando algumas discussões e conceitos sobre ética, as situações emergentes e persistentes que levaram à aplicabilidade da ética, bem como, os primeiros documentos legais associados aos fatos históricos, os valores éticos incorporados à ciência, além de considerações deontológicas do profissional de Serviço Social no ato de pesquisar, seguidos da caracterização do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas e do panorama da produção do conhecimento no contexto amazônico.

E, por último, no terceiro capítulo: **A racionalidade ética do sujeito e as exigências do objeto nas dissertações do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas**, apresenta-se os principais dados da pesquisa, analisando a relação sujeito e objeto nas pesquisas com seres humanos e as racionalidades éticas explícitas e implícitas nas dissertações.

Por fim, acredita-se que esta pesquisa pode contribuir com estudos sobre o tema, haja vista que a reflexão sobre a ética em pesquisa com seres humanos em ciências humanas e sociais traz informações que desconstrói inverdades e evidencia parâmetros da tratativa ética, contribui para soluções do enfrentamento da problemática levantada, e, problematizar as questões éticas envolvem dilemas que necessitam ser aguçados no âmbito do Serviço Social.

CAPÍTULO 1 A RACIONALIDADE, O PROCESSO DO CONHECIMENTO E A RELAÇÃO SUJEITO E OBJETO

Não se trata de uma análise complexa da teoria do conhecimento, contudo, ponderações acerca da relação entre sujeito e objeto na construção do conhecimento, tendo em vista que o problema do conhecimento se configura nesta relação. Para isso, escolheu-se o seguinte caminho: algumas considerações iniciais da categoria analítica racionalidade, trazendo uma contextualização temporal da incidência do debate sobre a razão no percurso da história do pensamento filosófico, posteriormente, vislumbrar as racionalidades existentes na atualidade, o que ganha de fato, mais concretude nos próximos capítulos. Na sequência, discute-se a questão do sujeito no processo de construção do conhecimento numa perspectiva ontológica; nesse sentido, os problemas imanentes do ser social, considerando o trabalho e as relações sociais. Aqui, parece adequado, tomar como ponto de partido apontamentos sobre a ontologia na tentativa de conceituá-la, bem como sinalizar o tratamento ontológico do conhecimento. Por fim, uma discussão acerca do objeto do conhecimento na perspectiva marxista, em conexão com esta, a totalidade, mediação e a historicidade.

O caminho delineado acima, portanto tem por intenção última analisar a perspectiva do sujeito quanto do objeto, considerando a interação entre eles, um modelo admissível nas pesquisas nas áreas das ciências humanas e sociais.

1.1 O debate sobre racionalidades: considerações iniciais

A razão é considerada instrumento para apreender o conhecimento, embora não disponha da capacidade de criar a realidade, isso constitui um debate que nos remete a teoria do conhecimento. Mas, antes de tudo, o que entendemos por razão e conhecimento? Para contestar tal indagação cabe-nos aqui deliberar brevemente sobre ambos:

Conhecimento¹, definido como o “entendimento sobre algo, ação de entender por meio da inteligência, da razão ou da experiência”; contrário de desconhecimento, ignorância. Etimologicamente é um termo de origem latina, da palavra *cognoscere*, conhecer + *mento*. Em geral, conhecimento para filosofia significa, uma técnica para a verificação de um objeto qualquer, aqui faz-se necessário dizer que, por técnica de verificação devemos entender qualquer procedimento que possibilite a descrição, o cálculo ou a previsão controlável de um

¹ De acordo com dicionário online de Português.

objeto, e por objeto devemos perceber qualquer entidade, fato, coisa, realidade ou propriedade (ABBAGNANO, 2007). Nesse sentido, depreende-se que, conhecimento é a arte de averiguar uma realidade, em outras palavras, é o ato de adquirir informação sobre algum objeto existente no mundo.

De acordo com Lefebvre (1991, p.49) “o conhecimento é um fato”. Ademais, entre as características mais gerais do conhecimento Lefebvre (1991) pontua três, a saber: primeira, o conhecimento é prático, segunda, o conhecimento humano é social, e por última, o conhecimento humano tem um caráter histórico.

Razão², por sua vez é entendida como inteligência, aptidão para raciocinar, além disso, todo indivíduo é dotado ou faz uso da razão. Etimologicamente: a palavra razão origina-se de duas fontes: a palavra latina “ratio” e palavra grego “logos”, ambas com um sentido semelhante, contar, medir e calcular (CHAUÍ, 2000). Em geral, razão para filosofia significa, capacidade intelectual que distingue o indivíduo de outros animais. Abbagnano (2007) conceitua razão como o referencial de orientação do homem aos campos em que seja possível a indagação ou a investigação.

A razão é faculdade intelectual própria do homem, em oposição as emoções, não se trata de algo particular, mas sim algo universal que todo ser humano possui, equivale a racionalidade, uma qualidade daquilo que é racional, e como racional, por sua vez é derivado de razão, logo, razão é racionalidade.

De modo que, racionalidade é a capacidade de abstrair o mundo que nos cerca, reconstruindo esta realidade e interagindo com tudo aquilo que existe, bem como adaptar-se ao meio para sobrevivência. De acordo com Guerra “a racionalidade é aquilo que nos possibilita apreender a unidade objetiva dos processos sociais” (GUERRA, 1999, p. 79).

Ainda nas argumentações da autora “a razão indica ao homem seu horizonte e limites e porta a capacidade de explicitar os processos que constituem e são constitutivos e constituinte da estrutura social, iluminando suas condições e possibilidades de autonomia” (GUERRA, 1999, p.41). Assim, razão é a via que (re) estabelece unidade entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido (GUERRA, 1999). Isso significa dizer que há um movimento de interação entre sujeito e objeto, mesmo que cada um possua o seu “lado” e características próprias.

² De acordo com o dicionário online de Português.

A racionalidade é definitiva na forma de capturar o real, o concreto, pois é com o uso da razão que se chega ao conhecimento sobre o objeto, contudo como se captura, ou seja, a forma de construção do conhecimento é que nos interessa sublinhar neste estudo.

Ao longo do tempo e do espaço, no campo do conhecimento diversas teorias (de como concebê-lo) foram expostas, embora, o cerne do processo de construção do conhecimento seja reiterado nas análises da tradicional tríade do conhecimento. Segundo Schaff (1995) existem diferentes formas de conhecer uma realidade, essas são, o objetivo do conhecimento, o sujeito que conhece e o conhecimento como produto do processo cognitivo. Cabe-nos remeter brevemente as qualificações destes três modelos.

O primeiro modelo subentende a construção mecanicista da teoria do reflexo. Segundo esta concepção, o objeto do conhecimento atua sobre o aparelho perceptivo do sujeito que é um agente passivo, contemplativa e receptivo; o produto deste processo – o conhecimento – é o reflexo, a cópia do objeto, reflexo cuja gênese está em relação com a ação mecânica do objeto sobre o sujeito. É por isso que qualificamos este modelo de mecanicista (SCHAFF, 1995, p. 73).

Dito de outra forma, nesse modelo, o objeto de estudo do pesquisador que atua sobre seu cognitiva, pois, a predominância na relação entre sujeito e o objeto é do objeto. Para o autor, tal modelo presume um sujeito passivo, o qual tem como função na relação cognitiva de registrar estímulos vindos do exterior, isto é, como um espelho, pois, apenas reflete o objeto (SCHAFF, 1995).

Dessa sistematização de Schaff, pode-se inferir que o primeiro modelo versa da seguinte caracterização:

- ✓ A ciência é neutra;
- ✓ O sujeito é passivo;
- ✓ A primazia é do objeto sobre o sujeito;
- ✓ A história consiste em fatos determinados pela natureza;
- ✓ A realidade independe do sujeito.

No segundo modelo tal processo ocorre de forma contrária ao primeiro modelo. Schaff (1995, p.73) afirma “no segundo modelo idealista e ativista: a predominância, se não a exclusividade, volta ao sujeito a quem conhece, que apercebe o objeto do conhecimento como sua produção”. O autor ainda acrescenta que: “este segundo modelo de relação cognitiva: a atenção está centrada sobre o sujeito a quem atribui mesmo papel de criador da realidade” (1995, p. 74). Aqui, o sujeito que atua sobre o objeto de estudo, tornando-o em sujeito ativo, logo, o fator subjetivo do processo cognitivo que caracteriza este modelo (SCHAFF, 1995).

No que diz respeito a caracterização sobre o segundo modelo, pode-se inferir sumariamente que:

- ✓ A ciência é objetiva numa descrição dos fenômenos;
- ✓ O sujeito é ativo;
- ✓ A primazia é do sujeito sobre o objeto;
- ✓ A história é colocada como uma produção do sujeito;
- ✓ A realidade é definida pela intencionalidade do sujeito.

Diferentemente do primeiro e do segundo modelo, no terceiro modelo não há preponderância de um sobre o outro, há uma relação cognitiva – do objeto ou do sujeito – ocorrendo uma interação. Neste modelo, a relação cognitiva tanto do sujeito como o objeto mantêm a sua existência objetiva real, ao mesmo tempo que atuam um sobre o outro (SCHAFF, 1995). Schaff (1995, p.75). afirma que “esta interação produz no enquadramento da prática social do sujeito que aprende o objeto na – e pela – sua atividade”.

Em geral, pode-se dizer que no terceiro modelo:

- ✓ A ciência é produção do ser humano;
- ✓ O sujeito é socio-histórico;
- ✓ A relação entre o sujeito e objeto ocorre de forma interativa;
- ✓ A histórica ocorre de forma dinâmica e contraditória num processo contínuo;
- ✓ A realidade é objetiva, portanto, independente da consciência humana;

Como há uma interação entre sujeito e objeto, logo, a realidade é transformada pelo sujeito na medida em que o sujeito é transformado pela realidade também. Lefebvre (1991) afirma, o sujeito e o objeto estão em perpétua interação. O sujeito (o pensamento, o homem que conhece) e o objeto (os seres conhecidos) agem e reagem um sobre o outro; o ser humano age sobre as coisas, explora-as, experimenta-as; elas resistem ou cedem à ação do ser humano; e o ser humano as conhecem e aprendem a conhecê-las (LEFEBVRE, 1991), uma relação de influência profunda entre um e outro. Dessa forma, o conhecimento se gesta, no movimento dialético entre sujeito e objeto.

É importante ressaltar que, no campo do conhecimento há uma distinção entre interior, a consciência, ou seja, o sujeito; e exterior, as coisas, ou seja, o objeto (CHAUÍ, 2000). E, muitas são as discussões sobre um e outro, mas as principais soluções dadas ao problema do conhecimento estão no curso da história da filosofia, por isso fez-se necessário, nos remeter à história do pensamento filosófico.

Partiu-se das teorias de Platão e Aristóteles, ambos como abordagens distintas, racionalismo e empirismo, respectivamente. Para Platão o ser humano está em contato

permanente com duas realidades: a inteligível (concreta e imutável) e a sensível (todas as coisas que afetam os sentidos do ser humano). Segundo Aranha e Martins (1993) o mundo sensível é a pura sombra do verdadeiro mundo e o mundo inteligível é alcançada pela dialética ascendente, que fará a alma elevar-se das coisas múltiplas e mutáveis às ideias unas e imutáveis.

A Teoria das formas ou Teorias da Ideias como é conhecida versa o mundo real é mundo das ideias que contém as formas ideais de tudo, ou seja, existem formas da realidade (o mundo) no plano ideal, e aquilo que é capturado pelos sentidos humanos significa apenas cópias (ou sombras) simplificado do mundo das ideias, assim, o conhecimento é inato, características condizentes com segundo modelo sistematizado por Schaff.

Em contrapartida, para Aristóteles (1978) a “verdade” está no mundo à nossa volta. Para ele não nascemos com capacidade inata para conhecer formas, encontramos a verdade a partir das evidências no mundo em nossa volta, pois, é algo perceptível pelos sentidos, pode-se dizer que, a teoria do Aristóteles se enquadra no primeiro modelo, conforme sistematização de Schaff.

Assim sendo, Aristóteles e Platão divergem nas concepções de como chegamos a conhecer as “verdades universais”, ou seja, a questão fundante da teoria do conhecimento. Essas divergências também dividiram os racionalistas e empiristas mais tarde, enfim, uma questão do que persiste ainda na atualidade, pois, a forma de como conhecer ainda não é consenso na comunidade acadêmica, mas não que seja necessário ter concordância.

Ainda no percurso da história do pensamento filosófico situa-se o período de ideias humanistas, isto é, o início dos séculos XIV e XV com o Renascimento, este, denominado período moderno, traz “o homem para centro do universo, ou da realidade”, uma colocação inversa ao período anterior (período medieval) que versava “Deus como o centro do mundo”, em outras palavras, essa última trazia uma cosmovisão teocêntrica e a primeira uma antropocêntrica. De acordo com Tonet (2013, p. 29) “na transição do mundo medieval para o mundo moderno, verifica-se o abandono da centralidade do objeto e a instauração da centralidade do sujeito”.

De acordo com Aranha e Martins (1993, p.104) [...] “até então a filosofia tem uma atitude realista, no sentido de não colocar a questão a existência do objeto, a realidade do mundo. A Idade Moderna inverte o pólo de atenção, centralizando no sujeito a questão do conhecimento”. É importante dizer que, a principal característica do pensamento moderno é introdução do método na busca ao conhecimento, na verdade, o racionalismo foi responsável pelo novo método científico, o método cartesiano, isto é, numa dimensão epistemológica.

Indubitavelmente foram tantos descobertas e grandes mestres desse período, contudo, foi a Renascença com a teoria do conhecimento de René Descartes que de fato marcou o início, inclusive, Descartes é considerado o primeiro pensador moderno. Sua tese³ apontava o homem como um ser racional por natureza, portador de capacidade de chegar ao conhecimento, bem como a ideia que a existência do homem é definida pelo ato de pensar, isso fica evidente na sua declaração célebre “penso logo existo” (DESCARTES, 1973). A partir disso, muitas outras colocações e hipóteses racionalistas foram surgindo, tendo por base um novo saber racional em oposição aos valores e os princípios que prevaleceram até a Idade Média.

No avançar da história do pensamento filosófico moderno, tem-se Davi Hume com o empirismo. Hume defendia as ideias inatas, um princípio do racionalismo. De acordo com Hume (2000), a percepção em estado puro dá origem às impressões que, posteriormente, conferem ao sujeito a possibilidade de compor a ideia como uma cópia deturpada da percepção bruta. E os objetos da razão podem ser divididos em relações de ideias e questões de fatos (HUME, 2000). Para ele as palavras só encontram significação se possuírem um objeto correspondente no mundo, isto é, uma base empírica, ele prioriza o raciocínio indutivo, em contraposição a René Descartes que na sua concepção predominava o raciocínio dedutivo. “Na filosofia clássica opõe a indução à dedução, a qual vai do geral ao particular extraindo de princípios ou premissas gerais uma conclusão ou consequência” (LEFEBVRE, 1991, p. 122), enfim, a indução parte de um conjunto de fatos particulares a uma conclusão geral, em contrapartida, dedução parte do geral para seguir aos particulares, grandes modalidades da atividade racional que perpassam às análises da realidade objetiva.

A filosofia Moderna ainda conta com Immanuel Kant. Sua teoria é conhecida como Transcendentalismo, para ele, todos trazem conceitos a priori. Kant (1987) argumentava que o conhecimento está dividido em intuições adquiridas a partir da sensibilidade direto do mundo, em conceitos, estes por sua vez provêm indiretamente da nossa compreensão. Uma parte do conhecimento – tanto da sensibilidade quanto do entendimento – provém da evidência empírica, enquanto outra parte é conhecida a priori (KANT, 1987). Dessa maneira há um movimento dialético, conhecimento empírico e conhecimento a priori, configurando um idealismo transcendental.

Em termos gerais, os racionalistas acreditavam que o uso da razão que leva à compreensão dos objetos; os empiristas acreditavam que o conhecimento provém da

³ De acordo com a obra “Discurso do método” publicado originalmente em 1637.

experiência dos objetos no mundo e não razão, características dos modelos 1 e 2. Já a teoria de Kant versa tanta a razão quanto a experiência são necessárias para compreender o mundo.

Existe uma abordagem filosófica que sustenta que certo estado da mente é anterior as coisas experimentadas, trata-se do idealismo, Georg Hegel⁴ introduziu um sistema para compreender história da filosofia e do mundo dialético. Para explicar a história da filosofia apresentou a teoria da dialética que compreende tese, antítese e síntese, que até hoje é configurada como os três momentos da dialética. Na sua obra mais imponente a “Fenomenologia do espírito ou Fenomenologia da mente” (1807); ele explica que cada filosofia correspondia a um momento da história e a uma etapa na evolução do espírito absoluto; em outras palavras, a realidade é um processo histórico e a razão é única como racionalidade nesse processo (HEGEL, 1992).

Partindo desses pressupostos do idealismo, Karl Marx faz uma inversão da visão materialista de Hegel, pois na concepção de Marx não é a ideia que produz a realidade, mas sim a realidade que produz as ideias, daí surge um raciocínio inédito, denominado materialismo dialético histórico. Marx (2004, p.118) explica que “Hegel parte do estranhamento (logicamente: do infinito, abstratamente universal) da substância, da abstração absoluta e fixa”.

A apropriação das forças essenciais humanas tomadas objetos, e objetos estranhos, é, pois primeiramente, apenas uma apropriação que se sucede na consciência, no puro pensar, isto é, na abstração, a apropriação desses objetos como pensamentos e movimentos dos pensamentos (MARX, 2004, p. 122).

Depreende-se que, Hegel em sua filosofia, parte do conceito, isto é, de um conjunto de ideias elaboradas, de algo que foi gerado no pensamento, uma expressão abstrata das coisas. Marx afirma que “o todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, um modo que é diferente de sua apropriação artística, religiosa e prático-mental” (MARX, 2011, p. 79). Em outras palavras, isso não compreende a realidade em sua essência, considerando o contexto histórico e o movimento deste processo.

Marx acrescenta:

Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo, enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto” (MARX, 2011, p. 78).

⁴ Dentre as obras de Hegel destacam-se Fenomenologia do espírito (1807); Ciência da lógica (1812); e Enciclopédia das Ciências filosóficas (1817).

Afirma-se, a consciência que brota da realidade; o concreto existe independente da consciência em si, do abstrato, o real é concreto fora da cabeça, como pode-se perceber em suas argumentações.

O sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça; isso, claro, enquanto a cabeça se comporta apenas de forma especulativa, apenas teoricamente. Por isso, também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação (MARX, 2011, p.79).

Para Marx “a vindicação do mundo objetivo para o homem - por exemplo, o conhecimento da consciência sensível não é nenhuma consciência abstratamente sensível, mas uma consciência humanamente sensível” (MARX, 2004, p. 122).

No entendimento de Hegel “a humanidade da natureza é da natureza criada pela história, dos produtos do homem aparece no fato de estes serem produtos do espírito abstrato e nessa medida, portanto, momentos espirituais, seres do pensamento” (MARX, 2004, p. 122).

Para Hegel “o sujeito é, portanto, sempre consciência ou consciência em si, ou antes, o objeto aparece apenas como consciência abstrata, homem apenas consciência em si, as diferentes figuras do estranhamento que surgem são, por conseguinte, apenas diferentes figuras da consciência ou da consciência em si. (MARX, 2004, p.123).

Em resumo, para Hegel o movimento ocorre na consciência, num processo de tese - antítese - síntese, processos estes que ocorrem no campo da abstração, e Marx parte do concreto em si, do real para compreender o objeto, e sustenta que não há verdade absoluta.

Importa destacar que Marx concorda com Hegel em relação ao movimento, à dialética, à processualidade, contudo, o método para ele é inverso, tendo em vista, que ele parte do concreto e não do abstrato. Para Marx (2004) a dialética é a grandeza da Fenomenologia de Hegel, pois, a negatividade enquanto princípio motor e gerador torna por outro lado a autoprodução do homem como um processo, a objetivação.

Ressalta-se que:

[...] pela primeira vez na história da filosofia, as categorias econômicas aparecem como as categorias da produção e da reprodução da vida humana, tornando assim possível uma exposição ontológica do ser social sobre bases materialistas. Mas o fato de a economia ser o centro da ontologia marxiana não significa, absolutamente, que sua imagem do mundo seja fundada sobre o “economicismo” (LUKÁCS, 2012, p.198).

Pode-se considerar um marco, sobretudo, o ser social no plano ontológico, pois a partir desta nova concepção filosófica materialista (no sentido objetivo do concreto) ancora a visão de mundo dos espaços e dos tempos, vale dizer que, o materialismo não é uma redução da realidade às dimensões econômicas.

Essa contextualização história do pensamento filosófico, especificamente do período moderno, mostra diversas nas teorias e ideias ao longo do percurso, sobretudo quanto à relação entre sujeito e objeto na construção do conhecimento, ora sujeito ocupa lugar ativo, outrora como passivo, ora é dominante, outrora é dominado, ora centralidade no sujeito, outrora no objeto; uns definiram a relação num sentido unilateralmente, outros num sentido dualista; ou ainda no sentido de correlação entre eles (sujeito e objeto). Em síntese, os teóricos ao longo da história apresentaram possíveis soluções para o problema do conhecimento, bem como definiram a relação diametralmente oposta, discordâncias que persistem na contemporaneidade.

Os contextos dos mundos delineados nos evidenciam o quanto o tempo e o espaço influenciam na construção da visão de mundo, dizem muito sobre as racionalidades de cada período da história, ademais, o conhecimento ao longo da história também tem agregado pressupostos, teorias e ideias em um movimento dialético, mas estes não anulam os existentes, apenas impulsionam outros.

Mas, o que nos interessa sublinhar aqui é o padrão colocado para construção do conhecimento nestes mundos (em cada período da história que marcaram o pensamento da sua época) padrões estes divergentes, como podemos perceber, no mundo grego-medieval considerava exclusivamente a centralidade da objetividade e no mundo moderno instaura a centralidade da subjetividade no que diz respeito à construção do conhecimento.

Na abordagem acima sumariada, a teoria do conhecimento no mundo grego-medieval segue na objetividade tendo como ponto de partida as leis da metafísica, os pensadores (gregos e medievos) destes períodos da história. Tonet (2013, p.24) no que diz respeito ao mundo grego-medieval assevera:

O mundo natural, como também o mundo social, não eram percebidos como históricos e muito menos como resultado de atividade dos homens. Entre o mundo e homem se configurava uma relação de exterioridade. Por isso mesmo, ao homem cabia, diante do mundo, muito mais uma atitude de passividade do que de atividade, devendo adaptar-se a uma ordem cósmica cuja natureza não podia alterar. Embora se visse compelido a agir, sabia que seu destino não seria, em última análise, decidido por ele. Por seu lado, o conhecimento tinha um caráter muito mais contemplativo do que ativo, pois ao sujeito não cabia mais do que desvelar a verdade existente no ser. Desse modo, tanto o conhecimento como a ação tinham polo regente a objetividade (mundo real), sendo esta marcada por um caráter essencialmente a-histórico.

Em contrapartida, o mundo moderno, como já enfatizado, configura-se com outros aspectos, estes condizentes com o tempo e a história, pode-se dizer que, as racionalidades estão limitadas à historicidade. Tonet (2013) diz que razão está relacionada a razão daquele mundo, isto é, uma forma de pensar é sempre situada em lugar e em algum momento da história.

Aliás, a mudança (econômica, política, social e ideológica) no século XIX para século XX resultou em transformações no mundo atual, e isso tem aflorado a questão do conhecimento, mas com interpretações equivocadas (TONET,1993).

Em decorrência disso, uma luta nas ciências é levantada, ou seja, a crise nas ciências é anunciada, com interpelações que novos paradigmas teóricos são necessários, com argumentos que os paradigmas existentes são insuficientes para compreender a realidade objetiva.

Nos tempos atuais existem ponderações na comunidade acadêmica que os paradigmas elaborados no século XIX não possuem mais condições de dar conta da dinâmica e complexa do mundo atual, nesse sentido, Tonet assevera que tais interpretações pontuam que a complexidade e as transformações deste mundo tinham tornado inadequados aqueles paradigmas, portanto são incapazes de explicar plenamente a totalidade da realidade social do mundo contemporâneo (TONET, 1993).

Diante do exposto, reconhece-se que, o cenário atual é complexo, conseqüentemente a existência de uma crise nas ciências, referente ao problema do conhecimento, embora Lefebvre (1991) afirma que o conhecimento não é um problema. Contudo, pode se tornar, como ele sinaliza nas suas argumentações: “Para que o conhecimento se torne um problema é preciso que a análise separe e isole o que é dado efetivamente como indissolúvelmente ligado: os elementos do conhecimento, sujeito e objeto”(LEFEBVRE, 1991, p. 56), isso significa dizer que quando sobressai a velha dualidade sujeito e objeto provoca esse problema na forma de conhecer (ou seja, de capturar a realidade objetiva).

Assim sendo, Tonet (2013) afirma não haver uma relação direta de causalidade, entre as transformações sofridas pelo mundo atual e a crise das ciências sociais. A relação que existe é apenas de que as transformações influenciam a forma atual da crise. Tonet (2013) ainda acrescenta para a problemática do conhecimento existem dois caminhos: gnosiológico ou ontológico, debate do próximo tópico.

1.2 O sujeito no processo de construção do conhecimento na perspectiva ontológica

Conforme já apontado, existem dois caminhos (gnosiológico ou ontológico) para a problemática do conhecimento; Tonet (2013) explica que, por gnosiologia, entende-se como o estudo da problemática do conhecimento, por outro lado, ontologia entende-se como o estudo do ser, aqui as apreensões das determinações são gerais e essenciais daquilo que existe. Logo, para questão do problema do conhecimento (relação sujeito e objeto) abordou-se o sujeito na concepção ontológica.

Antes de tudo, por sujeito entende-se aquele que pratica o conhecer, e quando fala-se de sujeito é no sentido de um ser portador de consciência. Filosoficamente sujeito é definido como o espírito que conhece, em relação ao objeto que é conhecido. E, Abbagnano (2007) afirma que sujeito possui dois significados, o primeiro diz respeito aquele de que se atribuem qualidades ou determinações, o segundo, refere-se do, o eu, o espírito ou a consciência, ou seja, a percepção.

Seguindo a linha de raciocínio da proposta deste estudo, cabe sinalizar o sujeito no processo de construção do conhecimento na perspectiva ontológica. Para tratar o sujeito no processo de construção do conhecimento faz-se necessário compreendê-lo como ser social, ou seja, num plano ontológico.

Por conseguinte, ontologia⁵ é a parte da filosofia que trata da natureza do ser; considera o ser em si mesmo, independentemente do modo pelo qual ele se manifesta, então, a intenção é discorrer sobre a natureza do sujeito e assim discernir sua função social no processo de construção do conhecimento, tendo em vista que, ontologia é a teoria do ser em geral, da essência real (ABBAGNANO, 2007). Conforme Lukács (2012), pode-se dizer que, os enunciados diretos sobre certo tipo de ser, configura-se um caráter ontológico, ou seja, são afirmações puramente ontológicas.

É importante destacar que a discussão consiste na ontologia lukacsiana, e esta por sua vez, tem por base a teoria social de Marx, sobretudo, no que diz respeito a reprodução humana e as categorias sociais, com ênfase o trabalho. Segundo Lessa (1994) a ontologia de Lukács pauta-se em asseverações que reafirmam a historicidade e sociabilidade do ser humano, acrescenta-se, não tem como a natureza humana ser a-histórica.

O estudo da natureza do ser defendida por Lukács aponta as seguintes afirmações, o homem faz sua história, a qual ele mesmo vai construindo na sua práxis, e faz isso por mediações, assim, a ontologia marxiana se ancora nas determinações da relação homem-natureza. Pontes afirma que “a ontologia marxiana volta-se primordialmente para ‘os processos de produção e reprodução da vida humana’, sendo que as representações que surgem na mente humana são reflexos do real capturados como representações da consciência humana” (PONTES, 2016, p.69).

Em consonância com Schaff, a concepção do indivíduo que Marx, trouxe ideias revolucionárias, pois, nos mostra que, “o homem é na sua realidade o conjunto das relações sociais; e se abstrai deste conteúdo social da pessoa humana, únicos laços que substituem entre homens são os que estabelece a natureza, o que é falso” (SCHAFF, 1995, p.79).

⁵ Etimologicamente, ontologia é um termo de origem grega, onto, que equivale ente= ser, e logia, logos, se refere ao saber ou ciência, portanto significa, ciência do ser.

Lukács (1978) afirma que a ontologia é histórica-materialista (a consciência ou pensamento derivam do material ou das condições materiais), diferentemente do idealismo lógico-ontológico de Hegel (a consciência ou pensamento cria a realidade objetiva). Para ele todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte movente e movida de um complexo concreto (LUKÁCS, 1978). Isso significa dizer que, todo existente (vivo e não vivo) é objetivo porque vem do objeto, existe fora e independentemente da consciência que conhece. Isso conduz a duas consequências fundamentais:

primeiro, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico, e a segunda, as categorias não tidas como enunciados sobre o algo que é ou que se torna, mas como formas moventes e movidas da própria matéria: forma do existir, determinações da existência (LUKÁCS, 1978, p.3).

Ele introduz no campo do saber uma nova forma de apreender o ser social, as relações sociais e especificidade do ser, pois, na sua concepção o ser é uma processualidade e quando há interação surge outro ser, tornar-se outro ser.

Lukács (1978) afirma que existem três esferas ontológicas distintas do ser: a inorgânica, orgânica e social. A esfera inorgânica cuja essência é o incessante tornar-se outro mineral; compreende todo ser existente que não reproduz. Lessa (2016, p.17) corrobora “o ser inorgânico, acima de tudo, não possui vida. Seu processo de transformação, sua evolução, nada mais é senão um movimento pelo qual algo se transforma em um outro algo distinto”.

No que tange a esfera biológica (ou orgânica) cuja essência é o repor o mesmo da reprodução da vida; é aquela que tem a propriedade da vida e se reproduz (LUKÁCS, 1978). Lessa assevera “na esfera da vida, a biológica, essa se caracteriza pela incessante recolocação do mesmo” (LESSA, 2016, p. 17).

Quanto à esfera social, isto é, o ser social, este se particulariza pela incessante produção do novo, através da transformação do mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada, teleologicamente posta (LUKÁCS, 1978). Dito de outra forma, o ser social possui vida social conduzida por um sistema de mediações, ou seja, sociabilidade.

Portanto, entre a esfera inorgânica, a esfera biológica e o ser social, existe uma distinção ontológica (uma distinção nas suas formas concretas de ser): a processualidade social é distinta, no plano ontológico, dos processos naturais. Enquanto no ser social a consciência joga um papel fundamental, possibilitando que os homens respondam de maneira sempre nova às novas situações postas pela vida, na trajetória da goiabeira a sua reprodução apenas é possível na absoluta ausência da consciência (LESSA, 2016, p 19).

Entre as esferas há uma distinção quanto à sua natureza, sobretudo, quanto à processualidade do social e dos naturais, mas ao mesmo tempo com as diferenciações as três

esferas estão articuladas entre si, existe uma interação, mais que isso, existe uma dependência entre eles.

Apesar de distintas, as três esferas ontológicas estão indissolúvelmente articuladas: sem a esfera inorgânica não há vida, e sem a vida não há ser social. Isto ocorre porque há uma processualidade evolutiva que articula as três esferas entre si: do inorgânico surgiu a vida e, desta, o ser social. Essa processualidade evolutiva é responsável pelos traços de continuidade que articulam as três esferas entre si (LESSA, 2016, p. 9-20).

Ressalta-se, o ser inorgânico independe das outras esferas do ser, contudo, entre o ser orgânico e o ser social há uma relação de dependência entre si, haja vista, o ser social precisa de tudo que há no meio e a esfera biológica precisa do ser social para sua conservação e preservação; os seres vivos (orgânico e social) estão interligados e dependem uns dos outros, há uma interdependência para a existência de ambos.

Cumprir destacar que há três níveis de ser e não três tipos, o ser ontológico se apresenta em três modalidades. Lukács (1978) defende o que há um salto ontológico entre as modalidades do ser. Dentro do ser em termos de matéria e movimento há diferenciação composta no interior dele, um processo que é mediado por um salto ontológico, uma ruptura que é provocada no próprio ser. Para Lukács:

Todo salto implica uma mudança qualitativa e estrutural do ser, onde a fase inicial certamente contém em si determinadas premissas e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem desenvolver-se a partir daquela numa simples e retilínea continuidade (LUKÁCS, 1978, p.3).

O processo histórico do seu desdobramento implica transformação desse ser-em-si (ele sem temporalidade) num ser-para-si (ele existe de forma temporal em um dado momento histórico), portanto, a superação tendencial das formas e dos conteúdos de ser meramente naturais em formas e conteúdos sociais cada vez mais puros, mais próprios (LUKÁCS, 2012).

O ser é uma processualidade, quando há interação surge outro ser, torna-se outro ser, ocorre o salto ontológico. Destarte, o ser humano torna-se ser social a partir do salto ontológico por via do trabalho, este por sua vez é mediado teleologicamente, ou seja, por uma finalidade, isso significa que a necessidade de sobrevivência do ser humano colocada pela realidade do ser leva-o ao ato do trabalho.

A primeira pressuposição de toda existência humana, assim sendo de toda a história: é a preposição de que os homens devem estar com condição de viver a história, isso significa dizer que, o ser humano acima de tudo precisa comer, beber, ter onde morar, o que vestir dentre outras coisas. Para ele o primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para satisfazer

essas necessidades, a produção da própria vida material. Logo, condição fundante de toda a história (MARX; ENGELS, 2019).

Para Marx e Engels (2019) é essa necessidade de criar (produzir) que diferencia os homens dos animais, eles acrescentam não é o fato de que eles pensam, entretanto, o fato de que esses começam a produzir seus meios de sobrevivência.

Marx e Engels (2019) ainda asseveram que a própria necessidade satisfeita, a ação da satisfação e o instrumento de satisfação já adquirido levam a novas necessidades - e essa produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico. Para Lukács é exclusivamente o trabalho que possui, um claro caráter de transição, ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, e esta inter-relação que pode conceber o salto ontológico (LUKÁCS, 2013).

O trabalho dá lugar a uma dupla transformação. Por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza, desenvolve “as potências que nela se encontram latentes” e sujeita as forças da natureza “a seu próprio domínio”. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios de trabalho, em objetos de trabalho, em matérias-primas etc. (LUKÁCS, 2012, p. 199).

Assim, o trabalho é colocado como central na ontologia da história humana, é por meio do trabalho que o ser social transforma e se transforma. Vale ressaltar que, “o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 35). Ademais, “a divisão gerada pelo trabalho na sociedade humana cria suas próprias condições de reprodução, no interior da qual a simples reprodução de cada existente é só um caso-limite diante da reprodução ampliada que, ao contrário, é típica” (LUKÁCS, 2013, p. 36).

Desse modo é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito - mesmo que através de mediações às vezes muito complexas -, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material (LUKÁCS, 2013, p. 37).

Vale dizer, todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins. Cabe asseverar que o pôr, nesse contexto, não significa, portanto, um mero elevar à consciência, mas sim ao ato de pôr, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico (LUKÁCS, 2013).

Assim, o pôr tem, nesse caso, um caráter irrevogavelmente ontológico. Em consequência, conceber teleologicamente a natureza e a história implicam não somente que ambas possuem um caráter de finalidade, que estão voltadas para um fim, mas também que sua

existência, seu movimento, no conjunto e nos detalhes devem ter um autor consciente (LUKÁCS, 2013).

Marx é definitivo quanto a isso, afirmando que não existe qualquer teleologia fora do trabalho (práxis humana) (LUKÁCS, 2013). Nesse sentido Lukács ainda acrescenta “só podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, seu tornar-se autônomo baseiam-se no trabalho, isto é, na contínua realização de pores teleológicos” (LUKÁCS, 2013, p. 40). Aliás, o pôr do fim nasce de uma necessidade humano-social, mas, para que ele se torne um autêntico, o conhecimento da natureza, tenha alcançado o estágio adequado, se isso não ocorre, o pôr do fim permanece um mero projeto utópico, uma espécie de sonho (LUKÁCS, 2013).

As formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que a práxis social surge e se explicita a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais, esse desenvolvimento é um processo dialético, que se inicia com um salto e com o pôr teleológico no trabalho, e nada a ver com a causalidade natural (LUKÁCS, 2012).

Em síntese, no que diz respeito ao trabalho, enquanto categoria central para o ser humano, Lukács diz que “consciência humana, com o trabalho, deixa de ser, em sentido ontológico, um epifenômeno” (LUKÁCS, 2013, p. 48), em outras palavras, um fenômeno de pouca relevância, a consciência, neste processo é colocado como acessório, é incapaz de determinar ou influenciar o comportamento humano.

Marx afirma que “o homem tem consciência, mas essa também não é, desde o início, consciência “pura”. O espírito traz em si, desde o início, a maldição de ser “acometido” pela matéria, que aparece aí de forma de camadas móveis do ar, sons, em suma, na forma da linguagem” (MARX; ENGELS, 2019, p.26).

Ainda nas argumentações do autor, a relação que desde o início do desenvolvimento histórico, é que os homens, diariamente o homem refazem sua vida, começam fazer outros homens na história, a reproduzir-se; a relação entre a família, depois, estas relações ganham uma dimensão maior abrangendo outros grupos sociais no contexto social, assim, relações sociais e reprodução sociais vão constituído a história da humanidade (MARX; ENGELS, 2019).

Nesta perspectiva ontológica qualquer objeto estudado o eixo dele é o objeto, pois, não cabe ao sujeito criar - teoricamente - o objeto, mas traduzir sob a forma de conceitos, a realidade do próprio objeto, tendo em vista que o elemento central é o objeto (TONET, 2013).

Para este autor “o ponto de vista da partida para a resolução das questões relativas ao conhecimento não é o exame da razão, uma vez que, a resposta às questões relativas as suas

possibilidades e limites só pode ser dada após captura daquelas determinações mais gerais e essenciais do ser” (TONET, 2013, p.14).

Enfim, o tratamento do sujeito numa perspectiva ontológica nos permite compreendê-lo em sua essência real, visto que, pauta-se numa compreensão que considera o processo histórico na reprodução humana, e concebe o sujeito numa perspectiva social como produto das determinações sociais. Tonet (2013, p.15) diz “quando examinadas sob essa luz, poderão ser melhor compreendidas a sua origem, a sua natureza, a sua função social, e com isso, tanto os seus aspectos positivos como as suas possíveis limitações”.

1.3 O objeto do conhecimento na perspectiva marxista

Incontestavelmente, parte-se da perspectiva, o indivíduo humano (sujeito) como ser social, como já distinguido, e o objeto do conhecimento numa perspectiva marxista. Na perspectiva marxista o objeto (aquele que pode ser conhecido) é algo concreto; na produção do conhecimento se processa numa interação com o sujeito a partir de mediações. Contudo, a relação entre o sujeito e objeto tem sido um problema do conhecimento, com termos ambíguos, definições aporia, logo, repletos são os conceitos e teorias sobre ambos. Classicamente, os idealistas afirmam uma supremacia da consciência sobre o objeto, os materialistas apostam na reciprocidade entre eles, e assim, o conhecimento vai sendo construído nas ciências.

Para continuidade à discussão, algumas considerações são necessárias sobre o termo objeto, assim sendo, objeto, no sentido geral, refere-se a objetos exteriores a consciência. Objeto é o fim a que se tende, a coisa que se deseja, a qualidade ou a realidade percebida, ou seja, “os seres conhecidos” como sinaliza Lefebvre (1991, p.49). Na linguagem filosófica possui um significado mais restrito ou específico, segundo o qual o objeto só é objeto se tiver alguma validade, como exemplo "real", "externo", independente" (ABBAGNANO, 2007).

Diante de tal sistematização do termo objeto, considera-o no sentido de objetivo, o qual entende-se por conhecimento que reflete no espírito que conhece (consciência) o objeto existindo fora e independentemente deste.

Dentre os três modelos da teoria do conhecimento sistematizado por Schaff, o terceiro modelo é coerente com o sistema da filosofia marxista. O autor assinala três elementos constitutivos da filosofia de Marx que confirmam isso, a saber: o indivíduo é um conjunto das relações sociais; a concepção marxista do conhecimento como atividade prática, como atividade sensível, concreta; e, o conhecimento verdadeiro como um processo infinito (SHAFF, 1995).

Para Marx na relação cognitiva tanto do sujeito como o objeto mantêm à sua existência objetiva real, ao mesmo tempo que atuam um sobre o outro, ou seja, na construção do conhecimento no confronto entre ambos, não há dominação de um sobre o outro, mas sim o que ocorre é uma interação entre si. Enfim, o terceiro modelo é aquele que organicamente está ligado à teoria do reflexo, algumas interpretações são mais voltadas ao primeiro modelo e outras ao terceiro modelo.

A teoria do reflexo pode ser interpretada de duas maneiras: quer no espírito do modelo mecanicista da relação cognitiva (o primeiro da nossa tipologia), isto é, considerando o conhecimento como processo passivo e contemplativo; quer no espírito do modelo objetivo-ativista (terceiro), isto é considerado como atividade prática concreta (SCHAFF, 1995, p. 84).

Percebe-se que ambos modelos reconhecem a existência desligada do objeto do conhecimento, ou seja, sua existência fora de qualquer espírito que conhece (consciência) e independentemente dele, pois trata-se da visão materialista no que diz respeito a ontologia, já ponderada no item anterior, e é realista no que refere à gnoseologia; além disso, opõe-se a concepção subjetivista e idealista do processo do conhecimento (SCHAFF, 1995).

É importante lembrar que, ao contrário do conhecimento subjetivo, a consciência ou pensamento cria a realidade objetiva; já na concepção marxista, o espiritual, o pensamento (a consciência) procedem do material ou das condições materiais numa troca de valor de uso.

Ademais, mesmo com muitas versões acerca da teoria do reflexo, contudo, nesta teoria o processo do conhecimento constitui uma relação particular entre o sujeito e o objeto existente objetivamente, admite uma relação subjetiva-objetiva, e o objeto é cognoscível, em síntese, ela aborda o objeto refletido, como um espelho, mas isso não quer dizer que o sujeito é passivo, ou tem centralidade no objeto.

Dito isso, a objetividade do conhecimento pode ser também entendida como não apenas individual, mas universal, imparcial, quando se admite ao mesmo tempo que o sujeito que conhece, como produto de relações sociais. Portanto, um sujeito que desempenha um papel ativo no processo do conhecimento, sendo um ativo, ele introduz necessariamente um fator subjetivo, é evidente que a objetividade no sentido do valor não individual, mas universal do conhecimento, ademais, nesta acepção, a objetividade é um processo relativo e não absoluto (SCHAFF, 1995).

Assim, dado o papel ativo do sujeito que conhece no processo cognitivo a objetividade é uma propriedade apenas relativa do conhecimento; por um lado, só é possível afirmá-la comparando as produções dos diversos processos cognitivos; por outro lado, o conhecimento é sempre um processo, uma transformação, e não um dado pronto e definitivo (SCHAFF, 1995, p. 89).

Nesse sentido, pode-se dizer que, o conhecimento ocorre da relação entre sujeito e este não é algo pronto e acabado, mas aproximações, estas por sua vez devem ser as mais fiéis possíveis daquela realidade objetiva investigada.

Schaff (1995) ainda afirma que reconhecer o fator subjetivo não quer dizer possuir um caráter individual e subjetivo, mas ao contrário, significa um caráter objetivo e social. Isso é porque o sujeito faz parte de “uma totalidade que se constrói com inter-relações dinâmicas de totalidades relativas, parciais, particulares” (LUKÁCS, 2012, p.166), que são resultados de mediações, Pontes (2016) afirma que a mediação possui duas dimensões, ontológica, uma categoria que estar presente em qualquer realidade independente do sujeito, pois ela é objetiva; e a intelectual, nessa a razão para ultrapassar o plano da imediaticidade (aparência) em busca da essência tem que reconstruir intelectivamente mediações para reconstruir o próprio movimento do objeto. Afinal, a mediação é uma viagem do abstrato ao concreto, em outras palavras, é o deslocamento do real não explicado, mas aparente, ao real pensado analisado e explicado, sumamente, é o olhar crítico para a realidade e duvidar dela.

Diante do exposto, é possível afirmar que, na análise do processo do conhecimento não é o sujeito autônomo, isolado da sociedade e oposto a ela, mas o grupo social no qual o sujeito age, com o qual coopera, e que o determina.

No curso dessa análise, Marx defende que, o papel do sujeito é essencialmente ativo, e não meramente passivo. Para Marx “a teoria é uma modalidade peculiar do conhecimento, entre outras (como por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso) (MARX, 1982, p. 15). Netto corrobora (2011, p.20)

[...] a teoria se distingue de todas as essas modalidades e tem especificidades: o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador.

A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que consiste propriamente no conhecimento teórico) será tanto mais concreta e verdadeira quando mais fiel o sujeito for ao objeto. Assim, “a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – *é real o reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento)*” (NETTO, 2011, p.21, grifo do autor).

De acordo com Netto (2011, p.21) “para Marx o objeto da pesquisa tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador para existir”. O objetivo do pesquisador (o

sujeito) é ir além da aparência; é apreender a essência (estrutura e dinâmica) do objeto, pois sujeito capturando a essência do objeto, reproduz no plano do pensamento através da pesquisa, viabilizada pelo método (NETTO, 2011).

Vale salientar que, “a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é de externalidade [...] antes é relação em que o sujeito está implicado no objeto” (NETTO, 2011, p. 23). Entretanto, essa característica não elimina a objetividade do conhecimento teórico, haja vista que, a teoria tem uma instância de verificação de sua verdade, instância que é prática social e histórica (NETTO, 2011).

Figurando-se assim, o historicismo, além de observar o caráter dinâmico da realidade no seu conjunto, no seu todo; considera também que o conhecimento de qualquer coisa ou qualquer fenômeno exige que se mencione à sua história, bem como à sua explicação genética (SCHAFF, 1995).

Historicismo marxista apreende todos os objetos, todos os fenômenos e todas as suas representações no espírito como processos, como uma transformação no sentido de uma continuação que, desde o nascimento de uma coisa, através de uma sucessão de mutação leva ao desaparecimento sob a forma determinada e à sua transformação de uma nova (SCHAFF, 1995, p. 192).

Salienta-se, o “ser” está em constante modificação, a realidade social também, ambas não são estáticas, a vida ocorre em processos, está em transformação, e o tempo e espaço são elementos constitutivos desta processualidade; a apreensão do mundo é dialética, mas toda essa transformação não diz respeito cosmovisões, trata do fundamento ontológica de ser. De acordo com Schaff:

Tudo o que existe é transformação, um processo. Tudo é uma transformação, um processo, mas esse tudo, é não apenas a nossa visão do mundo, a nossa concepção da realidade, mas o próprio mundo, a própria realidade que é material e existe objetivamente – fora de qualquer espírito e independentemente dele (SCHAFF, 1995, p.192).

A historicidade é essencial à própria realidade, à própria existência, e não apenas representações desta realidade no espírito; tendo em vista que, concretizar o conhecimento dos processos históricos é tomá-los nas condições nas quais se desenrolam (SCHAFF, 1995). Outrossim, não podemos confundir o historicismo com o relativismo, este último diz respeito a “um produto do método histórico-sociológico que se baseia no reconhecimento do fato de que todo o pensamento histórico está ligado à posição concreta na vida do pensador” (SCHAFF, 1995, p.150).

O conhecimento é pois um processo infinito, mas um processo acumulando as verdades parciais que a humanidade estabelece nas diversas fases do seu desenvolvimento histórico: alargando, limitando, superando estas verdades parciais, o conhecimento baseia-se sempre nelas e toma-as como ponto de partida para um novo desenvolvimento (SHAFF, 1995. p. 97).

Com efeito, o conhecimento do objeto não pode ser finito, dito como acabado. Para Schaff (1995) o historicismo opõe-se a qualquer teoria que opere com valores absolutos (em particular morais) juízos absolutos (em particular estéticos) normas absolutas (em particular éticas), tendo em vista a análise da história da vida das sociedades humanas, todos absolutos – os valores, juízos, normas – deixam de ser e tornam-se necessariamente formas históricas variáveis e das mais diversas, isto é, estão sujeitas as circunstâncias concretas ao tempo e ao lugar. Ademais, a qualidade ou a condição do que é histórico é princípio explicativo da conduta dos valores e dos elementos da cultura humana; e o conhecer é considerado uma atividade permanente do ser social.

De modo geral, pode-se dizer, conforme Prado Júnior (1997, p. 17) que

o conhecimento para Marx resulta da construção efetuada pelo pensamento e suas operações e consiste em numa “representação” mental do concreto. E num processo de progressiva determinação de relações que consiste na elaboração do conhecimento. O conhecimento não de coisas, seres, ou da sua essência e sim de tais relações ou mediações que se trata de descobrir, apreender e representar mentalmente.

O conhecimento é, desde o início, um processo coletivo de cooperação. O conhecimento não é um ato abstrato e teórico, mas baseia-se numa atividade coletiva, ressaltando que, uma das ideias principais do materialismo histórico é a tese sobre o condicionamento social da consciência humana, problema ao qual é consagrada a teoria da infra e da superestrutura (SCHAFF, 1995).

De acordo com Marx a estrutura social é o produto da relação dialética entre a superestrutura (as ideias, costumes, instituições políticas, religiosas, jurídicas) e infraestrutura (forças econômicas). A partir do materialismo histórico Marx desenvolve esses conceitos para compreender a organização da sociedade capitalista e sua estrutura, esta última é colocada (no sentido figurado de edifício) como forma para produção social da vida, onde os homens estabelecem as relações necessárias e independente de sua vontade. Isso se confirma na sua célebre afirmação “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p.25).

O ser social em decorrência da unidade de valor de uso e valor de troca que marcam a presença do trabalho socialmente necessário, paralelamente mostra à explicitação da sociabilidade, ao afastamento da barreira natural, aumenta de modo incessante e a um ritmo cada vez mais rápido a quantidade dos valores produzidos, por um lado, e, por outro, de maneira também incessante, diminui o trabalho socialmente necessário exigido para sua produção (LUKÁCS, 2012). Lukács (2012) ainda acrescenta não há dúvida de que temos aqui um desenvolvimento objetivo e necessário no interior do ser social, cuja objetividade ontológica se mantém, independentemente das intenções dos atos singulares que efetivamente permitiram a sua emergência e de todas as avaliações humanas acerca do ocorrido, avaliações feitas dos mais variados pontos de vista e sob as mais diversas motivações. Portanto, encontramos-nos diante de um fato objetivamente ontológico da tendência de desenvolvimento interna ao ser social.

Sob este prisma, pode-se concluir, os valores ideológicos (parte particularmente qualificada da superestrutura) são impostos pelo modo de produção e pela sociedade, levando ao ser humano a mensuração destes valores (de uso e de troca), além de estabelecerem às suas racionalidades. Por certo, “se a estrutura dominante da sociedade reside na forma de troca, então a racionalidade desta constitui os homens; o que estes são para si mesmos, o que pretendem ser, é secundário” (ADORNO, 1969, p.13).

Portanto, neste capítulo, concentrou-se numa análise geral acerca da relação entre sujeito e objeto na construção do conhecimento, para isso, buscou-se distinguir conhecimento, bem como razão, considerando as racionalidades no percurso da história, para além disso, sistematizou-se os modelos da forma de conhecer. A relação entre sujeito e objeto foi discutida dentro da perspectiva ontológica tendo por base a teoria Marxista, já que, a ontologia teoriza a natureza do ser, e para aprofundar-se nesse entendimento, recorreu-se ao Lukács que nos apresenta as esferas do ser, numa processualidade. Nesse sentido, o sujeito é defendido como ser social parte de uma totalidade movido pelas relações sociais à luz da história e no movimento dialético, e objeto é algo concreto que existe independente da consciência; mas na produção do conhecimento se processa numa interação com o sujeito a partir de mediações. Conclui-se que, a racionalidade está intrinsecamente no processo do conhecimento científico, e conhecimento por sua vez, não existe sem a interação entre de sujeito e objeto.

CAPÍTULO 2 A PESQUISA NO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E NO AMAZONAS

Este capítulo sobre produção do conhecimento associa-se às contribuições da pesquisa no serviço social. Primeiramente, contextualiza-se o cenário da pesquisa no Brasil e no Amazonas, pontuando a trajetória da pesquisa no âmbito do Serviço Social, as tendências dos estudos neste percurso, os aportes, os impasses e as conquistas.

No segundo momento, uma reflexão sobre ética, considerando suas implicações nas pesquisas, especialmente nas com seres humanos. Para isso, aborda-se algumas discussões e conceitos sobre ética, as situações emergentes e persistentes que levaram à aplicabilidade da ética, os primeiros documentos legais associados aos fatos históricos; os valores éticos incorporados à ciência, além de considerações deontológicas do profissional de Serviço Social no ato de pesquisar.

Para finalizar, as discussões centram-se na caracterização do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas e no panorama da produção do conhecimento no contexto amazônico.

Assim, a intenção é vislumbrar a localização do estudo, a pesquisa com seres humanos num programa de pós-graduação *stricto sensu* da área de Serviço Social na região amazônica e perceber suas particularidades.

2.1 O cenário da pesquisa no Brasil e no Amazonas

Inicialmente, cabe dizer, se a razão é o instrumento para apreender e capturar o conhecimento, a pesquisa é o procedimento formal para o conhecimento. Demo (2000, p. 20) afirma que a “pesquisa é entendida tanto como procedimento de fabricação de conhecimento, quanto como procedimento de aprendizagem (princípio científico e educativo) sendo parte integrante de todo processo reconstrutivo de conhecimento”. Pode-se inferir que, através da investigação científica chega-se a conhecer aquilo pretendido, ou seja, aquilo que se questiona, portanto, o compreender traz informações, conseqüentemente, aprendizagem do desconhecido.

Na ciência, a construção do conhecimento ocorre ou deve seguir um modo de fazer, isto é, um procedimento formal e sistemático, exige-se uma epistemologia à pesquisa, para além disso, a arte do pesquisar visa apreender o objeto de estudo na sua totalidade, e assim cumprir seu propósito.

Frisa-se, pesquisa é “buscar com investigação” (CUNHA, 1991, p.600), e, investigação por sua vez é “seguir os vestígios de”, “indagar” (CUNHA, 1991, p. 444). Filosoficamente, o

sentido também não se distancia, haja vista que, pesquisa significa investigação (ABBAGNAMO, 2007).

Para Ander-Egg (1978, p.28) “a pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis em qualquer campo do conhecimento”. Sim, pesquisa consiste em uma reunião de operações ou atividades que visa descobrir novos conhecimentos em vários domínios, principalmente, no âmbito científico⁶, como sua definição. Conquanto, o termo não pode ficar restrito ao entendimento de que pesquisa significa buscar informação de algo que se desconhece e que busca conhecer, algo no sentido amplo, tendo em vista que o “sentido amplo se opõe ao conceito de pesquisa como tratamento investigação científica que tem por objetivo comprovar uma hipótese levantada, através do uso de processos científicos (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 43).

Decerto, a investigação como pesquisa científica “é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação. Sua finalidade é descobrir respostas para questões mediante a aplicação do método Científico” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 43). Em outras palavras, seguir os vestígios de um determinado objeto de estudo deve apresentar natureza e finalidade, ademais, significa buscar conhecimentos apoiados em procedimentos capazes de dar confiabilidade aos resultados.

Ainda nas considerações de tais autores “pesquisa é, portanto, um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, as quais têm por base procedimentos racionais e sistemáticos” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 44).

Em síntese, “a pesquisa pode ser considerada “um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades⁷ parciais” (LAKATOS E MARCONI, 2007, p. 157).

Com efeito, a realização de pesquisa científica proporciona compreender a realidade social, na qual os sujeitos sociais estão inseridos, além de construir o conhecimento científico; uma investigação de modo detalhado com foco em determinada área de saber é um ato de conhecer o real em sua essência.

É importante dizer que, “a pesquisa não reduz a realidade em conhecimento, pois essa continua sendo realidade, mesmo depois de sua problematização e explicação teórica, até

⁶De acordo com dicionário online de Português.

⁷É importante elucidar que verdades, para este estudo, significam descobertas científicas, e não algo que não muda com o tempo.

quando é limitada para estudo, pois o que sobra ainda é realidade construída como processo” (SETUBAL, 2013, p.50).

O ato de investigar para conhecer o real é forjado na academia, a pesquisa faz parte dos elementos indispensáveis à formação profissional, ademais, o espírito científico é necessário no cotidiano, sobretudo, no âmbito acadêmico e científico. Segundo Bachelard (1996, p. 18):

O espírito científico proíbe que tenhamos uma opinião sobre questões que não compreendemos, sobre questões que não sabemos formular com clareza. Em primeiro lugar, é preciso saber formular problemas. E digam o que disserem, na vida científica os problemas não se formulam de modo espontâneo. É justamente esse sentido do problema que caracteriza o verdadeiro espírito científico. Para o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico.

Do exposto, pode-se dizer que, arriscar pontos de vistas sem indagações, dar respostas sem realizar uma investigação ou opinar sem formular uma pergunta sobre dada realidade não produzem conhecimento científico, não condiz com a ciência, ou seja, para ciência e na academia, ter um espírito científico é ser questionador, aquele que suscita a problematização com intuito de compreender o que se questiona, e gerar conhecimento sobre o que se questiona.

O Serviço Social na atualidade exige um perfil profissional com essa formação crítica, com uma formação profissional capaz de desvelar as dimensões constitutivas da chamada questão social (GUERRA, 2009). Nesse sentido, isso nos remete ao que trata Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social “as dimensões investigativa e interventiva como princípio formativo e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade” (ABEPSS, 1996, p. 61), em outras palavras, a investigação e a intervenção são dimensões que constituem o exercício profissional do assistente social.

Cabe assinalar que há uma distinção entre dimensão investigativa e pesquisa, Guerra (2009, p.4) “explicita-se, então, a dimensão investigativa da prática como constitutiva do exercício profissional bem como se reconhece e se enfatiza a natureza investigativa de grande parte das competências profissionais”. E, pesquisa é “um processo sistemático de ações, visando investigar/interpretar, desvelar um objeto que pode ser um processo social, histórico, um acervo teórico ou documental” (GUERRA, 2009, p.8).

Pode-se inferir que, a dimensão investigativa é um elemento que configura o agir profissional, algo no sentido abrangente, enquanto que pesquisa é um procedimento formal e reflexivo para capturar a realidade social, uma ferramenta para o trabalho profissional. O que se reforça é “a investigação da realidade se situa como exigência do exercício profissional” (GUERRA, 2009, p.8-9).

Destarte, a Lei de Regulamentação da profissão⁸ estabelece tanto nas competências como nas atribuições privativas o cumprimento da pesquisa no exercício profissional, como pode-se observar no inciso VII do artigo 4º: planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais, configuram-se competências; já no inciso I do artigo 5ª, ressalta que: coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas na área de serviço social, são atribuições privativas deste profissional (BRASIL, 1993).

Guerra ressalta que

[...] no cumprimento das atribuições e competências socioprofissionais, há que se realizar permanentemente a pesquisa das condições e relações sob as quais o exercício profissional se realiza, dos objetos de intervenção, das condições e relações de vida, trabalho e resistência dos sujeitos sociais que recebem os serviços (GUERRA, 2009, p.1).

Sabe-se que a profissão é histórica-social, e, a busca por respostas aos problemas do cotidiano é um compromisso social do profissional, ademais, a “pesquisa é como um diálogo inteligente com a realidade, tornando-o processo e atividade e como integrante do cotidiano” (DEMO, 2006, p.36-37), portanto, uma habilidade necessária.

Cabe destacar que, o Serviço Social “não dispõe de uma teoria própria, nem é uma ciência; isto não impede, entretanto, que seus profissionais realizem pesquisas, investigações etc., e produzam conhecimentos de natureza teórica, inseridos no âmbito das ciências sociais e humanas” (NETTO, 1999, p.102).

A pesquisa ocupa um papel fundamental no processo de formação profissional do assistente social, atividade privilegiada para a solidificação dos laços entre o ensino universitário e a realidade social e para a soldagem das dimensões teórico-metodológico e prático-operativas do Serviço Social, indissociáveis de seus componentes ético-políticos (IAMAMOTO, 2015, p. 273).

Decerto, a pesquisa é importantíssima para formação e o trabalho do assistente social, tendo em vista à compreensão da realidade social, a construção do conhecimento científico, além disso, o embasamento da intervenção profissional. Faleiros diz que “a pesquisa se solidifica a partir do trabalho continuado, de base. Para isto é fundamental a criação de núcleos de pesquisa em cada instituição, em cada universidade” (FALEIROS, 1999, p. 168), em outras palavras, a pesquisa é de suma importância, criação de grupos de pesquisas, bem como núcleos nas universidades e institutos, na verdade, a materializa.

⁸Lei Nº. 8.662, de 07 de junho de 1993.

Contudo, sabe-se que, esse caráter investigativo, através da pesquisa na política educacional, sobretudo, nas diretrizes curriculares de um curso não era requisito. Para compreender melhor, fez-se necessário contextualizar sumariamente os principais percursos do Serviço Social que impulsionaram à pesquisa.

Antes de tudo, reconhece-se que foram os programas de pós-graduação que estimularam as realizações das pesquisas na área de Serviço Social, como em outras. Embora, a pesquisa, nas diversas áreas do conhecimento, como forma instrumental não se inicia no adentro das universidades, mas sim em instituições como Museu Nacional, o Instituto Oswaldo Cruz, Instituto Butantan, entre outros, que desenvolvem pesquisas bem antes das criações dos programas de pós-graduação em território nacional (SETUBAL, 2013).

Reconhece-se também a investigação científica como interesse, preocupação e trabalho dessas instituições de referências para comunidade científica, mas, foram às universidades que ganharam espaços, bem como incentivos para promoção e consolidação das pesquisas, isso impulsionou a expansão dos programas de pós-graduação, conseqüentemente a formação de pesquisadores.

No tocante à pesquisa no Serviço Social a preocupação teve um largo impulso nos anos de 1980, com encontros nacionais de pesquisa e/ou pesquisadores em Serviço Social (IAMAMOTO, 2015). No entanto, impede destacar que, desde 1960 a pesquisa recebeu certa excitação, Setubal defende que,

[...] a reconceituação, movimento que, desencadeado em toda América Latina resultou do despertar crítico do Serviço Social e alimentou no sentido de busca instrumentalizada pela pesquisa, algumas de caráter exploratória e outras de caráter descritivo, e aprofundamentos teórico-metodológicos que dessem conta das novas exigências conjunturais (SETUBAL, 2013, p.79).

Cabe destacar que, o Movimento de Reconceituação é considerado evento marcante na trajetória do Serviço Social, pois, foi nesse movimento que houve uma manifestação da insatisfação dos profissionais no que tange às questões teórico-metodológicas da profissão, essa por sua vez, tomou fôlego com denúncias e diversas críticas às propostas de atuação profissional que culminaram na perspectiva de uma mudança social e política da postura dos profissionais. “Essa resposta é o movimento de reconceituação” (IAMAMOTO, 2015, p.207).

O movimento de reconceituação no Brasil se diferencia radicalmente do eixo do debate das temáticas polarizadas nas maiores dos países latinos americanos, ocorrendo tardiamente (meados dos anos 70 do século passado), culminou com o período da ditadura militar, um cenário de imenso controle do Estado e censura, ou seja, pouca abertura para debate. Iamamoto afirma que “esse panorama contribui para que no Brasil, diferentemente da tônica dos demais

países, o embate com o Serviço Social tradicional se revertesse em uma modernização da profissão que atualiza a sua herança conservadora” (IAMAMOTO, 2015, p. 215).

Em linhas bem gerais “os esforços emanados da reconceituação que perpassam a década de 1970 não conseguiram desvencilhar o Serviço Social dos liames positivistas, o que ocasionou certa similitude com as práticas anteriores a esse momento” (SETUBAL, 2013, p. 80).

Isso é tão verídico que muitos autores estudiosos do Serviço Social, como José Paulo Netto (1994) e Iamamoto (2015) consideram que não houve uma ruptura com o tradicional, o primeiro considera esse movimento como um processo de renovação, a última, avalia como reformismo conservador.

Setubal (2013) defende que independentemente de como foi classificado o movimento de reconceituação no Brasil, o serviço social tem registrado na sua história a preocupação com a produção do conhecimento, mesmo antes da pós-graduação. Infere-se que, a pesquisa no âmbito do Serviço Social não é algo novo, o reconhecimento coincide com sua polarização no contexto brasileiro, ao interesse dos profissionais e dos intelectuais preocupados em colocar em pauta o debate de novos estudos, bem com os aspectos teórico- metodológicos da profissão, assim, o movimento impeliu à pesquisa.

Para Setubal, isso pode ser visto também antes dos programas de pós-graduação a partir das tendências de linhas de pesquisa utilizadas no meio do Serviço Social, em algumas instituições, a saber: no Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS) com aportes nos encontros regionais preparatórios para eventos nacionais que deram origem aos trabalhos apresentados em Araxá (1967), Teresópolis (1970) que não apenas expressam, mas também confirmam o pensamento conservador de fundo positivista (SETUBAL, 2013).

A outra tendência, por sua vez, aportada pelo Centro Latino Americano de Trabalho Social (Celats) é a matriz marxista explicitados nos documentos do Método de BH. Embora ambas as instituições não constituam órgãos de investigação em alguns momentos na sua trajetória utilizaram procedimentos metodológicos de pesquisa (SETUBAL, 2013).

Mas, é bom esclarecer que, no caso da pesquisa no Serviço Social no Brasil, os programas da pós-graduação foram motrizes para desenvolvê-las, bem como a produção do conhecimento, figurando-se assim, as criações dos primeiros programas de pós-graduação a partir da década de 1960, criados com objetivos específicos de cada universidade e região, contudo, contribuíram também para ascensão da dimensão da pesquisa na área de Serviço Social.

De acordo com Lara (2007, p. 74) “a partir dos anos de 1980, com maior evidência, a profissão se inseriu como interlocutora das demais áreas do conhecimento e começou a responder pela sua própria produção teórica, permitindo maior destaque à pesquisa acadêmica”, isso significa avançar no quesito pesquisa no Serviço Social.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social também aborda a relevância da pesquisa para o Serviço Social:

De fato, a pesquisa das situações concretas é o caminho para a identificação das mediações históricas necessárias à superação da defasagem entre o discurso genérico sobre a realidade e os fenômenos singulares com os quais se defronta o profissional no mercado de trabalho (ABEPSS, 1996a, p. 152).

Assim sendo, o Serviço Social, na sua formação pauta-se em um tripé, o qual a pesquisa está inserida, sobre isso, Iamamoto (2005, p.71) sinaliza:

A formação pretendida encontra-se apoiada no tripé ensino/pesquisa/extensão, materializando as múltiplas dimensões que qualificam a instituição universitária. Representa um avanço na formação do assistente social que, historicamente, privilegiou o ensino, em detrimento da pesquisa e da extensão. Hoje, a pesquisa é vista como um elemento constitutivo do exercício e da formação desse profissional, e não apenas uma atividade eventual. Engloba tanto o de uma atitude investigativa, quanto a competência para a formulação de projetos de pesquisa e para a sua realização. Ora, é preciso conhecer a questão social, ‘matéria-prima’ do trabalho profissional, como condição para atuar na direção dos objetivos propostos. Supõe identificar os processos sociais a serem analisados, as novas mediações que os requalificam, como são vividos pelos indivíduos sociais e como os enfrentam.

O conhecer foi compreendido como necessário. Nota-se, o reconhecimento e importância da pesquisa no Serviço Social, além disso, adequação de instituições do serviço social para ampará-la. Nesse sentido, atualmente, a pesquisa é considerada imprescindível tanto na formação quanto no trabalho do profissional de Serviço Social; na formação se tornou pré-requisito, nesse sentido Netto afirma, “a pesquisa assume, assim, um papel decisivo na conquista de um estatuto acadêmico que possibilita aliar formação com capacitação” (NETTO, 2009, p.1).

Vale destacar que, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, desde em 1996 incorporou o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais (CEDEPSS), lembrando que, antes a entidade denominava-se Associação Brasileira de escolas de Serviço Social (ABESS), criada em 1946. “Tal mudança nem de longe se restringia à sua denominação: ela expressava o grau e o nível de maturidade que a pesquisa na área havia alcançado e a necessidade de socializar o conhecimento produzido” (GUERRA, 2011, p. 127).

Para entidade⁹, os objetivos dessa fusão foram fortalecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na formação profissional; articular graduação e pós-graduação; fortalecer a natureza científica da entidade; dar maior organicidade, o que culminou na criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) em 2010. De fato, institucionalização da pesquisa via ABEPSS foi um avanço significativo, desde sua criação até dias atuais a entidade tem sido referência na matéria de Serviço Social no âmbito da pesquisa, mas não exclusivamente sobre pesquisa.

Na atualidade, os GTPs¹⁰ têm dado organicidade, eles são compostos por pesquisadores, grupos, núcleos, redes da área e de área afins, configurados em oito (08) grupos, a saber:

1. Trabalho, Questão Social e Serviço Social;
2. Política Social e Serviço Social;
3. Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional;
4. Movimentos Sociais e Serviço Social;
5. Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social;
6. Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades;
7. Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; e
8. Serviço Social, Geração e Classes Sociais.

Os GTPs trazem em suas ementas inúmeros assuntos sobre um diversificado universo que abrangem as expressões da questão social, mas observa-se também uma certa limitação quanto às temáticas, porque existem particularidades que não são singularidades deste universo, especialmente, em pesquisas fora do eixo Sul e Sudeste.

Ainda na esteira do debate sobre pesquisa, a área da Educação no Brasil dispõe de outra referência, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES¹¹, esta tem por atribuição apoiar as universidades, através dos seus programas, estes possuem metas de elevar o nível de pesquisa científica em diversas áreas, além disso, atua na expansão e consolidação de pós-graduação stricto sensu em todos os estados brasileiros, além de avaliar a cada quatro anos os cursos que conferem diplomas oficiais de mestrado e doutorado (CAPES, 2021).

⁹De acordo com informação do site oficial da ABEPSS, <https://www.abepss.org.br/quem-somos>.

¹⁰ Os GTPs constituíram referências para análise dos temas das dissertações do PPGSS, portanto serão discutidos nos tópicos 2.3 e 3.1 deste estudo.

¹¹Agência Governamental vinculada ao Ministério de Educação – MEC.

A CAPES desempenha diversas atividades desde 1951, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas e ações, como: Avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; promoção da cooperação científica internacional; e indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância (CAPES, 2021). Contudo, numa perspectiva crítica, a CAPES tem incorporado contradições na sua atuação, visto que, focaliza irredutivelmente em prazos, concentra bolsas em determinadas áreas de estudos e as cobranças são exacerbadas, sobretudo, no que se refere à publicização, na sua avaliação; um privilegiado atravessado pela lógica do produtivismo.

Vale destacar que, no panorama mais geral, a pesquisa também estava como demanda e proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020, que visa definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil, inclusive dois dos cinco eixos dos planos eram voltados diretamente para pesquisa, a saber: 2 – a criação de uma nova agenda nacional de pesquisa e sua associação com a pós-graduação; 4 – a multi- e a interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e importantes temas da pesquisa (BRASIL, 2010, p.15).

Contudo, é notório um sucateamento da política de incentivo ao sistema nacional de pós-graduação, em diversos aspectos, entre eles, pode-se sinalizar, os cortes do financiamento para incentivos à pesquisa e à ciência, bem como o desfinanciamento para as pesquisas nas áreas das ciências humanas e sociais, entre outros. Guerra (2011, p.137) enfatiza “os anos 2000 consolidam um processo de sucateamento do ensino em todos os níveis reverberando na Pós-Graduação, o que põe em risco o seu padrão de qualidade acadêmica, que, contraditoriamente, marcou o projeto educacional da ditadura”. Nota-se que, o descompromisso ou a irresponsabilidade dos governos quanto à educação, no sentido mais amplo, não é algo recente, entretanto, na atualidade, isso tem sido cada vez mais invasivo.

Dito isso, a pesquisa também pode ser vislumbrada através de outros órgãos, como por exemplo, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)¹², o qual tem por missão promover o desenvolvimento científico e tecnológico e executar pesquisas necessárias ao progresso social, econômico e cultural do país (CNPq, 2021).

Cumprido destacar, diferente da CAPES (que como foco a formação de pessoas por meio de programas de pós-graduação) o CNPq visa à realização de pesquisa. Para isso, suas atividades são organizadas de diversas formas, uma delas é o inventário de grupos de pesquisa

¹²Órgão vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC).

existentes no Brasil. Para essa organização existe o Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, uma base de dados que busca incluir todas as atividades permanentes de pesquisa em universidades, institutos, laboratórios e outras organizações de investigação científica. Ademais, o CNPq oferece bolsas aos pesquisadores, tanto com a finalidade de permitir que eles se capacitem quanto para a realização de pesquisas propriamente (CNPq, 2021).

De acordo com CNPq¹³ 531 instituições estão cadastradas na plataforma; outro dado relevante diz respeito aos grupos de pesquisas que correspondem 37.640 grupos, desse quantitativo 2.382 são da região norte, região como menor quantitativo de grupos de pesquisas cadastrados na plataforma¹⁴. Isso pode estar relacionado ao número de instituições idealizadoras de pesquisas, bem como os programas de pós-graduação das universidades existentes na região, em síntese, um quantitativo considerado pouco comparado à extensão da região e os números das outras regiões do país (Sudeste com 16.009; Sul com 8.637; Nordeste com 7.713; Centro-Oeste com 2.899), todavia, conquistas significativas quando se reporta à linha do tempo da história da ciência na região norte.

2.1.1 Região Norte: o cenário da pesquisa no Amazonas

Falando em região Norte, é importante traçar a história da ciência, reproduzindo os principais e primeiros estudos na e sobre Amazônia, com ênfase, o Amazonas, foco deste estudo. Em linhas bem gerais, a região Amazônica, em diversos aspectos e por muito tempo, foi esquecida, era considerada um espaço extenso, porém “vazio”, como assinala Melo (2015, p.171) “[...] o Amazonas, assim como a região amazônica, era praticamente isolada e distante da sociedade nacional”, logo, a institucionalização da pesquisa e do conhecimento científico na região levou mais tempo e esbarrou em muitos entraves. Melo (2015) afirma que um fator para mudança institucional desse cenário está imbricado a questão geopolítica.

Segundo Nonato e Pereira (2013, p. 94) “para compreender a ciência na Região Norte do Brasil, é importante considerar a sua estreita relação com os objetivos geopolíticos e de exploração de recursos naturais da floresta amazônica, bem como o relacionamento com as comunidades tradicionais”.

Nesse sentido, numa breve linha do tempo, mostrar-se-á os principais fatos históricos que demarcaram a ciência na Amazônia.

¹³Dados do último censo da CNPq, realizado em 2016.

¹⁴Dados extraídos do site oficial - <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/censo-atual>.

Nonato e Pereira (2013) apontam que os primeiros relatos, isto é, os primeiros estudos, da região Amazônica vieram com expedição de Francisco Orellana, no século VI, e estes traziam a descrição das habilidades da mão de obra indígena, contudo, Portugueses não se empenharam em estabelecer bases fixas na Amazônia, em função da aparente falta de riquezas minerais. Por conta disso, várias expedições foram realizadas por exploradores de diversas origens e seus relatos suscitaram especulações na Europa sobre possíveis riquezas e os “seres exóticos” existentes no “novo mundo”. Tais autores (2013) ainda destacam, no final do século XVI, as terras da Amazônia já eram exploradas por holandeses, franceses, ingleses e espanhóis, assim, o interesse em conhecer e estudar a região ganha parte da Europa.

Vislumbra-se que a busca por conhecimento acerca da região ocorreu desde o processo de colonização; dentre os diversos objetivos das expedições, buscavam conhecer os povos tradicionais do local, isso significa dizer que, os “seres exóticos”, como eram chamados os povos da região por eles, foram os primeiros focos das investigações, para este estudo pode-se concluir, esses como os primeiros temas de pesquisas explorados sobre a região.

No século XVII, o destaque é o financiamento de Portugal às expedições visando reconhecimento do território, inclusive com instrumentos para coordenadas geográficas (NONATO; PEREIRA, 2013), isso revela os interesses políticos imbricados com estudos científicos, bem com a abordagem destes nas pesquisas. Esses estudos podem ser considerados os primeiros esboços do que viria a ser a ciência etnográfica do século XIX¹⁵.

No século XVIII, as buscas por conhecer os povos tradicionais persistem, bem como avanços nos levantamentos e estudos etnográficos; a catalogação da fauna e flora também se destacam nos desdobramentos dos estudos científicos na região. Conforme Nonato e Pereira (2013, p. 99):

Entre 1783 a 1792, a expedição oficial chefiada por Alexandre Rodrigues Ferreira coletou e catalogou, com o auxílio de “índios civilizados”, um grande acervo de ervas com valor comercial, espécimes e artefatos indígenas da região. Para muitos historiadores, foi o maior empreendimento científico realizado no período colonial.

Pelo exposto, pode-se dizer que, as primeiras iniciações científicas na Amazônia foram de interesses geopolíticos e tais acontecimentos não são raros nos dias atuais; porém, as produções do conhecimento sobre a região têm um valor significativo às práticas científicas.

Seguindo no percurso do tempo, o século XIX se destaca como o período que compreende o progresso da ciência; Nonato e Pereira (2013) asseveram a ciência

¹⁵ (GONDIN apud NONATO; PEREIRA, 2013).

institucionalizada na Amazônia só se desenvolveu efetivamente a partir do boom da economia extrativista do látex, no final do século XIX. Nesse cenário, as ciências naturais e a antropologia ganham evidências; fundações dos museus são grandes marcas, pois, neste período são estes espaços que promovem pesquisas. Vale frisar, o papel impulsionador do ciclo da borracha neste avançar da ciência na região, inclusive, os estudos sobre seringueiras se configuram também propósitos econômicos, enfim, a região vai despertando interesse em diversos aspectos acompanhados das diretrizes geopolíticas. Melo corrobora:

Na segunda metade do século XX, a “operação Amazônica” cujo teor ainda persiste a ideia de “transformar a economia da Amazônia, fortalecer suas áreas de fronteiras e fazer a integração do espaço amazônico no todo nacional é um exemplo dessa questão geopolítica (MELO, 2015, p. 172).

Nas palavras de Nonato e Pereira (2013) na virada do século XIX para o século XX, estudar a seringueira, dado seu valor para a industrialização europeia, principalmente com a difusão da bicicleta e do automóvel, tornou-se um tema importante na agenda dos botânicos. Assim, os estudos e as pesquisas eram em consonância a imposição e o interesse do sistema dominante, algo também visível na contemporaneidade.

Ainda na breve linha do tempo, destaca-se os principais fatos do século XX, com decadência da borracha, um novo desenho social desencadeia diferentes ações, conseqüentemente, outros desdobramentos para ciência na região. O foco não é mais criações de museus, mas, escolas técnicas e faculdades; os projetos são com fins agrícolas; as ciências médicas se destacam associada à ampliação de infraestrutura, os trabalhos científicos são relacionados às doenças tropicais (NONATO; PEREIRA, 2013). Vale sinalizar que neste contexto foi criada em Manaus, em 1909, a Escola Universitária Livre de Manaós, a qual abrigava as Faculdades de Humanidades, Direito, Medicina, Odontologia e Engenharias, mas fechada em 1926 (NONATO; PEREIRA, 2013).

Constata-se ainda, estudos antropológicos, com pesquisa participante, no meio da floresta amazônica. Nonato e Pereira (2013, p. 108) destacam que “durante essas expedições antropológicas, os indígenas eram o “objeto de estudo” e, ao mesmo tempo, prestavam serviços como “auxiliares de laboratório” que viabilizavam as pesquisas em meio à floresta”. Ademais, as criações de diversas instituições, bem como discursos e debates polêmicos em favor da biodiversidade marcam este século. Nesse bojo, ocorre à criação de um instituto para a Amazônia sob a administração do CNPq, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) – sua missão foi direcionada para a “investigação de todos os problemas de interesse

da região sob o ponto de vista científico”¹⁶, em resumo, um cenário marcado por apropriação da região.

Essa breve linha do tempo revela os primeiros direcionamentos dos estudos para e na região, os primeiros temas explorados e os mais estudados, os primeiros espaços oficiais para prática científica, os fatos que corroboram para isso, bem como os entraves e conquistas, enfim, fatos sobre a pesquisa e a ciência na região amazônica, sobretudo, nos permite compreender o contexto atual, isso nos remete ao que Nonato e Pereira (2013) asseveram, o processo histórico nos fornece elementos para entender a atual organização técnico-científica na região Norte do Brasil. De tal modo, vale salientar que, tudo isso ocorreu num movimento dialético, tendo como elementos constitutivos os processos históricos, econômicos, políticos e sociais, ou seja, uma relação entre sujeito e objeto a partir das mediações.

Diante do exposto, é possível afirmar que, a área do Serviço Social nos estudos não é destaque, embora, as expressões da questão social ao longo do percurso histórico são axiomáticas. Contudo, no século XXI mostra uma realidade diferente, segundo Lara (2007, p.74) “o serviço social contemporâneo responde por uma significativa produção de conhecimentos nas mais diversas áreas e subáreas das ciências sociais” (LARA, 2007, p. 74).

Na esteira deste debate, é importante enfatizar que, as universidades são as principais instituições com missão de realizar pesquisa, na verdade, seguem ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, e aqui na região, as universidades e os institutos não se eximem do seu papel, embora esbarram-se em empecilhos.

Nesse sentido, pontua-se, três instituições atuantes e referências na atualidade, com ênfase no Amazonas, a saber: Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), justificando que, a primeira é única com programa de pós-graduação em Serviço Social, e, no projeto pedagógico da graduação consta realização de atividade iniciação científica na área. A segunda, refere à instituição de pesquisa com estudos abrangentes, no entanto, centraliza às pesquisas na Amazônia, e por último, uma agência de fomento e apoio às pesquisas no contexto local, isto é, no Amazonas, nesse sentido, a FAPEAM se destaca. Contudo, é salutar afirmar, existem outras instituições que promovem ciência e são relevantes na região como essas.

¹⁶ (FAULHABER; TOLEDO, apud NONATO; PEREIRA, 2013).

A Universidade Federal do Amazonas tem buscado cumprir o princípio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão com cursos graduação e pós-graduação nas mais diversificadas áreas do conhecimento, sobretudo, na pós-graduação, tendo em vista que o núcleo da pós-graduação é a pesquisa. Com 31 Cursos de Mestrados Acadêmicos, 4 de Mestrados Profissionais e 14 Cursos de Doutorados (PROPESP, 2019) a universidade tem realizado pesquisas e produzido conhecimento. Entre os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, nível mestrado, um é em serviço social, o Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), único voltado para área de serviço social no Amazonas.

O programa foi criado em agosto de 2007 visando formar recursos humanos voltados para o entendimento da realidade amazônica e para o exercício da atividade da docência de ensino superior, envolvendo ensino, pesquisa e extensão (PPGSS, 2015). “Esta é a única pós-graduação *stricto sensu* em serviço social do estado do Amazonas e a segunda criada na região norte do país, sendo a primeira fundada em 1990 no estado do Pará” (PINHEIRO; ANDRADE; CUNHA, 2020, p. 489).

O PPGSS tem como temática transversal à sua área de concentração a discussão sobre sustentabilidade socioambiental, haja vista que o Amazonas é o maior estado da região Norte localizado no coração da Amazônia brasileira, ademais, a matéria prima da intervenção do Serviço Social (as expressões da questão social) apresenta singularidades bem como particularidades da Amazônia. Segundo Pinheiro, Andrade e Cunha (2020, p. 489) “por meio do desenvolvimento de pesquisas e ações de extensão, o PPGSS busca responder às particularidades da questão social na Amazônia, ao desnudar e apontar caminhos para seu enfrentamento, bem como formar profissionais para atuar nas políticas públicas”. Deste modo, o Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, tem apresentado uma média anual, de (9.5) trabalhos com estudos de temas importantes e grande relevância social (MELO, 2021), configurando-se assim, um núcleo de pesquisa de relevância na matéria de serviço social no Amazonas, bem como na região norte, quiçá, no Brasil.

Destaca-se ainda, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, criado em 1951, tem por missão gerar e disseminar conhecimentos e tecnologias e capacitar recursos humanos para o desenvolvimento da Amazônia. Os focos das pesquisas são: Biodiversidade; Dinâmica ambiental; Tecnologia e Inovação; Sociedade e ambiente (INPA, 2013). Embora o instituto não seja voltado exclusivamente para área de concentração do serviço social, trata-se de um instituto que abarca de modo geral as pesquisas na Amazônia, portanto do serviço social.

Cumprir frisar que, diversos elementos são importantes para desenvolver da ciência, sabe-se que, as agências de fomento à pesquisa científica são instituições que atuam como instrumentos de aporte às pesquisas, no Brasil algumas são referências, como já mencionadas neste trabalho, e no âmbito do Amazonas, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), se apresenta com uma instituição de suma importância para promoção da pesquisa na Amazônia, especialmente, nos últimos anos com cortes de verbas para as universidades, no Amazonas ela tem dado suporte com tenacidade às pesquisas, inclusive, às no âmbito do Serviço Social.

A FAPEAM¹⁷ promove e apoia o desenvolvimento científico e tecnológico, através da criação, lançamento, execução, acompanhamento e avaliação de programas de fomento à pesquisa. Os seus programas visam apoiar a execução de projetos pesquisas, organização de eventos, publicações científicas, além de estimular a divulgação nacional e internacional de trabalhos científicos desenvolvidos no estado do Amazonas. Os programas de fomento são auxílio a pesquisador, bolsas auxílios adicionais no país e exterior.

O quadro 1 mostra o quantitativo de bolsas e de projetos financiados pela agência em diversas modalidades nos últimos três anos, nesses anos nota-se oscilações nestes quantitativos, e, no ano de 2020, culminância da pandemia Covid-19, um acréscimo maior, em relação ao ano anterior e posterior, observa-se também que, em 2021, ocorre declínio nestes dados, algo que pode estar relacionado ao desfinanciamento.

Quadro 1 – Indicadores dos últimos três anos da FAPEAM¹⁸

Indicadores de 2019												
Indicadores	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Quantidade total de bolsistas	1.798	1.775	1.636	1.582	1.694	1.721	1.778	1.713	2.733	3.169	4.370	2.726
Número de projetos em execução	1.177	1.224	1.193	1.221	1.186	1.184	1.175	1.001	1.435	1.487	1.551	1.560
Indicadores de 2020												
Indicadores	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Quantidade total de bolsistas	2.090	2.028	1.838	2.102	2.203	2.182	2.162	1.483	2.361	4.109	4.516	3.003
Número de projetos em execução	1.526	1.521	1.495	1.484	1.475	1.491	1.491	852	1.120	1.592	1.661	1.702
Indicadores de 2021												
Indicadores	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.

¹⁷Informações extraídas do site oficial da Fundação - <http://www.fapeam.am.gov.br/programas>.

¹⁸ Informações acessadas em 07 de fevereiro de 2022.

Quantidade total de bolsistas	2.383	2.347	2.202	2.198	2.533	2.516	2.495	1.703	2.977	4.463	4.773	3.764
Número de projetos em execução	1.663	1.671	1.713	478	474	468	458	445	453	445	436	439

Fonte: FAPEAM (2019; 2020 e 2021).

Decerto, a forma atual do capitalismo tem influenciado e provocado diversas mudanças, ampliando as preocupações quanto à educação, como a intensificação do seu processo elitista. Chauí numa análise da educação sob uma nova perspectiva diz:

A localização da educação no setor de serviços não exclusivos do Estado significou: a) que a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; b) que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado. Mas não só isso. A reforma do Estado definiu a universidade como uma organização social e não como uma instituição social (CHAUÍ, 2003, p. 6).

Esse modo de ver e querer a educação, sobretudo, na universidade não é favorável para sociedade; universidade com visão organizacional centra-se no operacional. Figurando-se assim uma instituição sem autonomia, sem poder de decisão, submissa ao sistema imposto, em outras palavras, suas normas de conduta provêm de fora, exteriores à sociedade acadêmica. Essa heteronomia da universidade é vislumbrada a olho nu (CHAUÍ, 2003), na docência, na formação, no ensino, na pesquisa, entre outros aspectos da instituição.

Desse cenário, nos interessa sublinhar aqui, a pesquisa. “Por sua vez, a pesquisa segue o padrão organizacional. Numa organização, uma “pesquisa” é uma estratégia de intervenção e de controle de meios ou instrumentos para a consecução de um objetivo delimitado” (CHAUÍ, 2003, p. 7).

Ainda nas argumentações da autora:

Numa organização, portanto, pesquisa não é conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa. Por isso mesmo, numa organização não há tempo para reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos instituídos, sua mudança ou sua superação. Numa organização, a atividade cognitiva não tem como nem por que se realizar (CHAUÍ, 2003, p. 7).

O sistema impor como deve ser uma universidade tem mudado os significados e objetivos da pesquisa. Não raro, na atualidade, os investimentos, incentivos, apoios são para àquelas universidades, às áreas e projetos de pesquisas que os objetos de estudo são de interesses do sistema capitalista. Como destaca Chauí (2003, p. 8):

A ciência deixou de ser teoria com aplicação prática e tornou-se um componente do próprio capital. Onde as novas formas de financiamento das pesquisas, a submissão

delas às exigências do próprio capital e a transformação da universidade numa organização ou numa entidade operacional.

Uma realidade cada vez mais frequente e evidente, nos últimos anos, acompanha-se nas portarias, decretos, bem como em editais (por parte do governo e agências de fomento às pesquisas científicas) uma tendência de amparos e aportes voltados para áreas do conhecimento que julgam importante. Isso ocorre porque “reduzida a uma organização, a universidade abandona a formação e a pesquisa para lançar-se na fragmentação competitiva [...]. Isso significa que a universidade pública produz um conhecimento destinado à apropriação privada (CHAUÍ, 2003, p.8).

Não obstante, a redução de investimentos em áreas das humanas com a justificativa esdrúxula de que precisam focar em áreas que gerem retorno imediato; os significativos cortes orçamentários nos programas de pós-graduação, na verdade, é um compasso de ataque à pesquisa e conhecimento científico. Ademais, as desvantagens das pesquisas das ciências humanas e ciências sociais aplicadas em relação outras áreas ficaram mais evidentes em tempos de crise, pois são as primeiras que sofrem com os cortes e perdas de incentivos e investimentos. Na pandemia da Covid-19, a qual perdura até presente momento¹⁹, esse cenário ficou evidente com o negacionismo por parte do governo federal que as desvalorizam, Carvalho et al (2020, p. 23-24) afirmam que:

A pandemia chega ao Brasil em um momento em que o país tem vivenciado, por parte do governo federal, uma campanha de desqualificação das pesquisas científicas e de depreciação das universidades, onde se destacam o questionamento dos impactos sociais e econômicos das pesquisas das humanidades, o desmonte do financiamento do ensino superior - efetivado por cortes nos recursos para as universidades, pesquisas e bolsas de discentes dos programas de pós-graduação – e o avanço da mercantilização e privatização do ensino superior.

Parafraseando Rubens Casara (2021) uma flexibilização dos direitos conquistados. Contudo, isso não é reflexo da pandemia, mas sim de um governo que compartilha de racionalidades neoliberais, nas palavras do autor, o neoliberalismo se desfaz do ser humano reduzindo-o à lógica mercantil da mercadoria, da concorrência e de seu autoempobrecimento; compõem racionalidades nas quais tudo é negociável e o individualismo é uma virtude (CASARA, 2021). Ainda nas argumentações do autor “a racionalidade neoliberal, portanto, faz

¹⁹ De acordo com a Organização Mundial de Saúde - OMS a COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), e devida sua expansão geograficamente em do mundo constituiu uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional.

com que se insista em fazer do Estado um instrumento a serviço do mercado e dos detentores do poder econômico”²⁰, isso quer dizer, em detrimento aos interesses dos cidadãos.

Enfim, um cenário de desafios, visto que, o neoliberalismo impõe retrocessos, um mix de elementos que visa acabar com o projeto societário equânime e igualitário, conseqüentemente a sociedade sofre com a descrença na ciência, a pesquisa com o desfinanciamento e a educação com a mercantilização.

2.2 Ética e suas implicações na pesquisa

A pesquisa teórica e empírica é pautada em rigorosos procedimentos científicos, informados por valores e clareza de direção política (PRATES, 2021). As pesquisas precisam ser informadas por aspectos, a saber: **axiológicos**, dados pelos valores (ou seja, ética e estética); **epistemológicos**, dados pelo modo como chega ao conhecimento (movimento do método, de como se processa o conhecimento); **ontológicos**, dados pelos determinantes aportados pelas particularidades do próprio objeto, que conformam as categorias explicativas das pesquisas, ou seja, os elementos centrais do problema e das questões norteadoras (condicionantes da particularidade do objeto) (PRATES, 2021).

Neste tópico consta a discussão dos valores axiológicos, com ênfase a ética, salientando que, no primeiro tópico deste capítulo buscou-se apresentar os valores epistemológicos e os ontológicos no primeiro capítulo, reforçados nos itens seguintes, sobretudo no terceiro capítulo, nesse sentido, todos compõem o estudo, como diz Prates (2021), a pesquisa traz imbricado no seu formato esses aspectos.

Para tanto, é impreterivelmente à compreensão do termo ética. Trata-se de um segmento da filosofia que se dedica à análise das razões que ocasionam, alteram ou orientam a maneira de agir do ser humano, especialmente, aquelas que estão inerentes em quaisquer regras, preceitos e normas sociais²¹. Abbagnano (2007, p. 380) conceitua ética como “ciência da conduta”; levando-nos à inferência de que são noções e informações do agir humano, norteados por valores e preceitos universais. Dessa forma, ética é a teoria da ação e do comportamento humano nas suas relações com o dever e com o bem; reflexões sobre e para o agir do ser humano.

²⁰ Rubens Casara em entrevista à Revista Digital Esquinas em 18 de junho de 2020. Disponível em: <https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/politica/o-descuido-com-a-vida-no-brasil-e-um-projeto-politico-afirma-juiz-do-tjrj-sobre-fanatismo-politico/> Acesso em 27 de março de 2022.

²¹De acordo com dicionário online.

Não obstante, Marx e Engels (2019) afirmam que ética se fundamenta na concepção de homem como ser concreto, social e histórico. As condições materiais que determinam a existência humana, isso é afirmação fundante da ética marxista. Para Marx e Engels (2019) a consciência nunca pode ser mais que o ser consciente, o indivíduo; e o ser dos homens é o seu processo de vida real.

Nas palavras de Barroco (2007, p. 19) “a ética é definida como uma capacidade humana posta pela atividade vital do ser social; a capacidade de agir conscientemente com base em escolhas de valor, projetar finalidades de valor e objetivá-las concretamente na vida social, isto é ser livre”. Para Sánchez Vázquez (1984) ética é a teoria do comportamento moral dos homens em sociedade. Cavalcante e Melo (2020, p.221) corroboram “a moral é objeto de reflexão, de conhecimento da ética e se materializa regularizando as relações sociais”. A ética ou a filosofia moral faz parte da filosofia que se ocupa com a reflexão a respeito das noções e princípios que fundamentam a vida moral de uma sociedade. Portanto, ética é:

Um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas livre e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1984, p.84).

Nessa percepção que se pauta este estudo, mas muitas ponderações, concepções e discussões sobre valores éticos e preocupações com os conflitos morais perpassam toda a linha temporal, pois, são e estão atrelados à historicidade da humanidade. Destarte, a reflexão sobre o comportamento humano não é algo recente, remonta à antiguidade. Indubitavelmente, ao longo da história buscou-se encontrar respostas para os problemas inerentes ao ser, como o agir humano, sobretudo, os valores que os conduzem diante dos conflitos e dilemas morais. A ética, que por sua vez se constitui uma reflexão filosófica de comportamento humano específico, o comportamento moral, que comumente é sintetizado pelas ações humanas livre, consciente, bem como responsável, insurge da concretude que o ser humano faz parte, e sua totalidade.

Cumprir destacar que, o avançar da ciência desnuda conflitos e dilemas morais, evidentemente, atribui uma conduta ao humano, mas quais valores consistem tal comportamento? Enfim, quais às implicações éticas na pesquisa, no contexto da ciência? Costa et al (1998, p. 21) assinalam que “ligar conhecimento e ética primeiro tornou-se um problema, pois, a determinação necessária, ou seja, estabelecer parâmetros de necessidade e ações foi uma dificuldade”. Contudo, o que distingue o universo humano do mundo natural é o valor, e por isto a ética é o domínio dos juízes de valores, e necessários ao contexto da ciência.

Diante do exposto, numa breve contextualização histórica apresentar-se-á o caminho percorrido da ética em pesquisa até o presente momento, como ênfase as com seres humanos. Antes de tudo, ética em pesquisa nem sempre foi um requisito para sua aplicabilidade, de acordo com Braz et al (1994) os princípios éticos emergem em 1900, um documento com normas para experimentação em humano formulada pelo ministério saúde da antiga Prússia; depois, em 1931, um ministro do interior da Alemanha estabeleceu 14 diretrizes para novas terapêuticas e a pesquisa com seres humanos. Sendo assim, o surgimento dos primeiros documentos e diretrizes da tratativa do pesquisar com seres humanos.

Contudo, foi no período de 1933-1945 (nazismo e segunda guerra mundial), que fatos como câmaras de gás, campos de concentração de extermínio; bem como participação de médicos nestes eventos que ocasionaram uma cobrança de forma maciça em relação direitos humanos e aos valores éticos no conduzir das pesquisas (BRAZ et al. 1994).

São bastantes conhecidos os fatos históricos assustadores e escabrosos ocorridos na Segunda Guerra Mundial supostamente em prol do “progresso científico”. Fatos estes, que posteriormente foram considerados crimes de guerras realizados por médicos nazistas, uma vez que eram experimentos cruéis com humanos em campos de concentração, sem o devido respeito e cuidado ético.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, tais experimentos foram amplamente divulgados o que incitou um debate acerca dos valores éticos na aplicabilidade das pesquisas, sobretudo nas com seres humanos, surgindo a ética em pesquisa, conforme Guilhem e Diniz (2014, p.13) “o fim da Segunda Guerra Mundial foi o marco no debate sobre ética em pesquisa”.

No período da guerra, as “cobaias humanas”²²eram obrigadas participarem de experimentos cruéis, como beber água salgada para testar a sobrevida sem água potável; outros foram mantidos em tanques de água com baixíssimas temperaturas a fim de verificar o tempo de sobrevivência, após, eles eram aquecidos para que se observasse sua recuperação termodinâmica; crianças saudáveis infectadas com vírus da hepatite; seres humanos eram submetidas aos procedimentos cirúrgicos sem anestesia para observar as reações, entre outros (GUILHEM; DINIZ, 2014), em outras palavras, experimentos realizados com seres humanos em pesquisas, todavia, sem respeito ao próximo, à sua dignidade, haja vista que, a noção de direitos coletivos ainda era muito fluida. Diferentemente da atualidade, que direitos coletivos

²²A expressão “cobaias” passou a ser utilizada para descrever a condição de vulnerabilidade dos participantes nesses experimentos, e não apenas o uso de animais não-humanos em pesquisas científicas (GUILHEM; DINIZ, 2014, p. 14).

configuram conquistas sociais garantidas por lei e definidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Dito isso, os experimentos (pesquisas) cruéis ocorridos na segunda guerra foram considerados crimes de guerra com direito julgamento, ainda por cima, esse conjunto de fatos e, ampla divulgação levaram a elaboração de diretrizes em nível internacional para a pesquisa científica com seres humanos. O Código de Nurembergue (1947) marca esse evento, uma vez que, representa a entrada definitiva de princípios da cultura de direitos na pesquisa científica; primeiro documento de proteção ética aos participantes de pesquisas científicas, como consentimento voluntário do ser humano, e nasceu justamente como resposta ao julgamento dos crimes de guerra cometidos em nome da ciência nazista (GUILHEM; DINIZ, 2014).

Reconhece-se o significado que tal documento trouxe a questão ética, uma resposta humanista, sobretudo às escabrosas atrocidades ocorridas nas guerras, contudo, segundo Guilhem e Diniz (2014, p. 9) “os pesquisadores não o assumiram como referência ética para ciência livre”, justamente por conta da associação as denúncias e os crimes.

Entretanto, em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos se alavanca para uma direção normativa de fato, com algo sólido, como afirmam Cavalcante e Melo (2020, p. 224) “houve um salto na tratativa aos direitos, inclusive no âmbito da pesquisa”. Decerto, a Declaração Universal e com base nos princípios que ela contém já foram assinados muitos pactos, tratados e convenções versando problemas e situações particulares relacionadas com os direitos humanos. Situações em que a igualdade vinha sendo negada, a declaração fixa regras e estabelece responsabilidades.

A exemplo disso é a Declaração de Helsinque (1964), um documento considerado de referência internacional para tratativa ética das pesquisas na saúde com ênfase aos direitos humanos, pois versa um conjunto de preceitos éticos que conduzem a pesquisa com seres humanos; ademais, esta declaração é considerada a primeira padronização mundial para pesquisa biomédica. “O documento é um desdobramento de alguns preceitos éticos do Código de Nurembergue, porém com objetivos mais concretos de intervenção na prática de pesquisa biomédica” (GUILHEM; DINIZ, 2014, p. 21).

No entanto, tais documentos, declarações ou Lei de Biossegurança não se mostraram elementos suficientes para resolver ou mudar os comportamentos dos pesquisadores no que diz respeito à conduta nas pesquisas, tendo em vista que outros episódios com uma comportamento antiética ocorreram no percurso da história, como o Estudo Tuskegee, nos Estados Unidos, nos anos 1970, que perdurou por 40 anos. Esse é um dos casos mais discutidos na história da ética em pesquisa, o cenário é um estudo sobre sífilis com 600 homens negros dividido em grupos

(aqueles que recebiam tratamento e os que não recebiam), financiado por Estados Unidos, tinha por objetivo conhecer o ciclo natural da evolução da doença, chegando à tona por denúncia através de um jornal (GUILHEM; DINIZ, 2014). O que materializa o conteúdo da denúncia é que no estudo Tuskegee não foi informado aos participantes que se tratava de uma pesquisa médica, descumprindo o princípio de consentimento livre e esclarecido, outrora estabelecido na declaração de Helsinque.

Ainda com o propósito de vislumbrar as implicações da ética na pesquisa, situa-se o relatório de Belmont (1974), este por sua vez foi criado para relatar os debates éticos a partir dos casos de ampla divulgação, para isso foi constituída uma comissão a fim de propor diretrizes para os estudos futuros, gerando tal relatório, no conteúdo desse, três princípios norteadores da ética em pesquisa foram elencados, a saber: respeito pelas pessoas, beneficência e justiça, princípios estes que são fundamentos da bioética.

Na verdade, chegar a ética aplicada, o percurso é longo, mas não distante. Ressalta-se que ética em pesquisa acompanha a história da bioética. Dessa forma, pode-se afirmar que, o marco inicial da ética em pesquisa está associado à bioética, trazendo valores que a vida humana possui, balizando as atitudes do profissional, bem como do pesquisador, princípios e diretrizes para pesquisa com seres humanos. Para além disso, por ser um campo transdisciplinar, a bioética está dividida em duas esferas, em situações emergentes, àquelas que a sociedade tem que lidar em função da tecnologia na esfera da saúde; e as persistentes, situações (conflitos) que estão com a sociedade desde dos primórdios, sendo a pesquisa com seres humanos classificada como uma situação emergente da bioética.

Diante das situações persistentes (aborto, eutanásia, preconceito, miséria, entre outras situações que estão na sociedade há bastante tempo), bem como as situações emergentes (transgênicos, pesquisas com seres humanos, entre outras situações que a sociedade tem que lidar em função da tecnologia) um leque de legislações em nível internacional e nacional foi instituído para aplicabilidade da ética e assim garantir os direitos humanos no campo da ciência. Segundo Guilhem e Diniz (2014) é no intuito de minimizar os riscos e proteger os direitos e interesses dos participantes que as diretrizes éticas estabelecem alguns elementos como fundamentais à pesquisa.

Reconhece-se que a legislação voltada para pesquisa com seres humanos remonta, no contexto mundial, depois da Segunda Guerra Mundial, com ênfase a promulgação dos Direitos Humanos em 1948, e sua regulamentação através de leis nos anos posteriores, bem como outros documentos relevantes no cenário internacional trouxeram pautas e normativas voltadas para tratativa ética na pesquisa, embora numa perspectiva biomédica, Cavalcante e Melo (2020, p.

224) enfatizam “as normativas internacionais cerravam suas ponderações em pesquisas das áreas médicas e demais áreas de Ciências da Saúde, traziam pouco sobre as especificidades das áreas de Ciências Humanas e Sociais”.

Salienta-se que, as duas guerras mundiais (uso de armas de destruição em massa; de massacres e genocídios), bem como a possibilidade de manipulação genética (avanços da biologia e da engenharia genética) impulsionaram o surgimento das discussões sobre a ética em pesquisa. Contudo, as reflexões sobre os conflitos morais são antigas, e pertinentes até os dias de hoje, não apenas nas pesquisas em ciências biológicas, mas em todas áreas de estudo que pesquisam, sejam elas sociais aplicadas, humanas, sociais ou biomédicas.

No contexto mais atual, a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos²³, da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) enfatiza tais reflexões, inclusive estabelece respeito pela vulnerabilidade humana e pela integridade individual, como pode-se observar no seu princípio no artigo 8:

A vulnerabilidade humana deve ser levada em consideração na aplicação e no avanço do conhecimento científico, das práticas médicas e de tecnologias associadas. Indivíduos e grupos de vulnerabilidade específica devem ser protegidos e a integridade individual de cada um deve ser respeitada (UNESCO, 2005, p. 7).

Essa e outras diretrizes éticas contemplam a vulnerabilidade, isso significa dizer que consideram a diversidade das pessoas ou grupos. Na atualidade, as pesquisas científicas seguem os estatutos epistemológicos de acordo com à sua área de conhecimento, pois cada uma possui estatuto epistemológico distinto, mas independente da área, para a construção do conhecimento, pressupostos, estrutura lógica e postura teórica constituem-se elementos indispensáveis, segundo Demo a ciência é a construção do conhecimento com um método (DEMO, 2006), além dos cuidados éticos.

No contexto brasileiro, em 1988 surge a primeira regulamentação, Resolução n° 01, de 13 de junho de 1988, a qual tinha por objetivo normatizar a pesquisa na área de saúde, no Art. 4° mencionava que “toda a pesquisa em que o ser humano for submetido a estudo, deverá prevalecer o critério de respeito à sua dignidade e à proteção de seus direitos e bem-estar”²⁴, considerada um marco inicial e concreto. Todavia, importa frisar que, o Brasil não aderiu ao mesmo tempo que o mundo (1970) as normativas éticas, observa-se, uma lacuna quanto ao período que demarca oficialmente surgimento da primeira resolução com diretrizes específicas

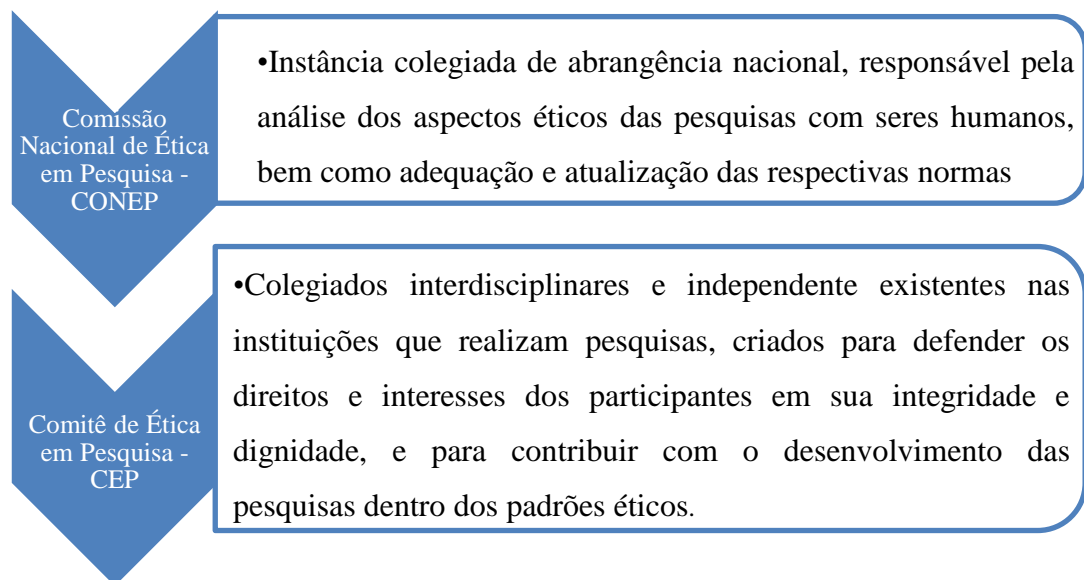
²³ Estabelecida em 2005.

²⁴ Normas de pesquisa em saúde do Conselho Nacional de Saúde (1988).

para a tratativa ética das pesquisas no país. Inclusive, é somente em 1996 que se solidifica a ética em pesquisa no Brasil, com a resolução do Conselho Nacional de Saúde CNS 196/1996, de 10 de outubro de 1996, que instituía diretrizes e normas regulamentadoras da pesquisa com seres humanos no país, bem como, o sistema brasileiro de revisão ética, que consistem os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), Guilhem e Diniz (2014, p. 47) consideram a resolução CNS 196/1996 como “um divisor de águas na ética em pesquisa no Brasil”.

De fato, o sistema CEP/Conep solidifica a institucionalização da ética em pesquisa no âmbito nacional, uma vez que, são autoridades do sistema e possuem papéis relevantes para ética em pesquisa no país.

Figura 1 – As duas autoridades do sistema CEP/Conep



Fonte: CONEP (2017)

Em suma, CONEP é formado pela autoridade nacional de saúde e pelos Comitês autoridade institucional, sendo o CEP, uma autoridade local e porta de entrada para o projeto de pesquisa envolvendo seres humanos (CONEP, 2017). Tais instâncias de relevância pública criadas visando estabelecer diretrizes e normas que disciplinam as pesquisas com seres humanas e atuantes até os dias atuais. De acordo com o Núcleo Gestão do CEP/Conep (2022) no Brasil existem 864 Comitês de Ética em Pesquisa espalhados pelas regiões, a saber: Norte 71; Nordeste 189; Centro Oeste 72, Sudeste 378 e Sul 154, sendo que, no Amazonas encontram-se 15 Comitês.

Impende destacar que, a Universidade Federal do Amazonas possui um Comitê de Ética pesquisa (CEP), criado em 2000²⁵. Esse é constituído por membros das várias áreas do conhecimento, e um representante dos usuários, que tem por finalidade a avaliação da pesquisa com seres humanos da Instituição (CEP/UFAM, 2019).

Vale lembrar que um CEP na instituição favorece aplicabilidade da ética em pesquisa, pois, o comitê é uma autoridade local, a qual detém autonomia para avaliação, bem como propiciar orientações educativas a fim de contribuir com o desenvolvimento das pesquisas dentro dos padrões éticos. Afinal, ter esse espaço institucional significa abertura para apreciação ético dos projetos de pesquisas bem próximo dos pesquisadores, tornando mais acessíveis os encaminhamentos, além disso, denota preocupação da instituição com a ética em pesquisa.

Ainda sobre a Resolução 196/1996, sua enunciação de princípios éticos pautava em dois grandes objetivos: “de um lado, assenta o debate sobre ética em pesquisa em valores compartilhados pela cultura dos direitos humanos. De outro, permite a aplicação desses valores na prática da pesquisa científica” (GUILHEM E DINIZ, 2014, p. 47).

Atualmente, a resolução vigente é a N^o.466, de 12 de dezembro de 2012, que incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, fundamentos da bioética, tais como, autonomia, a beneficência, a não maleficência, a justiça e a equidade, dentre outros, e visa a assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado (CNS, 2012), uma resolução com definições gerais sobre a ética em pesquisa, por isso é referência para todas áreas.

Com efeito, o Brasil dispõe de um leque de resoluções desde 1996, normas aplicáveis às diferentes particularidades das pesquisas, bem como ao contexto social da atualidade, por exemplo, a pandemia apresentou um cenário com novas circunstâncias que exigiram novas normativas para abarcá-las. No caso das pesquisas com seres humanos, o protocolo de biossegurança ficou mais rigoroso, não com intenção de impedir a realização da pesquisa, mas, garantir a integridade e dignidade dos participantes. Nesse sentido, situa-se a Carta Circular N^o 1/2021/CONEP/SECNS/MS, voltada para pesquisas on-line com orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual.

Desse leque de normatizações, destaca-se também, a Resolução N^o 510 de 07 de abril de 2016, voltada para Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvem a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana.

²⁵ Pela Portaria do Reitor n^o 558/99 de 20/04/99 e aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde – CONEP em 04/08/2000.

De acordo com Cavalcante e Melo (2020, p. 225) “somente em 2016, aprovação da resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, iniciou-se a tratativa das particularidades da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais”, configurando assim, uma grande conquista dessa área, visto que no cenário internacional as normativas traziam pouco sobre as especificidades das áreas de Ciências Humanas e Sociais. E, como pesquisas com seres humanos não se configuram estudos restritos as áreas biomédicas e saúde, mas quaisquer áreas que realizam pesquisas com seres humanos, assim sendo, exigências éticas que contemplem suas particularidades são pertinentes.

Cumpra destacar que, fatos com postura antiética, como já citados, também ocorreram e ocorrem nas pesquisas sociais, como os estudos sobre os Yanomamis²⁶ liderados pelo antropólogo estadunidense Napoleon Chagnon considerados intrusivos (com intervenções médicas para retiradas do sangue dos indígenas para ser enviado a laboratórios nos Estados Unidos por meios aliciatórios) (MINAYO; GUERRIERO, 2014).

A tratativa ética em pesquisas com seres humanos independentemente da área do estudo configura-se uma prerrogativa, além disso, elas devem tratar sobre as especificidades de cada área de forma a contemplar o que de fato se refere a pesquisa com seres humanos, como consiste na sua definição, pesquisa que, individual ou coletivamente, tenha como participante o ser humano, em sua totalidade ou partes dele, e o envolva de forma direta ou indireta, incluindo manejo de seus dados, informações ou materiais biológicos (BRASIL, 2012), possuindo essas características são consideradas pesquisas com seres humanos, portanto, cuidados éticos são normativas à comunidade acadêmica.

É importante frisar que a resolução 510/2016 versa a ética como uma construção humana, portanto, histórica, social e cultural; considera também que, a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos, dentre outras (BRASIL, 2016). Os preceitos éticos dessa Resolução são condizentes com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como outras legislações éticas. Para além disso, assentam peculiaridades das pesquisas em Serviço Social (CAVALCANTE; MELO, 2020).

As normativas de Ética e Pesquisa com Seres Humanos encontram ressonância com a Resolução 273/1993 do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) que estabelece os parâmetros éticos para o Assistente Social com os mesmos acordos de enfoque aos direitos humanos [...] (CAVALCANTE; MELO, 2020, p.225-226).

²⁶Indígenas que vivem nas fronteiras com a Venezuela.

Isso significa que o éthos do profissional de serviço social é constituído de princípios que contemplam valores universais no campo dos direitos humanos tão necessários para pesquisa científica, sobretudo, as com seres humanos. Em alguns dos onze princípios fundamentais é indiscutível essa notoriedade, como pode-se observar:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – **autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;**
- **Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;**
- **Posicionamento em favor da equidade e justiça social,** que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (CFESS, 1993, grifos nossos).

Netto (2013) afirma que a liberdade posta no código como valor ético central funda todos os outros princípios, e não por acaso que é o primeiro.

Ademais, no artigo 2 dessa legislação, que constituem os direitos do assistente social preconiza a “liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos” (CFESS, 1993). Isso revela a preocupação da categoria com a questão ética antes das resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS), além disso, mostra que os valores e princípios voltados para estudo e pesquisa são trazidos para particularidade do compromisso profissional.

Os onze princípios fundamentais que pautam as ações do serviço social são valores éticos que possuem uma perspectiva voltada para emancipação humana, de acordo com Behring (2013) o projeto ético-político, que tem o código de ético um dos seus pilares centrais, tem sido compreendido no sentido gramsciano como direção intelectual e moral, aliás, no que diz respeito aos direitos, como momento da emancipação política, e na superação da sociedade capitalista e da emancipação humana. Marx (2009) em sua obra “A questão judaica” aponta a emancipação humana como finalidade central, isso significa valores, entre estes, valores éticos também.

Portanto, as discussões sobre ética, bem como documentos normativos às pesquisas com seres humanos tornaram-se prerrogativas, tendo como concepção que qualquer intervenção sobre a pessoa humana, suas características fundamentais, sua vida, integridade física e saúde mental deve subordinar-se aos preceitos éticos. Não deixando de perceber que deslumbramento com os avanços no mundo da ciência e da tecnologia também criam resistentes, logo, o sentido da apreensão de valores deve ser considerado um saber prático com pilares que fomentam o reconhecimento da dignidade humana, da liberdade e autonomia do ser humano e a defesa dos direitos humanos. Nas palavras de Souza “uma ética crítica, de classe, de base histórica, de

perspectiva transformadora” (SOUZA, 2017, p.81). Assim, um sistema de normas pautado em valores emancipatórios, nessa perspectiva, as exigências éticas não devem ser vistas como uma burocracia sem fundamentos, mas como um sistema de protocolos de proteção a todos envolvidos na pesquisa.

2.3 Panorama das pesquisas do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM

Nesta unidade a intenção é caracterizar o Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, com ênfase a pesquisa, tendo como finalidade alcançar o objetivo específico: verificar o panorama das temáticas de pesquisa nas dissertações a fim de perceber a incidência dos debates e a contribuição de assistentes sociais em nível de pós-graduação para sociedade.

Inicialmente, cabe pontuar que, os resultados aqui delineados são provenientes do levantamento acadêmico²⁷, realizado em 2021, visando a definição do universo da pesquisa apresentado no projeto. Dito isso, ressalta-se, *locus* da pesquisa foi base digital do PPGSS. No site foram encontradas catalogadas 113 dissertações correspondente ao período de 2010 a 2020²⁸, das quais 106 são pesquisas com seres humanos, universo do nosso estudo.

O Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), nota 3, na última avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), desenvolve um mestrado acadêmico, isto é, aquele que tem por objetivo a formação científica e profissional; criado em 2007, com vinculação junto ao antigo Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), hoje intitulado Instituto de Filosofia, Ciências Sociais e Humanas (IFCHS).

Esse programa de pós-graduação é o segundo programa de pós-graduação *stricto sensu* na região norte, vinculado à área Serviço Social, e surge em virtude da expansão das pós-graduação nos anos 2000, de acordo com Pinheiro, Andrade e Cunha (2020) essa pós-graduação (*stricto sensu*) é única na área no estado Amazonas.

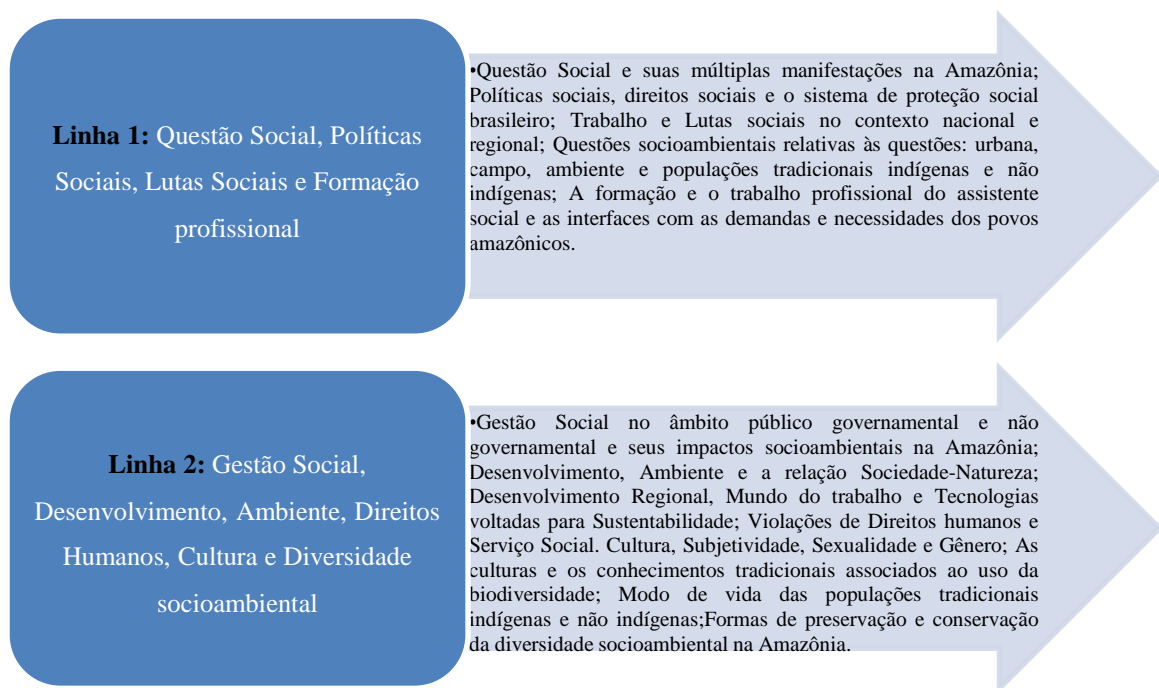
Cabe destacar que desde sua criação, o PPGSS oferece o curso de mestrado acadêmico com ingresso anual, possibilitando assim, inserção de assistentes sociais da região na pós-graduação para aperfeiçoamento profissional e qualificação em nível mestrado, bem como

²⁷ Desse levantamento emergiram os resultados apresentados nos gráficos 1 e 2.

²⁸ Na base digital do PPGSS/UFAM possuem 113 dissertações catalogadas (referente ao período de 2010 a 2020), embora existam mais trabalhos, contudo ainda não listados na plataforma do programa em 2021.

fornece suporte científico às pesquisas em Serviço Social (PINHEIRO; ANDRADE; CUNHA, 2020). O foco do programa é a formação de profissionais em Serviço Social e também em áreas afins, sob o prisma da pesquisa e da intervenção profissional interdisciplinar. Ademais, possui a área de concentração: Serviço Social, Políticas Públicas, Trabalho e Sustentabilidade na Amazônia que se desdobra em duas linhas de pesquisa, buscando fomentar a produção de conhecimentos sobre questões socioambientais que levem em consideração as demandas e necessidades dos povos amazônicos na perspectiva da sustentabilidade socioambiental (PPGSS, 2015).

Figura 2 – Linhas de pesquisa do PPGSS/UFAM



Fonte: PPGSS (2015).

Decerto, uma área de concentração com duas linhas de pesquisas com universo de temáticas, as quais abordam uma realidade num contexto mais global, bem como outras mais locais, tendo em vista as particularidades da Amazônia, considerado um aspecto diferenciador do PPGSS, ressaltando que, as temáticas exploradas se concentram na área de Serviço Social e as investigações buscam capturar e conhecer a realidade objetiva da região amazônica.

Dos cinco objetivos do PPGSS, um volta-se, exclusivamente, a promoção e o fomento das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em relação ao conhecimento dos processos relativos ao Serviço Social, à questão socioambiental e às políticas sociais no cenário global, nacional, regional e local (PPGSS, 2015); visando cumprir o núcleo da pós-graduação que é a pesquisa. Mas também, os (oito) grupos de pesquisas vinculados ao PPGSS/UFAM

consistem em instrumentos favoráveis nesse sentido, além do mais são espaços de socialização e democratização do saber.

Quadro 2- Grupos de pesquisa vinculados ao PPGSS/UFAM

Grupo de pesquisa	Desenvolve estudo sobre:
1. Grupo de Estudo e Pesquisa em Processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia (GETRA)	Responsabilidades Sociais e Trabalhistas; Mercado de Trabalho; Políticas Públicas; Avaliação de Impactos; Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social.
2. Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Sociais Seguridade Social no Amazonas (GEPPSSAM)	Gestão pública das políticas sociais nas áreas de Saúde e Assistência Social.
3. Grupo de Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS)	Direitos e Políticas sociais na Amazônia; Formação e Exercício Profissional do Assistente Social; Mundos do Trabalho e suas múltiplas expressões; Povos tradicionais, Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.
4. Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia - Grupo INTER-AÇÃO	Dinâmica socioambiental visando a elaboração de subsídios para a formulação de políticas públicas mediante o fomento da articulação complexa dos saberes de base científica e os de base popular, sob a orientação interdisciplinar.
5. Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder (GEPOS)	Amazônia, seus processos e sua gente em suas expressões de práticas sociais e políticas, assumindo prioritariamente o corte de gênero e das relações de poder.
6. Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia (GEDIHSAM)	A análise da relação entre a gestão social das políticas públicas, a defesa e garantia de direitos humanos e a criação de alternativas socioambientais sustentáveis de Desenvolvimento Regional.
7. Grupo de Estudos e Pesquisa da Complexidade Amazônica (Interdisciplinar)	As diversas expressões da questão socioambiental na região amazônica; A complexidade amazônica, a religação de saberes e práticas diversas; O modo de vida dos povos tradicionais (agricultores familiares e indígenas) com destaque aos do Baixo Amazonas.
8. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social Crítica, Estado, Movimentos Sociais e Políticas Sociais (TEMPPUS)	Teoria Social Crítica, o Estado e suas relações com a Sociedade, os movimentos sociais e políticas sociais.

Fonte: PPGSS (2021)

Nas palavras das autoras Pinheiro, Andrade e Cunha (2020, p. 492):

Esses grupos são espaços primordiais para formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores. A inserção de discentes e docentes nos grupos de pesquisas oportuniza a participação em estudos mais sistemáticos, eventos científicos, projeto de extensão e participação em pesquisas de maior porte.

No panorama do quadro 2, nota-se a área de abrangência quanto aos estudos desenvolvidos no programa através dos grupos de pesquisas, diga-se, uma área que contemplam temas clássicos do serviço social, como temas mais atuais trazidos com as transformações contemporâneas do trabalho, outros são mais específicos da região Amazônica, suas particularidades, bem como as singularidades, estudos que visam uma leitura da realidade social a fim de compreendê-la. Salienta-se, “o serviço social é apenas uma profissão – não explica e se compreende sem que se explique e compreenda a sociedade em que se desenvolve” (NETTO, 2013, p. 28). Logo, a pesquisa, seja na formação ou na intervenção é fundamental, enfatizando que investigar às expressões da questão social perpetua à dinâmica do fazer profissional.

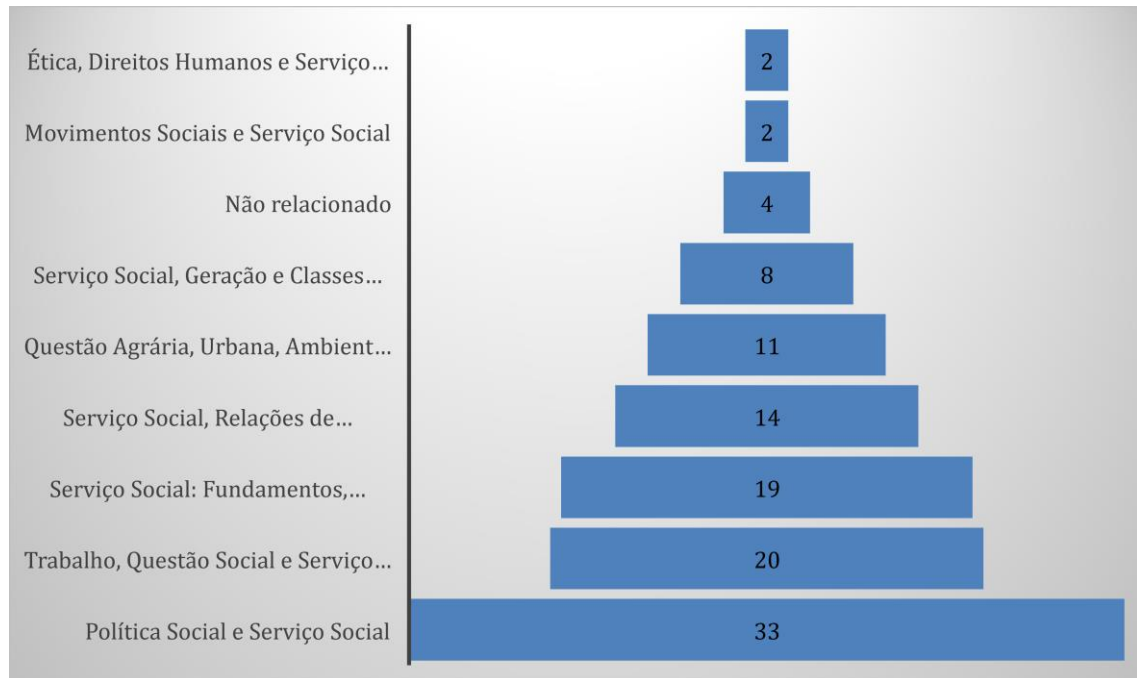
Numa explanação detalhada pode-se vislumbrar os temas²⁹ mais explorados no programa, estes foram identificados e sistematizados tomando como referência a classificação adotada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), ou seja, os Grupos Temáticos de Pesquisas (GTPs). É importante dizer que, tal escolha se justifica porque se trata da maior entidade de referência da profissão de Serviço Social, além de mostrar a sintonia do programa com os grupos temáticos de pesquisa, conseqüentemente, com a ABEPSS.

Tais GTPs são considerados um espaço dinâmico de elaboração, produção e circulação do conhecimento. Eles são organizados em torno de pesquisadores da área de Serviço Social e afins, visando abordar temas de relevância social, constituindo-se em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, bem como promover debates fecundos sobre temas de interesse profissional e da sociedade. Ademais, os grupos temáticos de pesquisas promovem a integração entre pesquisa e unidades de formação acadêmicas (UFAs) e as linhas de pesquisas consideradas relevantes para área (ABEPSS, 2021).

Para compreender o panorama dos temas das dissertações do PPGSS o gráfico 1 auxilia nessa reflexão:

²⁹ Os dados foram coletados a partir da análise do título da dissertação e/ou resumo e classificados nos GTPs/ABEPSS a partir das ementas dos grupos em questão.

Gráfico 1 – Dissertações do PPGSS/UFAM produzidas entre 2010 e 2020, distribuídas por área temática dos Grupos de Pesquisa da ABEPSS.



Fonte: Site <https://ppgss.ufam.edu.br/>

Elaboração: Própria (2021)

Conforme gráfico 1, o grupo temático de pesquisa: **Política Social e Serviço Social** concentra a maior parte das produções, totalizando 33 dissertações. Isso significa dizer que 29% dos estudos realizados no âmbito do PPGSS-UFAM giram em torno da proteção social e os segmentos e indivíduos sociais que lhes dão vida, o que política assegura, bem como à legitimação dos direitos. Segundo Silva, Queiroz e Ahlert (2020, p. 187) “a produção expressiva nessa área temática se vincula ao fato de que esta (a política social) se constitui em uma mediação importante no processo de produção e reprodução da vida social e estratégia fundamental de enfrentamento das manifestações da questão social”.

Não obstante, “as políticas públicas envolvem um amplo leque de princípios, diretrizes, objetivos, instâncias gestoras e executoras, programas, projetos e atividades que dão o substrato material para a realização do trabalho do assistente social” (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p.146), relevando que as políticas sociais se expressam como um campo ocupacional por excelência, e também se constituem como objeto de estudo das pesquisas do PPGSS/UFAM.

A área temática do grupo: **Trabalho, Questão Social e Serviço Social**, aparecem em 20 dissertações; aqui os estudos aglutinam as condições de trabalho, organização, trabalho informal e precarização dos direitos, bem como trabalho na agricultora familiar, as transformações no mundo do trabalho, enfim, o trabalho nas suas múltiplas facetas. Também

concentram discussões sobre a questão social e serviço social, como desigualdade, violência, pobreza, entre outras. Ademais, as discussões com a centralidade na categoria trabalho é um debate com muitas conexões, tendo em vista que Serviço Social é uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

O trabalho ainda é destaque nos debates do trabalho profissional, com 9 dissertações do total de 19 das classificadas na área temática **Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional** que ocupa espaço também significativo nas produções, discussões estas que se centram na formação profissional, além do trabalho.

Aglutinadas na área temática **Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades** 14 dissertações se dedicaram ao estudo das violências nas suas diferentes manifestações, as relações de gênero, transexualidade, LGBTfobia, ações afirmativas, movimentos e lutas sociais articulados em torno da sexualidade e expressão de gênero, entre outros.

Os debates sobre a área temática **Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social** também ocupam espaço importante nas produções realizadas pelos discentes do PPGSS, totalizando 11, as pesquisas versam sobre sustentabilidade, como ênfase na questão socioambiental, programas e política ambientais; educação ambiental, questão agrária, espaço urbano, entre outros. As pesquisas com essas temáticas revelam umas das particularidades do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade, que podem ser consideradas inovações. Para autoras Pinheiro, Andrade e Cunha (2020, p.494),

o programa carrega consigo o compromisso com a sustentabilidade na Amazônia, com produção de conhecimentos que respondam às necessidades das populações tradicionais desse território, e dos usuários das políticas públicas locais, no sentido de descortinar as expressões da questão social na região Amazônica

Já as questões relacionadas a área temática **Serviço Social, Geração e Classes Sociais**, estão presentes em 8 dissertações, estudos estes centrados mais na questão do idoso. É possível perceber ainda o interesse em temas condizentes com área temática **Movimentos Sociais e Serviço Social**, bem como na área temática **Ética, Direitos Humanos e Serviço Social**, ambos representados em 2 dissertações cada, totalizando 4 trabalhos.

É importante registrar que neste panorama dos temas das produções do programa 4 dissertações não possuem temas relacionados com os grupos temáticos de pesquisas da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a saber: Modus de vivendi; avaliação de desenvolvimento social; as práticas de uso e manejo de plantas e

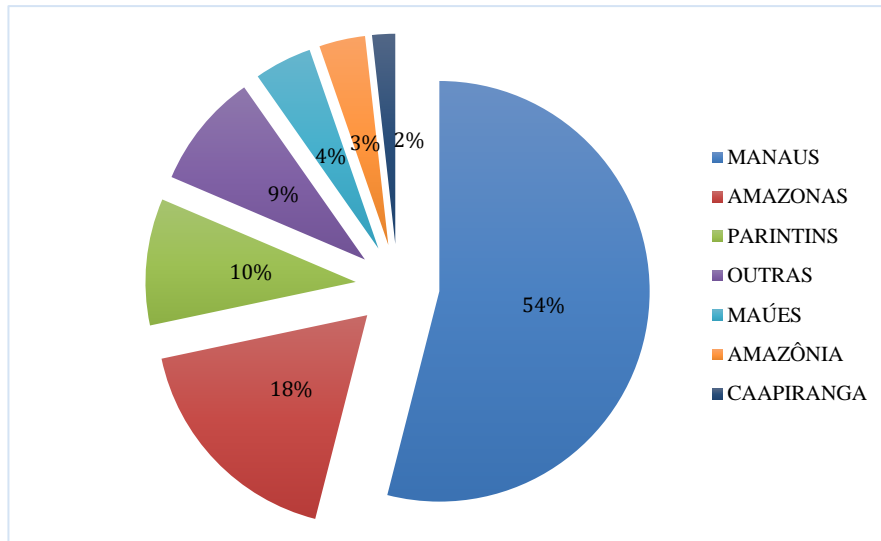
segurança alimentar e nutricional, isso nos leva ao entendimento que existem temáticas particulares da região que não compõem as ementas dos grupos temáticos de pesquisa referenciados.

Esse detalhamento revela ainda a diversidade dos temas e questões que transitam no âmbito das discussões do programa, somando-se as inquietações dos autores (assistentes sociais/pesquisadores), podemos concluir que, essas são condizentes com o momento histórico, temas como, ações afirmativas, transexualidade, transcidadania, LGBTfobia, assistência estudantil, entre outros, tem ganhando ênfase nos estudos nos últimos anos. Contudo, independente do tema estudado, a pesquisa tem contribuído para o aprofundamento dos estudos e conhecimento da realidade social, sobretudo, a vivida na Amazônia, em suma, esse detalhamento mostra a diversidade de temas e questões abordadas nos grupos de pesquisas vinculados ao programa.

Em síntese, as temáticas classificadas nos grupos são pautas relacionadas ao Serviço Social, mesmo estando agrupadas em GTPs diferentes, as temáticas dos estudos estão entrelaçadas entre si, por exemplo, as pesquisas que abordam a temática política social voltada para idoso ou juventude, discutem estes enquanto construções sociais, históricas e culturais, bem como expressões da questão social, um dos desdobramentos do GTP Serviço Social, Geração e Classes Sociais, mas isso não significa que estão na contramão das ementas dos grupos temáticos de pesquisas, apenas apresentam mais um aspecto da dinâmica destes estudos.

Outro dado a destacar, são os locais, como região, estado e cidade, cujas pesquisas foram realizadas, a fim de perceber abrangência do contexto amazônico estudado. Os dados revelam que majoritariamente, ou seja, 54% centram suas pesquisas na capital do estado, Manaus, isso pode estar associado à localização do programa na cidade, embora, muitos discentes sejam oriundos de outras cidades, inclusive de outros estados, bem como estrangeiros.

Verificou-se também que 18% dos trabalhos se preocuparam em abordar suas temáticas voltadas aos contextos que abarcassem o Amazonas, algo mais geral e muitas vezes fora da capital, contemplando o interior do estado; 10% exploraram a realidade social de Parintins; 4% de Maués; 2% de Caapiranga; 4% centram em estudos da região amazônica, inclusive, um estado diferente do Amazonas, como Roraima; as demais pesquisas, ou seja, 9% buscaram analisar outros municípios, a saber: Manaquiri, Novo Airão, Rio Preto da Eva, Manacapuru, Iranduba, entre outros locais da região. Conforme ilustra o gráfico 2:

Gráfico 2 – Panorama dos locais estudados

Fonte: Site <https://ppgss.ufam.edu.br/>

Elaboração: Própria (2021)

Os resultados das pesquisas realizadas no PPGSS/UFAM são fontes preciosas de leitura da realidade amazônica e de discussão de alternativas de intervenção, com potencial para fomentar o desenvolvimento científico, socioeconômico e tecnológico no contexto amazonense e amazônico (PINHEIRO; ANDRADE; CUNHA, 2020, p.496).

É inegável que PPGSS/UFAM, em sua pluralidade de estudos tem construído análises críticas, pesquisas e produção de conhecimento riquíssimos, buscando refletir sobre as manifestações da desigualdade social inerente do capitalismo, sobretudo, no contexto Amazônica, deste universo de pesquisas, nos interessa as pesquisas com seres humanos do programa, ou seja, 94% dos dissertações, com o escopo de desvelar a relação sujeito e objeto sob o prisma da ética, debate dos próximos capítulos.

Portanto, neste capítulo, a intenção centralizou-se numa discussão geral da pesquisa no serviço social para chegar as particularidades da pesquisa num programa de pós-graduação, vislumbrando o panorama das pesquisas no contexto amazônico, com ênfase a questão ética deste fazer pesquisa.

CAPÍTULO 3 A RACIONALIDADE ÉTICA DO SUJEITO E AS EXIGÊNCIAS DO OBJETO NAS DISSERTAÇÕES DO PPGSS/UFAM

No percurso deste trabalho buscou-se acentuar as racionalidades configuradas na trajetória histórica do conhecimento científico a fim de chegar à análise relacional sujeito e objeto nesse processo. Este capítulo centra-se no debate da racionalidade ética nas pesquisas com seres humanos no âmbito do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Nesta direção, o primeiro tópico versa os valores éticos do sujeito (pesquisador responsável) e o último aborda as exigências éticas do objeto (participante da pesquisa), desvelando as racionalidades éticas que configuram o panorama da pesquisa no PPGSS.

3.1 Análise da relação sujeito e objeto nas pesquisas com seres humanos

Inicialmente, faz-se necessário um detalhamento sobre abordagem dos dados, então, como se trata de uma pesquisa documental, os dados foram selecionados das dissertações do site oficial³⁰ do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, especificamente, das pesquisas com seres humanos produzidas no período de 2017 a 2020, a fim de analisar a relação sujeito e objeto, evidenciando os valores éticos manifestos na escolha do objeto nas dissertações que envolveram pesquisa com seres humanos e identificando as exigências éticas do objeto/seres humanos da pesquisa nas dissertações. Para tanto, foram consideradas 21 dissertações, ou seja, 20% do total da amostra de 106 pesquisas com seres humanas realizadas no período de 2010 a 2020.

Para melhor compreender, importa elucidar que, do total de 113 dissertações catalogadas no site do programa³¹; 106 são pesquisas com seres humanos; ao considerar o recorte temporal (de 2017 a 2020) tendo como marco a criação da Resolução N.510/2016, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde que dispõe das diretrizes e normas reguladoras para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, somam 42 dissertações; depois da aplicação da fórmula³² chegou-se numa amostra de 36 dissertações, e considerados os critérios de inclusão e exclusão 21 dissertações constituem esta análise.

³⁰ <https://ppgss.ufam.edu.br/>

³¹ No site do PPGSS estão somente as dissertações de 2010 a 2020, até a data do levantamento, em 2021.

³² O cálculo teve base um nível de confiança de 95% e um nível de significação de 0.05.

Os critérios de inclusão e exclusão podem ser acompanhados no quadro 3 a seguir, que detalha os referidos critérios.

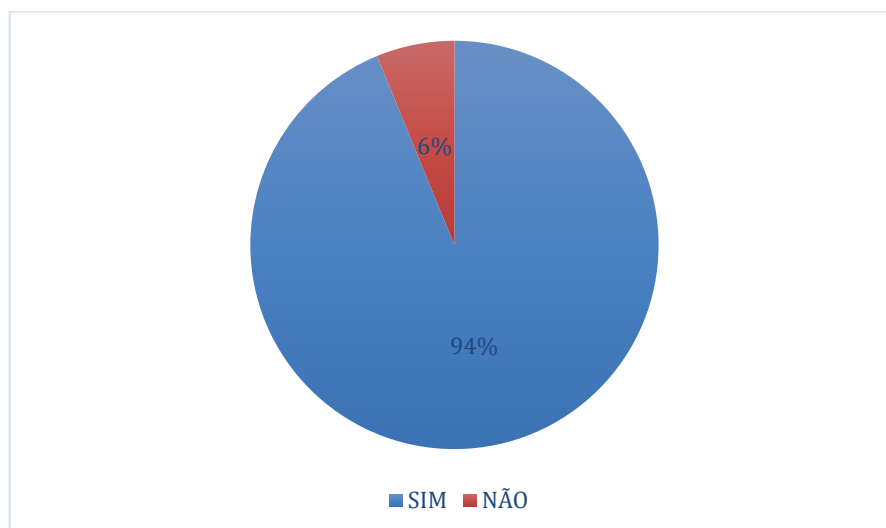
Quadro 3 - Critérios de inclusão e exclusão

Dissertações	Critério de inclusão	Critério de exclusão
Pesquisas com seres humanos no período de 2017-2020.	Dissertações com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa que conste no trabalho o CAAE.	Dissertações com pesquisa com seres humanos realizadas fora da capital.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Cabe registrar que as pesquisas com seres humanos se revelam como dominante nos estudos dos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) das universidades, na área do serviço social não é diferente, de acordo com os dados deste estudo 94% dos sujeitos (discentes do programa) optaram por um tipo de pesquisa com delineamento estudo de campo, tendo como participantes seres humanos, isso releva um quantitativo expressivo de pesquisa com seres humanos, em contrapartida, apenas 6% com um delineamento diferente, constatando assim a predominância dos estudos que, individual ou coletivamente, tem como participante o ser humano. Como pode-se observar no gráfico 3:

Gráfico 03 - Pesquisa com seres humanos no PPGSS/UFAM



Fonte: Site <https://ppgss.ufam.edu.br/>

Elaboração: Própria (2022)

Cumpra-se enfatizar que, nesta unidade, a intenção é evidenciar os valores éticos do sujeito (pesquisador responsável) e suas implicações nas pesquisas com seres humanos. Para isso, definições de determinados termos são imprescindíveis, tendo como base duas resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) voltadas para aplicabilidade da ética em pesquisa, a saber: Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016.

Em consonância à resolução 466/2012 pesquisa envolvendo seres humanos é “pesquisa que, individual ou coletivamente, tenha como participante o ser humano, em sua totalidade ou partes dele, e o envolva de forma direta ou indireta, incluindo o manejo de seus dados, informações ou materiais biológicos” (BRASIL, 2012, p.2). Diante disso pode-se dizer que 94% das dissertações elaboradas por discentes no PGGSS envolveram de forma direta ou indireta indivíduos ou grupos para compreender a realidade investigada.

Ainda nas definições, destaca-se, o termo pesquisador, por este entende-se o “membro da equipe de pesquisa, corresponsável pela integridade e bem-estar dos participantes da pesquisa” (BRASIL, 2012, p.2). Para pesquisas em ciências humanas e sociais³³:

XVII - pesquisador responsável: pessoa com no mínimo título de tecnólogo, bacharel ou licenciatura, responsável pela coordenação e realização da pesquisa e pela integridade e bem-estar dos participantes no processo de pesquisa. No caso de discentes de graduação que realizam pesquisas para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, a pesquisa será registrada no CEP, sob responsabilidade do respectivo orientador do TCC (BRASIL, 2016, p. 2).

Observa-se um detalhamento no que diz respeito ao pesquisador, quem pode ser esse pesquisador, enfatizando algumas orientações. Lembrando que isso é importante, porque são informações de exigências éticas para o (a) pesquisador (a) ou responsável da pesquisa adotá-las. Sabe-se que, a responsabilidade no mestrado fica sob o próprio discente no conduzir da pesquisa, mas não exime o (a) orientador (a) das implicações éticas, contudo, não graduação isso se inverte. Portanto, reconhecer como devidas e cumprir as indicações e orientações que compreendem as exigências éticas na academia não são tarefas fáceis, porém necessárias.

Outro termo relevante, diz respeito aos participantes da pesquisa, ou seja, os seres humanos, “indivíduo que, de forma esclarecida e voluntária, ou sob o esclarecimento e autorização de seu(s) responsável(is) legal(is), aceita ser pesquisado” (BRASIL, 2012, p.2). A resolução 510/2016 por sua vez define como participante da pesquisa: indivíduo ou grupo, que

³³ Pesquisa em ciências humanas e sociais: aquelas que se voltam para o conhecimento, compreensão das condições, existência, vivência e saberes das pessoas e dos grupos, em suas relações sociais, institucionais, seus valores culturais, suas ordenações históricas e políticas e suas formas de subjetividade e comunicação, de forma direta ou indireta, incluindo as modalidades de pesquisa que envolvam intervenção (BRASIL, 2016).

não sendo membro da equipe de pesquisa, dela participa de forma esclarecida e voluntária, mediante a concessão de consentimento e também, quando couber, de assentimento, nas formas descritas nesta resolução.

São perceptíveis alguns cuidados éticos imprescindíveis por parte do pesquisador em relação ao participante da pesquisa, sabe-se que, o ímpeto por conhecer e ato de pesquisar, ou até os próprios valores morais do (a) pesquisador (a) podem levar ao não cumprimento de tais exigências éticas. Por exemplo, a forma de esclarecer, de fato, é acessível ao participante da pesquisa? Cuidados éticos explícitos em normativas, mas, suscetíveis a subjetividade do (a) pesquisador (a), algo que não é; entre outras situações.

Tais definições são pertinentes tendo em vista que no processo de construção do conhecimento, o sujeito (pesquisador ou pesquisador responsável) e o objeto de estudo (participante da pesquisa) são componentes fundamentais, destacando que ambos são seres humanos, contudo, em circunstâncias opostas e objetivos distintos.

É importante dizer, quem é o sujeito e seu papel na construção do conhecimento, assim sendo, o sujeito, ou seja, pesquisador (a) é aquele (a) que pratica o conhecer. No que diz respeito ao seu papel, este pode ser considerado um sujeito passivo, ativo ou socio-histórico, dependendo do método adotado na pesquisa, conseqüentemente, o paradigma de sustentação teórica.

Outrossim, o objeto, definido como aquele que pode ser conhecido, algo concreto, na pesquisa é aquilo que se investiga, ou seja, a realidade estudada. O objeto desempenha um papel que pode ser compreendido a partir da tríade tradicional do conhecimento³⁴, numa perspectiva o objeto tem primazia sobre o sujeito; noutra, o objeto não tem primazia, ou seja, é dominado pelo sujeito, e na terceira perspectiva há interação entre objeto e sujeito ou sujeito e objeto.

Dito isso, a análise dos dados levantados nesta pesquisa permite sinalizar para uma tendência majoritária de uma forma de conhecer a realidade estudada, dentre os três modelos caracterizados na sistematização de Schaff (1995)³⁵, conforme pode-se averiguar no gráfico 4, 90,5% o modelo materialista e realista da teoria do conhecimento como paradigma adotado. As pesquisas com sustentação neste paradigma revelam um sujeito socio-histórico, a história ocorre de forma dinâmica, contraditória num processo contínuo, mas produto da ação humana, e a realidade existe objetivamente independente da consciência humana.

De acordo com Netto (2011) o objetivo do pesquisador é apreender a essência do objeto, por sua vez o objeto da pesquisa tem uma existência objetiva, que independe da consciência do

³⁴ De acordo com a teoria do conhecimento.

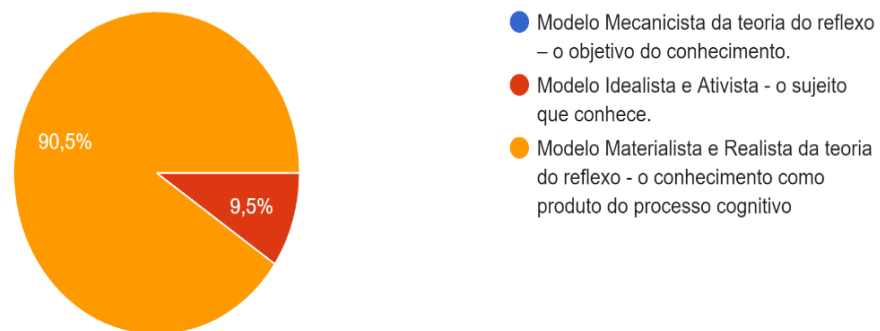
³⁵ Ver tópico 1.1 deste estudo.

pesquisador. Ao analisar o movimentar do sujeito e objeto nas pesquisas (dissertações do PPGSS/UFAM), pode-se perceber uma existência interativa em sujeito e objeto, ou seja, não há prevalência de um e outro. “Por se tratar de prática concreta, a relação entre pesquisador e objeto é muito íntima, pois concomitantemente à estimulação recíproca, ambos se transformam provocando influências que ficarão imbricadas definitivamente no conhecimento” (SETUBAL, 2013, p.47).

Gráfico 04 – Modelo que sustentou a pesquisa

Qual o paradigma que sustenta a racionalidade adotada para produção do conhecimento?

21 respostas



Fonte: Site <https://ppgss.ufam.edu.br/>

Elaboração: Própria (2022)

Assim, no processo de construção do conhecimento há uma interação entre sujeito e objeto, a relação cognitiva tanto do sujeito como do objeto mantém à sua existência objetiva real, ao mesmo tempo, atuam um sobre o outro de forma processual, isso é perceptível como premissa nas dissertações analisadas. Conforme quadro 3, a seguir:

Quadro 4 - Citações que revelam o paradigma que sustenta a racionalidade adotada para produção do conhecimento³⁶

Ordem	Código ³⁷	Citação
01	Dissertação 1	Pesquisa pautada no enfoque crítico, por possibilitar uma análise mais detalhada das múltiplas determinações da problemática em questão e propiciar uma visão mais ampla da realidade estudada. Tudo é visto em constante mudança: sempre há algo que nasce e se desenvolve e algo que se desagrega e se transforma.

³⁶ Entre tantas citações em diferentes dissertações sistematizou-se cinco a fim de analisar tal informação.

³⁷ Em consonância aos cuidados éticos as dissertações foram identificadas por um código numérico.

02	Dissertação 5	O estudo aqui apresentado foi desenvolvido a partir de uma abordagem crítica [...]. Com o propósito de conhecer o objeto de estudo para além da aparência, utilizando-se tanto da objetividade quanto da subjetividade para alcance de tal apreensão.
03	Dissertação 8	Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado.
04	Dissertação 12	Destarte, compreender a totalidade dos fenômenos é reconhecer que anteriormente existiram processos que consubstanciaram a história de um objeto e o particularizaram. Em vista disso, adotar o pensamento dialético-crítico na condução de uma pesquisa requer a busca da interpretação dos fenômenos, que se manifestam no plano real, contando com o aporte das categorias analíticas: historicidade, totalidade e contradição.
05	Dissertação 16	Ora, a realidade social também é síntese de múltiplas determinações. Nesse sentido, ela é dialética e precisa ser estudada a partir dessa perspectiva. A abordagem dialética, desse modo, se adequa à necessidade de crítica permanente da realidade social e é um veio poderoso de compreensão das relações estabelecidas no seio da sociedade capitalista.

Fonte: Site <https://ppgss.ufam.edu.br/>

Elaboração: Própria (2022)

Na citação da dissertação 1, observa-se uma análise do objeto a partir de uma visão ampla da realidade sob prisma da constante mudança. Na citação da dissertação 5 nota-se uma investigação pautada no paradigma que captura a realidade em sua essência, considerando o movimento subjetivo e objetivo; admitindo racionalidades no ato de pesquisar, Chauí (2000) afirma a existência de racionalidades neste processo, uma vez que, racionalidades abrangem o momento de encontro entre a objetividade e subjetividade.

A dissertação 8 também revela essa relação, e destaca como característica comum da pesquisa qualitativa, enfatizando que conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. A dissertação 12 traz de forma clara que para compreender e explicar a realidade é preciso ancorar-se em categorias analíticas, partindo do real e no movimento histórico. A dissertação 16 se aproxima do paradigma quando afirma que a realidade social também é síntese de múltiplas determinações, afirmando as relações, e reitera a abordagem dialética para alcançar o conhecimento.

Concepções na direção do que defende Marx (2004) para análise real, objetiva do concreto em sua totalidade parte do real para compreender o concreto. Schaff (1995) afirma

que é na interação no enquadramento da prática social do sujeito que captura o objeto na e pela sua atividade.

No curso da análise mostra-se o processo de construção do conhecimento com características do modelo materialista e realista da teoria do conhecimento, conhecimento científico como uma produção humana, não apenas descrição sem participação do sujeito; sujeito como ser socio-histórico; a histórica de forma dinâmica, contraditória num processo contínuo e a realidade existe objetivamente independentemente da consciência do pesquisador, enfim, uma relação interativa entre sujeito e objeto.

Pelo exposto, pode-se dizer que, as pesquisas em serviço social no programa apresentam aproximações com modelo que reafirma o enfoque marxista, além disso, nos revela uma preocupação do sujeito (pesquisador) quanto aos valores emancipatórios. Contudo, as pesquisas que não se enquadram neste modelo não estão equivocadas. Evidentemente determinados modelos são voltados para determinadas ciências e/ou que se pretende alcançar, se uma pesquisa é de cunho apenas descritiva versa no modelo idealista e ativista, e assim se constitui a sustentação teórico-metodológica do trabalho.

Isso também pode estar associado ao método científico utilizado na pesquisa, haja vista que, uma das principais decisões para o ato de pesquisar é a escolha do método, pois implica definir um método que possibilitará alcançar o objeto para além de sua aparência, na sua essência, aquilo que é real. Segundo Netto (2011, p. 22) “o método de pesquisa é que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto”. Nesse sentido, não se constitui numa escolha fácil e superficial. Alguns indicadores precisam basilar essa escolha: como se apreende a relação sujeito e objeto no processo de conhecimento pode ser um deles; outro aspecto que pode ser definidor na escolha do método é: como o conhecimento da realidade é percebido? Até mesmo a concepção do que seja método.

Importa dizer que os métodos não são dissociados de posições filosóficas, existem paradigmas que os sustentam, Triviños (1987) aponta três enfoques nas pesquisas em ciências sociais, o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. O primeiro, positivismo, caracterizado por métodos empíricos e lógicos, no conhecimento neutro, tem uma visão isolada dos fenômenos, um conhecimento objetivo do dado, enfim, ao positivismo não interessa as causas dos fenômenos, pois isso não é positivo (TRIVIÑOS, 1987). O segundo, “a fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, tornam a definir essência da percepção” (TRIVIÑOS, 1987, p. 43). Ele acresce “trata-se de descrever, e não de explicar nem analisar” (TRIVIÑOS, 1987, p. 43). A fenomenologia baseia-se na intencionalidade dos fenômenos, na intencionalidade de consciência e na experiência do sujeito (TRIVIÑOS, 1987).

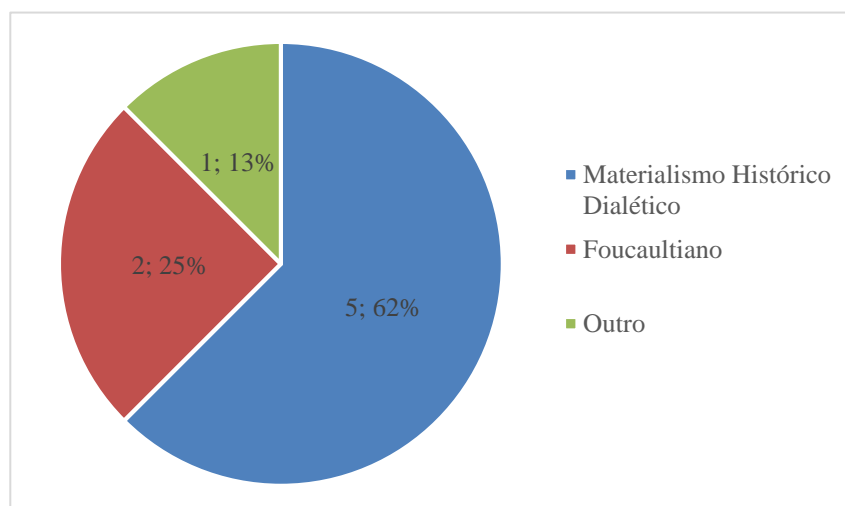
Em suma, caracteriza-se por conhecimento subjetivo, a consciência vem antes do real e os métodos também são subjetivos. Por fim, “o Marxismo, este compreende, precisamente, três aspectos principais: o materialismo dialético, o materialismo histórico e a economia política” (TRIVIÑOS, 1987, p. 49). Netto sinaliza, o Marxismo se

[...] é visto como uma concepção de mundo, o trânsito ao dogmatismo é quase inevitável. Se é apreendido como um simples modelo de pesquisa, pode derivar no ceticismo teórico e prático. Em troca, se o tomamos como investigação revolucionária do movimento real da sociedade burguesa, à base de categorias inferidas do exame do seu próprio objeto (categorias que jamais o esgotam ou exaurem) [...] (NETTO, 2006, p. 79).

Decerto, a concepção ou método o marxismo tem presença marcante nas pesquisas sociais no programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, pois, os dados revelam maior parte sob a fundamentação teórico-metodológica nessa vertente, conforme gráfico 5.

Vale pontuar que, apenas 38% (f=8) das (21) dissertações analisadas apresentam o método/teoria de forma explícita³⁸, embora a ciência é construção de conhecimento com método (DEMO, 2000), assim sendo, todas adotam um método. Frisa-se a importância da identificação do método visto que indica a forma de capturar o conhecimento, a relação do pesquisador e objeto de estudo, conforme Guerra (1999) o método é uma direção analítica.

Gráfico 05 - Método adotado



Fonte: Site <https://ppgss.ufam.edu.br/>

Elaboração: Própria (2022)

³⁸ Das 21 dissertações, 13 não identificaram o método, e 8 identificaram o método adotado no corpo de trabalho, para exatidão dos resultados foram analisadas apenas estas (oito) dissertações.

Conforme gráfico 5, 62%, (f=5) das pesquisas pautam-se no Materialismo Histórico Dialético; 25% (f=2) ancoram-se na sustentação teórico-metodológica nos estudos de Foucault; e 13% (f=1), ou seja, uma fundamenta-se na triangulação.

Obviamente, o materialismo histórico dialético ainda é preponderante nas escolhas como método nas pesquisas em serviço social, com 62%, ou seja, 5 de 8 dissertações ancoram-se numa teoria social crítica, em outras palavras, uma fundamentação teórico-metodológica em Marx.

A despeito disso, Prates (2012) defende que é importante reconhecer a necessidade de investigações pautarem em fundamentos coerentes com os que orientam à profissão. Nesse sentido, frisa-se que, o serviço social no plano da formação e exercício profissional tem seus fundamentos na teoria social marxista. Closs (2015, p. 6 -7) afirma que:

A relação indissociável entre história/teoria/método é constitutiva dos Fundamentos do Serviço Social [...] Os Fundamentos se assentam na conjugação de método/teoria marxistas e valores de cunho emancipatório, na análise histórico-crítica da profissão na realidade brasileira, conformando o núcleo central da matriz explicativa hegemônica construída nas últimas décadas. Este núcleo dos Fundamentos se expressa no conjunto da produção profissional através da: adoção da teoria social marxista no plano da formação e do exercício profissional, com repercussões na produção acadêmica; abordagem da questão social como base de fundação sócio-histórica da profissão e matéria de trabalho profissional, em suas múltiplas expressões; abordagem teórica do trabalho e processos de trabalho.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) nas Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social pontua que o Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional (ABEPSS, 1996b) diretrizes em consonância com a teoria Marxista.

As informações levantadas revelam que os discentes (sujeito/pesquisador (a)) coadunam as orientações do Serviço Social, isso é notório nas manifestações argumentativas sob a escolha do método adotado para direção analítica do estudo, como pode-se visualizar nos contextos delineados em algumas dissertações a seguir:

A abordagem foi à perspectiva da teoria social crítica fundamentada no materialismo histórico dialético, que, proporcionou um estudo que revelou mudanças do desenvolvimento histórico de um dado fenômeno em sua conceituação através do tempo (DISSERTAÇÃO 6, 2017, p.15);

Em relação aos procedimentos metodológicos da pesquisa, apoiou-se no direcionamento crítico do método histórico-dialético embasado nas categorias analíticas de historicidade, totalidade e contradição (DISSERTAÇÃO 12, 2020, p. 8);

O estudo se apoiará na abordagem crítica do materialismo histórico dialético, que indica conceber o objeto de estudo no processo investigativo como uma determinação histórica, onde a realidade deve ser concebida em sua totalidade, em que as relações sociais se manifestam de forma contraditória na sociedade (DISSERTAÇÃO 11, 2017, p.145);

O método em Marx [...] como o modo pelo qual se pode apreender o concreto real, isto é, processo da construção do concreto do pensamento a partir do concreto real. O concreto não é o dado empírico, é uma totalidade articulada, construída e em construção (DISSERTAÇÃO 16, 2020, p. 90).

Esta pesquisa foi guiada pelo materialismo histórico dialético, uma vez que este método parte de uma perspectiva crítica para a análise da realidade social, levando em conta as contradições que permeiam essa realidade. As categorias do método que norteiam esse trabalho são a totalidade, a contradição e a hegemonia (DISSERTAÇÃO 18, 2020, p. 22).

Nota-se também uma consonância dos trabalhos com modelo materialista e realista da teoria do conhecimento, um paradigma que a palavra chave é a historicidade, tem centralidade nas relações sociais e ratifica a interação entre sujeito e objeto, corroborando Marx. A concepção de Marx se pauta na concretude da realidade em si; o método é transversal a toda a pesquisa, na busca para compreender a realidade objetiva, parte do concreto para explicar o concreto, e não do abstrato, todavia, esse concreto ainda não assume a totalidade, apenas representações desta realidade. Segundo Prates (2012) é a partir de investigações que se pode realizar às sucessivas aproximações do real, aprofundando dessa forma o viés do conhecimento, a partir de superações sistemáticas sempre provisórias porque históricas.

Segundo Lefebvre (2009) os traços essenciais do método marxista são, a retirada dos fatos e das ideias de seu aparente isolamento, a descoberta de que se relaciona, o seguimento do movimento conjunto que se esboça através de seus aspectos dispersos, a resolução das contradições a fim de atingir uma realidade ou um pensamento mais elevados, mais amplos, mais complexos e mais ricos. Prates (2012, p. 117) reitera, “Marx apropria-se das categorias que emanam da realidade e volta a ela utilizando-as para explicar o movimento de constituição dos fenômenos”. Assim, o método de Marx fundamenta-se na perspectiva de totalidade, suas dimensões constitutivas e processo de reprodução histórica, busca entender as mudanças dentro do processo, os fenômenos da sociedade capitalista e suas funções, apreender a legalidade ordem burguesa e as formulações teóricas, expressando o movimento da própria realidade socio-histórica, uma concepção humana que o Serviço Social ancora seus fundamentos, e, que as pesquisas também se sustentam.

Constatou-se ainda, estudos de Foucault como indicação de método adotado em duas pesquisas, sabe-se que, os estudos foucaultianos são recomendados para análise dos dados, especificamente, em análise de discurso. Os estudos de Foucault ancoram-se no

método genealógico, versa em um instrumental de investigação destinado à compreensão da emergência de configurações singulares de sujeitos, objetos e significações nas relações de poder, associando o exame de práticas discursivas e não-discursivas (FOUCAULT, 1993). Conforme as reflexões propostas pela perspectiva foucaultiana “a genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária (FOUCAULT, 1993, p. 12).

A introdução desse paradigma tem ganhado força na área de Serviço Social nos últimos anos e como inúmeros defensores. É possível dizer que as pesquisas em Serviço Social estão se direcionando para novos nortes e pautando em outras perspectivas? Evidentemente é uma tendência da atualidade, embora se trata de uma questão que poderá ser respondida apenas em estudos futuros.

Os dados revelam ainda uma pesquisa que adotou a triangulação como método, tendo como compreensão a concepção de Triviños (1987) que reconhece a triangulação enquanto método e técnica. Para ele a triangulação objetiva abarcar a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco do estudo, exatamente porque reconhece a interconexão entre fatos e a possibilidade de apreendê-los de modo consistentes quando isolados (TRIVIÑOS,1987).

Para a pesquisadora da dissertação (7) “a utilização do método da triangulação na pesquisa reconhece a possibilidade de aplicação da pluralidade e não do ecletismo, porquanto este abrange múltiplos ângulos de um mesmo objeto”. Conforme dados revelados não é comum a triangulação como método, algo quase raro. É possível afirmar que, quanto a caracterização da triangulação como método não é consenso, pois, autores e pesquisadores classificam como uma técnica e não método, Goldenberg (2004) pontua que a combinação de metodologias diversas no estudo do mesmo fenômeno, é conhecida como triangulação, ou seja, não é um método, mas uma técnica para abordar os dados, sejam eles qualitativos ou quantitativos, mistos.

Pelo exposto, é oportuno registrar que, o sétimo princípio do Serviço Social estabelece a garantia do pluralismo, pelo respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual. Em outras palavras, o Serviço Social salvaguarda a diversidade de expressão da incorporação de tendências teóricas, contudo, não significa que se ancore num método que escolhe de cada corrente uma parte que lhe parece próxima das suas discussões ou ideologias, configurando assim, um ecletismo. Forti (2013, p.94) afirma que: “esse aspecto é muito polemizado no meio profissional, uma vez que, o pluralismo é recorrentemente capturado como sinônimo de

eclético - como a possibilidade de junção sem critério de vertentes teórico-metodológicas distantes”.

Diante do exposto, conclui que, o pluralismo ao mesmo tempo que abre porta para a diversidade nesse sentido, abrem também janelas para suposição de equivalência entre correntes teóricas-filosóficas, todavia, reconhece que não se trata de um movimento intolerante, nem de neutralidade. É como assevera Forti (2013, p. 97)

[...] a existência de direção social como possibilidade, mesmo em face da defesa de um posicionamento plural, isso não pode ser confundido com desconsideração ou demérito do sentido das diferentes tendências democráticas teórico-metodológicas e ético-políticas no meio profissional.

Em síntese, a opção pelo método Materialismo Histórico Dialético é significativa nas pesquisas em Serviço Social vislumbradas no PPGSS³⁹, enfatizando que reconhece-se as contribuições científicas de todos os paradigmas no âmbito do conhecimento, inclusive, percebe-se nos últimos anos uma tendência para adoção de outros autores e métodos mais contemporâneos, no entanto, constata-se a ausência dos métodos pautados no positivismo e na fenomenologia nas dissertações analisadas.

Por consequente, a análise das informações levantadas na pesquisa nos permite sinalizar o envolvimento do sujeito (pesquisador) e objeto de estudo, a partir dos desdobramentos das temáticas escolhidas, somando-se aos motivos que justificam tais escolhas, consubstanciadas nos valores éticos deste sujeito, ou seja, racionalidades éticas.

Quanto aos temas mais explorados nas pesquisas realizadas no período 2017 a 2020, constatou-se uma mudança na centralidade das temáticas, como pode-se observar na figura 3 e no gráfico 6:

³⁹ Na verdade, o quantitativo de dissertações com o método materialismo histórico dialético pode ser maior, considerando os indicadores, como, autores, pesquisas com categóricas analíticas e racionalidade crítica do estudo, contudo, a informação não se encontrava explícita para análise.

Figura 3 – Tendência temática das dissertações, por palavras, do período de 2017 a 2020

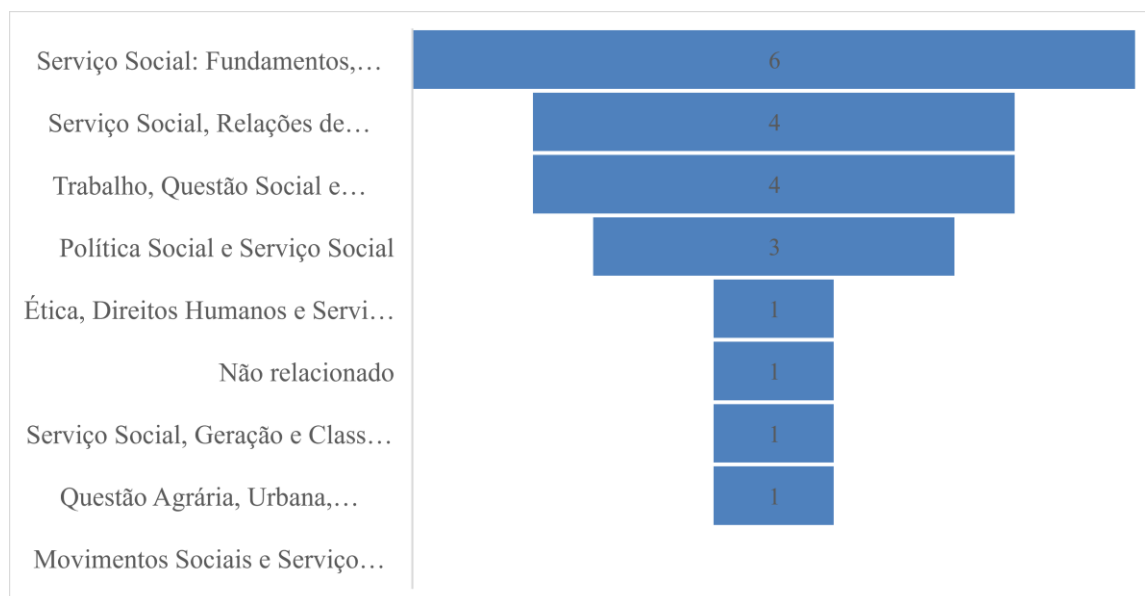


Fonte: Site <https://ppgss.ufam.edu.br/>

Elaboração: Própria (2022)

Da análise textual dos títulos identificamos os temas mais comuns, isto é, os estudos centrais das dissertações, portanto, os mais explorados no quadriênio (2017 a 2020), aqui vislumbrado numa representação visual (nuvem de palavras). A partir desses resultados foi possível distribuir os temas no GTPs, conforme gráfico 6.

Gráfico 6 – Dissertações do PPGSS/UFAM produzidas entre 2017 e 2020, distribuídas por área temática dos Grupos de Pesquisa da ABEPSS



Fonte: Site <https://ppgss.ufam.edu.br/>

Elaboração: Própria (2022)

Averiguou-se que, 6 do total de 21 dissertações se enquadram no grupo, Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional, revelando um acréscimo de pesquisadores com interesses nestes estudos; há também um aumento nos que centram nos temas em Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades, totalizando 4, vale destacar que, a ementa deste GTP/ABEPSS contempla uma diversidade de assuntos e seus desdobramentos, assuntos pertinentes e da atualidade.

Conquanto, temas que compõem os grupos temáticas de pesquisas que centram em Trabalho, Questão Social e Serviço Social (4) e Política Social e Serviço Social (3) são frequentes nos debates em todos os tempos. Não obstante, Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; Serviço Social, Geração e Classes Sociais; e Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social também se destacam, cada grupo com 01 tema que contempla esses GTPs, enfim, uma dissertação apresentou tema não relacionado com os grupos da ABEPSS e nenhuma se enquadrou no grupo Movimentos Sociais e Serviço Social.

Mas, o que nos interessa sublinhar desse panorama são as principais razões que motivaram a escolha dos objetos de estudo dessas pesquisas, a partir das informações do gráfico 7:

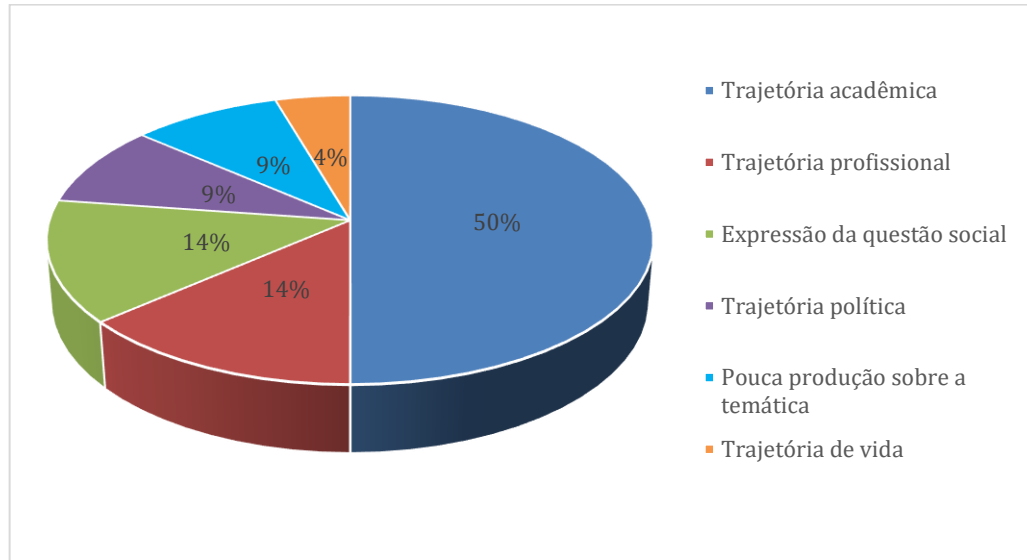
Verificou-se que 50% do total de 21 dissertações analisadas, isto é, metade das pesquisas, os sujeitos pesquisadores do programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia foram movidos por razões fincadas na sua trajetória acadêmica, a saber: participação no programa institucional de bolsa de iniciação científica na graduação, estágio supervisionado na área de estudo também na graduação, participação em projeto guarda-chuva, leituras requisitadas pelo programa de mestrado, temática da linha de pesquisa, bem como participação em grupo de pesquisa da universidade.

Nas explicações dos (as) discentes contidas em suas dissertações observa-se também um delineamento das suas razões: “o interesse está associado aos muitos anos de participação em grupos de pesquisas” (DISSERTAÇÃO 6). Outro (a) discente afirma que sua motivação está relacionada: “ao contato com temática na graduação em Serviço Social, estágio e pesquisa realizada no programa de iniciação científica PIBIC (DISSERTAÇÃO 18).

Diante disso, percebe-se um interesse em cultivar uma sintonia com a área de concentração de estudo do mestrado, mas também, o papel importante dos grupos de pesquisas, estágios e programas de iniciação científica na trajetória acadêmica destes discentes. No processo de construção conhecimento tais razões têm sua importância, refletem e conduzem às pesquisas na área de serviço social, por fim, o pesquisador se centra numa temática, às vezes, desde a graduação tendo como foco o aprofundamento de tal tema na especialização, mestrado,

com uma probabilidade também no doutorado quando avança, revelando assim, pesquisas contínuas, contudo, isso não significa um parâmetro para as escolhas das temáticas das pesquisas, apenas elementos que compõem as racionalidades pano de fundo delas.

Gráfico 7 – Principais motivos do sujeito na escolha do tema estudado, distribuídos por categoria⁴⁰.



Fonte: Site <https://ppgss.ufam.edu.br/>

Elaboração: Própria (2022)

Diante da apresentação geral dos motivos do sujeito na escolha do tema estudado, a trajetória profissional e expressão da questão social se revelam como motrizes, ambas como 14%. Dessas duas categorias destaca-se considerações dos discentes que mostram o motivo abrangente da categoria profissional, dissertação 8: “o interesse pelo tema desta pesquisa está relacionado à minha experiência como assistente social na área da política de Assistência Social”. Quanto à categoria expressão da questão social, na dissertação 4, o sujeito diz sobre sua motivação “escolhi por este tema ser considerado uma das expressões da Questão Social que mais assola a sociedade contemporânea”.

Depreende-se que, o sujeito aqui é movido por outro contexto, o profissional, ou seja, o campo de atuação deste (a) pesquisador (a), isso nos permite um outro prisma, o ímpeto do assistente social, pois nas duas categorias claramente se referem aos profissionais de serviço social inseridos no mercado de trabalho ou que outrora atuavam. Corroborando Guerra:

O assistente social lida com múltiplas expressões das relações sociais da vida cotidiana, o que permite dispôs de um acervo privilegiado de dados e informações sobre várias formas de manifestação das desigualdades e da exclusão social em sua

⁴⁰ Foi realizado a categorização, conforme Bardin (2011), categorias por classificação, aquelas que se dividem os elementos e depois impõem-se a organização, ou seja, uma generalização analítica.

vivência pelos sujeitos, de modo que ele é facultado conhecer a realidade de maneira direta: a partir da intervenção na realidade, das investigações que realiza, visando responder esta realidade (GUERRA, 2009, p.712).

O compreender a realidade social é compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, na perspectiva da competência profissional, princípio fundamental do assistente social, ademais, isso também nos releva a dimensão investigativa do serviço social.

Constatou-se ainda que 9% das razões dizem respeito a pouca produção sobre determinada temática, importa frisar que, o direcionamento para a investigação de algo incomum na área de serviço social não significa pesquisar algo da sua abrangência, sabe-se que, o Serviço Social dentro da Ciências Sociais Aplicadas compreende um vasto campo, somando-se a isso, conhecer o pouco debatido revela temas inovadores de particularidades da região, isso também pode ser razão de encontrar temas não relacionados com os grupos temáticos de pesquisa ABEPSS, como viu-se, a região Amazônia possui singularidades e particularidades.

A informação na modalidade quantitativa releva também motivos imbricados à trajetória política, totalizando 9%, razões estas movidas pela militância em movimentos relacionados ao tema escolhido; bem assim a trajetória de vida, totalizando 4%, ambas vinculados às experiências sociais, como pode-se verificar nas justificativas dadas pelos sujeitos (pesquisadores) ao afirmar suas motivações para escolha do tema estudado, a saber: “militância em espaços políticos [...]” (DISSERTAÇÃO 2). “Escolha desse tema está associada à minha história de vida, algo de família que leva a ver os meus pais nesta abordagem” (DISSERTAÇÃO 20). Portanto, as escolhas aqui se centram nas suas experiências forjadas no seu cotidiano longe da academia.

Pode-se afirmar que, o programa estabelece uma demanda, mas quem faz o projeto tem autonomia para suas escolhas. Diante do cenário apresentado dois tipos de sujeitos são vislumbrados, a saber: o sujeito que é direcionado e o sujeito que determina, ou seja, aquele que escolhe, pensa e reage da forma que ele se identifica, quem ele é. De mais a mais, as escolhas têm a ver com o contexto histórico, consideram o momento atual, por isso, a tendência do que se encontram em alto são consideradas, escolhas estritamente individuais ou compartilhadas a partir dos diálogos, além disso, muitas escolhas são construídas na academia, outras circunscrevem a partir da trajetória profissional, logo, as determinações são em sua maioria bagagem acadêmica e profissional.

De modo geral, as pesquisas em Serviço Social no âmbito do programa reafirmam a impossibilidade de um sujeito neutro, pois, as relações são intrínsecas entre objeto e sujeito, as experiências sociais (profissional, política, social e individual) marcam este processo,

parafrazeando Lukács (1978) o sujeito é um ser social, logo, não temos como desconectar dessas relações sociais, enfatizando que, é impossível negar a importância das experiências sociais a partir das mediações. Quanto mediações Pontes (2016) diz que possui duas dimensões, ontológica, uma categoria que estar presente em qualquer realidade independente do sujeito, pois ela é objetiva; e a intelectual, nessa a razão para ultrapassar o plano da imediatividade (aparência) em busca da essência tem que reconstruir intelectivamente mediações para reconstruir o próprio movimento do objeto.

Para Faleiros (1999, p.135) “as mediações são processos contraditórios”. Cury (1985) acrescenta a mediação é expressa por fenômenos que compõem uma teia de relações contraditórias e estritamente ligada historicamente. O entendimento base é que “as relações sociais são vínculos que os homens criam entre si nas condições dadas pela história, vínculos multifacetados diversificados determinados pelo modo de produção e articulação entre si” (FALEIROS, 1999, p.128). Dessa forma, a relação indivíduo-sociedade particulariza num campo de mediações (PONTES, 2016) para assim alcançar a estrutura e dinâmica do objeto.

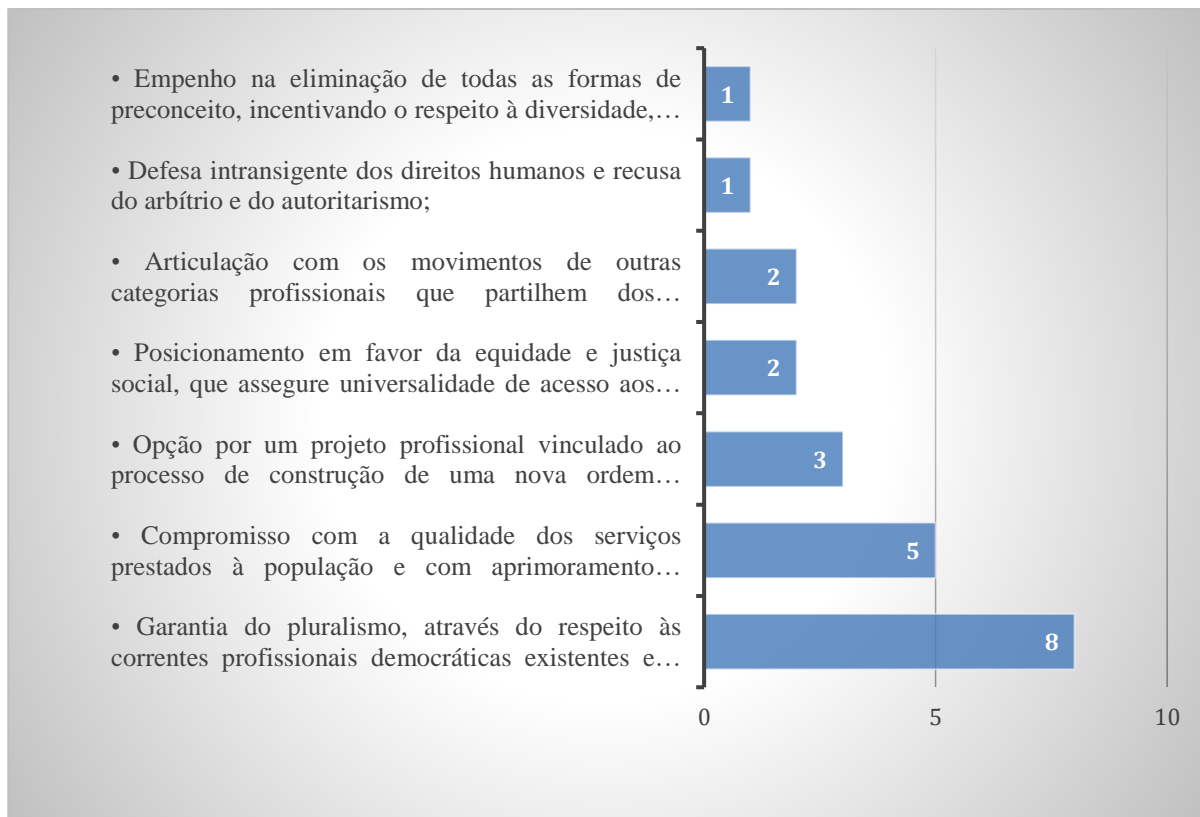
Outro aspecto relevante quanto a relação sujeito e objeto, os valores éticos implícitos nas narrativas das escolhas dos temas estudados. Para tais análises adotou-se como referência os valores éticos do Serviço Social, isto é, os onze princípios fundamentais, visto que a categoria pauta suas ações pelo projeto ético-político do Serviço (Gráfico 8⁴¹), além disso, estamos falando de pesquisadores com graduação em Serviço Social, bem como profissionais em Serviço Social, conforme dados da pesquisa 100% do total de 21 discentes são da área do Serviço Social.

Barroco (2007, p. 70) destaca uma das dimensões ética profissional constitui “a normatização objetivada no Código de Ética profissional, como suas normas, direitos e deveres e sanções”. O Código de Ética de 1993, se expressa em princípios que apontam para a perspectiva da emancipação humana (BEHRING, 2013).

As informações quantitativas do gráfico 8 relevam que dos onze (11) princípios sete (7) se destacam como propulsores. Entre eles o sétimo princípio **Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual**, totalizando 8, revelando que 36% dos sujeitos partiram deste valor ético, aprimoramento intelectual, ou seja, foco na formação profissional, para ancorar sua escolha.

⁴¹As informações foram coletadas dos motivos do sujeito na escolha do tema estudado (gráfico 7), as frequências do gráfico 8 chegam a 22 respostas, superando 21 (número correspondido as dissertações analisadas), visto que os alguns discentes pontuaram mais de um motivo.

Gráfico 8 – Valores éticos dos sujeitos, distribuídos nos princípios fundamentais do profissional de Serviço Social



Fonte: Site <https://ppgss.ufam.edu.br/>

Elaboração: Própria (2022)

Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional, aparece totalizando 5, ou seja, 23%; valores éticos diretamente relacionados à sociedade, não de caráter individual, segundo Guerra (2013, p. 130) “na perspectiva de dar respostas mais qualificadas e legitimadas aos complexos processos sociais e expressões da questão social a formação contínua se coloca como uma estratégia das mais importantes e elementares”.

Por conseguinte, 3 motivos ancorados no princípio: **Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero**; reforçando que os valores não estão desvinculados da vida cotidiana e das lutas sociais. Almeida reitera que tal princípio “fornece um horizonte [...] sustentado na unidade de seus momentos coletivos e individuais, se constrói historicamente como possibilidade forjada na dinâmica da profissão em relação com as classes sociais, como devir” (ALMEIDA, p. 2013, p. 101).

Constatou-se ainda 2 motivos pautados no princípio: **Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços**

relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. Vale destacar que, os valores éticos de equidade e justiça social se sobressaem no Serviço Social. Contudo, Boschetti (2013) nos instiga: qual é concepção de equidade e justiça social? E argumenta que interpreta o princípio de equidade e justiça social preconizado no Código de Ética “como o compromisso com igualdade substantiva, aquela que se realiza com a socialização da riqueza, aquela que se move pautada no projeto de construção de uma emancipada das relações capitalistas” (BOSCHETTI, 2013, p. 69). Nesse sentido que tais valores devem ser compreendidos, bem como aplicados no cotidiano, seja como assistente social ou pesquisador (a).

É notório o princípio: **Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores**, em 2 motivos, ou seja, motivos e valores correlacionados à trajetória política. Isso, denota “um reconhecimento e compromisso com as lutas históricos da classe trabalhadora e contra as ações que procuram inibir, obstaculizar e coibir suas formas de resistência e de organização coletiva” (CFESS, 2013, p. 121), valores macros que relevam interesses sociais como maiores.

Também 1 motivo pautado na “**Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo**, e 1 no: **Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças**. Em contrapartida quatro dos onze princípios não são visíveis nas razões apresentadas pelos sujeitos na sua justificativa como valor preponderante na escolha do tema estudado.

Em linhas bem gerais, entendemos que o dever ser ora apresentado, é um dever ético pautado na emancipação humana qualificada por Marx (2009), do qual o Serviço Social pauta seu projeto ético-político, relevando assim, que os pesquisadores não se distanciam dos valores éticos da sua categoria profissional.

Para finalizar, as pesquisas com seres humanos vislumbram interferências dos valores éticos do ser, ou seja, racionalidades de um sujeito emergido no bojo das relações sociais, configurando-se assim no fundamento ontológico deste ser social.

3.2 Conhecendo as racionalidades éticas implícitas nas dissertações

Parte-se do entendimento que o objeto da pesquisa tem existência objetiva independente do sujeito (MARX, 2004). Na concepção Marxista, o objetivo do pesquisador é apreender a

essência do objeto investigado, num movimento dialético e histórico, pois o sujeito não está dissociado daquilo que estudo. O sujeito captura a essência do objeto, o reproduz no plano do pensamento através da pesquisa, viabilizado pelo método (NETTO, 2011), a escolha do método pressupõe valores e o objeto de estudo impõe valores, exigências éticas.

Para compreender tais valores, especialmente ao que concerne ao objeto, visa identificar as exigências éticas do objeto (seres humanos) sujeitos das pesquisas, àquelas explícitas e implícitas nas dissertações. Cabe elucidar que, objeto de estudo são pesquisados via sujeito (seres humanos), e como se trata de pesquisas com seres humanos, impõem cuidados éticos no intuito de “respeito pela dignidade humano e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas” (BRASIL, 2012, p.1). Ademais, “o debate ético deve não apenas considerar os resultados de um protocolo de pesquisa, mas também acompanhar todas as fases de realização do estudo” (GUILHEM; DINIZ, 2014, p. 38).

A discussão a ser apresentada sobre as pesquisas com seres humanos abrange as exigências éticas, considerando documentos pilares do reconhecimento e da afirmação da dignidade, da liberdade e da autonomia do ser humano, bem como as discussões éticas na contemporaneidade. Ressalta-se, o Brasil coaduna com os documentos internacionais sobre ética, direitos humanos e desenvolvimento, entre tais princípios destacam-se os bioéticos, já pontuados neste estudo.

É importante lembrar que, os dados foram selecionados das dissertações do site oficial⁴² do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, especificamente, das pesquisas com seres humanos produzidas no período de 2017 a 2020, consideradas 21 do total de 42 dissertações.

Nas dissertações analisadas, foi possível identificar, dados que revelaram algumas características dos participantes das pesquisas, a saber: faixa etária, gênero e profissão, ou seja, o perfil dos sujeitos das pesquisas no âmbito do PPGSS, características estas que nos permitem analisar questões éticas.

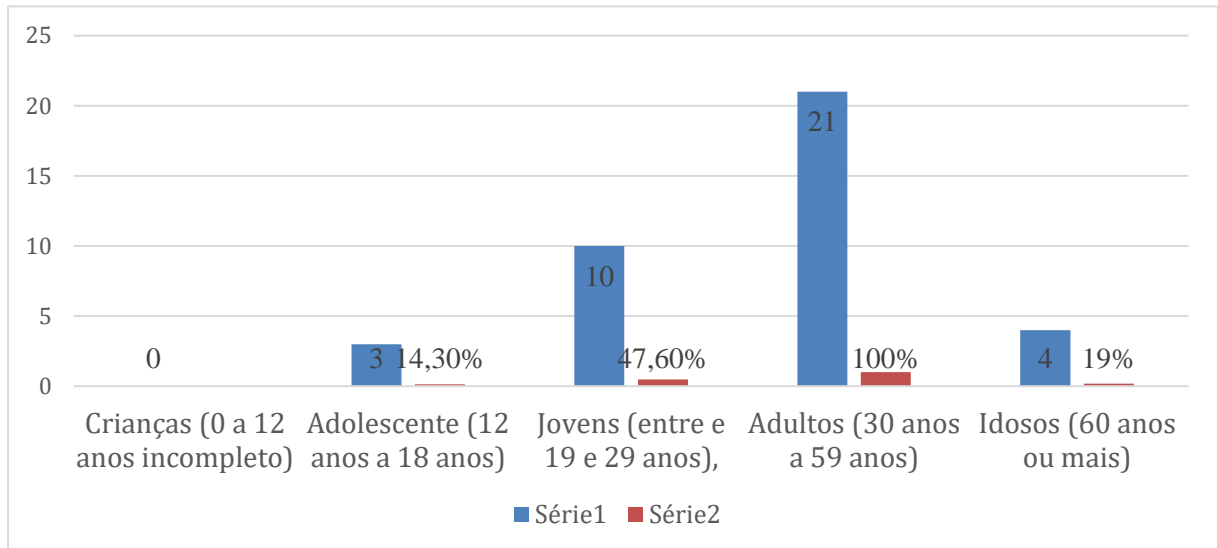
A informação em modalidade quantitativa do gráfico 9⁴³ mostra que 100% do total 21 dissertações consideradas, os estudos realizaram pesquisas com pessoas adultas na faixa etária de 30 a 59 anos, mas não restrita a essa faixa etária, uma vez que, essas pesquisas também contemplam outros grupos, como jovens (entre 19 a 29 anos), totalizando 47,60%; idosos

⁴² <https://ppgss.ufam.edu.br/>

⁴³ Os gráficos 9, 10 e 11 sobre os dados do perfil dos sujeitos das pesquisas possuem respostas que excedem o quantitativo de 21 dissertações analisadas, pois se refere à múltipla escolha, a qual podia marcar todas que se aplicavam à pergunta, conforme pode ser observado na questão 10 do roteiro de questões anexo.

(acima de 60 anos), totalizando 19%; adolescentes (12 anos a 18 anos), totalizando 14,30%, ou seja, três pesquisas com sujeitos adolescentes, diga-se, pouca produção em relação aos demais.

Gráfico 9 – Faixa etária dos sujeitos das pesquisas



Fonte: Site <https://ppgss.ufam.edu.br/>

Elaboração: Própria (2022)

Constatou-se também, que as crianças não se apresentam como participantes da pesquisa, isso não significa dizer que, tais sujeitos não sejam objetos de estudo no programa, apenas não são os sujeitos entrevistados, isso pode estar associado à tratativa ética, tendo em vista que para participação de crianças exigem-se o termo de assentimento livre e esclarecido, ou seja, uma anuência do participante da pesquisa, criança, adolescente ou legalmente incapaz (BRASIL, 2012). Neste termo deve constar esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que lhe possa lhes acarretar, na medida de sua compreensão e respeitados em suas singularidades (BRASIL, 2012).

Considerando o artigo 2 da Resolução 510/2016 que dispõe sobre as normas aplicáveis as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, o assentimento livre e esclarecido é anuência do participante da pesquisa - criança, adolescente ou indivíduos impedidos de forma temporária ou não de consentir, na medida de sua compreensão e respeitadas suas singularidades, após esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, justificativa, objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos (BRASIL, 2016).

Pelo exposto, observa-se cuidados éticos específicos para tais sujeitos e metodologias condizentes com a singularidade da criança ou adolescente para o assentimento. Considerando

Estatuto da Crianças e Adolescentes - Eca, a criança, bem como o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei (BRASIL, 1990), isso significa outras implicações éticas, ademais, as crianças pertencem ao grupo pessoas vulneráveis, ou seja, pessoa ou grupo de pessoas que tenha reduzida a capacidade de tomar decisões e opor resistência na situação da pesquisa, em decorrência de fatores individuais, psicológicos, econômicos, culturais, sociais ou políticos (BRASIL, 2016).

Destarte, o consentimento do responsável é um fator a considerar, haja vista que, a resolução 510/2016 sinaliza que “a obtenção do assentimento não elimina a necessidade do consentimento do responsável”. Outrossim, a resolução 466/2012 destaca que o participante da pesquisa é “indivíduo que, de forma esclarecida e voluntária, ou sob o esclarecimento e autorização de seu(s) responsável(is) legal(is), aceita ser pesquisado” (BRASIL, 2012), isso admite o cumprimento também de outra exigência ética, nesse caso, a autorização dos pais ou responsáveis das crianças envolvidas.

Cabe elucidar que, há três termos para serem apresentados aos participantes, a saber: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a ser aplicado para adultos (maiores de 18 anos); Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a ser aplicado para adultos responsáveis por menores que 18 anos, e, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) a ser aplicados para crianças e adolescentes. Desses termos, dois são obrigatórios quando pesquisas envolvem crianças e adolescentes.

Em outras palavras, são necessários o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Pais/Responsáveis, o documento dirigido aos pais ou responsáveis, explicando que o filho, menor ou incapaz, está sendo convidado a participar da pesquisa, esclarecendo a pesquisa, seus direitos, e pedindo a sua autorização, destaca-se que, este termo é individual para cada filho participante. Além disso, é exigido também o Termo de Assentimento, um documento elaborado em linguagem acessível para os menores ou para os legalmente incapazes, por meio do qual, após os participantes da pesquisa serem devidamente esclarecidos, explicitarão sua anuência em participar da pesquisa, sem prejuízo do consentimento de seus responsáveis legais. O conteúdo deve ser o mesmo do TCLE dos pais e responsáveis, adaptado à faixa etária do participante menor de 18 anos⁴⁴ (CEP/UFAM, 2019).

Importa dizer que não existe um modelo padrão para tais termos, mas existem orientações sugeridas pela CONEP e CEP, entretanto, as exigências éticas recomendam alguns

⁴⁴ De acordo com orientações do Comitê de Ética em Pesquisas com seres humanos (CEP/UFAM).

componentes obrigatórios nos termos; adaptações necessárias que contemplem as necessidades dos participantes da pesquisa, como considerar o nível intelectual do participante, bem como a faixa etária, no caso de crianças e/ou adolescentes e assim tornar acessível a mensagem dos termos para obtenção do consentimento e assentimento dos participantes.

Desse modo, as exigências éticas para crianças e adolescentes, envolvem outros seres humanos também, o que significa outros cuidados éticos, conseqüentemente mais protocolos de proteção, como por exemplo, registrar o assentimento e consentimento, isso significa orientações com esclarecimentos estendidos as crianças ou adolescentes e ao responsável. Todavia, tais fatores não são impedimentos, embora requerem uma dedicação extra do (a) pesquisador (a), disponibilidade de tempo no cronograma de atividades da pesquisa, enfim, mais normativas a serem cumpridas, e cumprir é a maior responsabilidade ética.

Entretanto, os protocolos de proteção para viabilização da aprovação das pesquisas ainda é um desafio no âmbito das universidades, nos programas de mestrado e doutorado, bem como graduação, sabe-se que, para organização de todos documentos legais (exigências éticas) requer um planejamento, mas, o que se apresenta como aspecto dificultador é o tempo, haja vista que, o caminho percorrido pelos pesquisadores são repletos de diversos entraves, percalços e equívocos que atrasam o desenrolar da pesquisa, e muitos deles, não são encargos dos responsáveis da pesquisa, como por exemplo: liberação do termo de anuência das instituições, locus da pesquisa. Outrossim, os protocolos para pesquisas com populações indígenas⁴⁵ impossibilitam uma pesquisa com temas nessa área e com esses sujeitos num programa de mestrado, denunciando uma preparação longa com os cuidados éticos, mas sem tempo hábil, configurando um obstáculo para o programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, cujos objetivos visam tais estudos.

No que refere ao gênero (gráfico 10) constatou-se que as mulheres configuram as participantes de pesquisa mais frequentes, totalizando 90,50%; isso pode estar relacionado a expressividade das mulheres nas políticas, em outras palavras, a tendência dos direcionamentos e conexão das políticas sociais, de alguma maneira às mulheres; as políticas, por sua vez configuram um dos principais campos de atuação do profissional de Serviço Social, bem com um dos temas mais explorados nas pesquisas do programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, como este estudo revelou⁴⁶; Gomes (2011) pondera, as

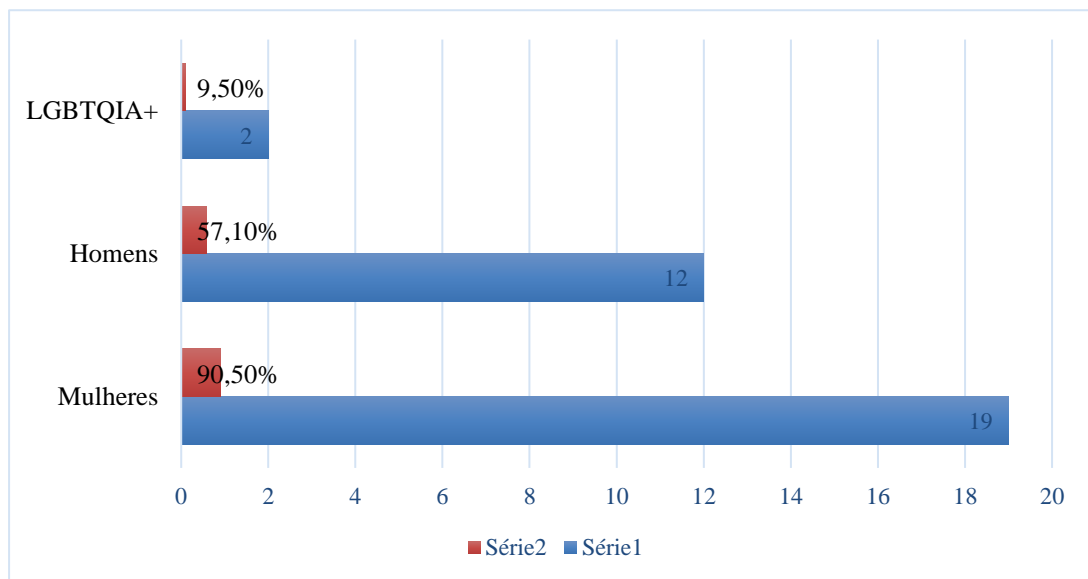
⁴⁵ Resolução n. 304 de 9 de agosto de 2000/CNS - Normas para Pesquisas Envolvendo Seres Humanos – Área de Povos Indígenas.

⁴⁶ Ver gráfico 1 no item 2.3

políticas públicas têm foco no feminino, e crítica, enquanto parte da reprodução social, enfatizando que não contemplam a perspectiva de gênero. Além do mais, ratifica que o serviço social é majoritariamente formado por mulheres ao observar o quantitativo de assistentes sociais relevado na pesquisa e demonstrado no gráfico 11.

Ademais, 57,10% dos participantes da pesquisa são homens, ou seja, 12 do total de 21 dissertações; e, 9,50% são participantes das LGBTQIA+, comunidade composta por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, trans, queers, pansexuais, agêneros, pessoas não binárias e intersexo, ou seja, 2 dissertações. Silva (2020, p. 12) pontua que “as discussões em torno do campo de estudo em Gênero e Sexualidade, encontram-se num processo fluido de desconstrução de paradigmas”. Ele acresce, estudos multidisciplinares com temática que abordam este perfil de participante da pesquisa nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, são de grande relevância acadêmico-científica, pois, permitem compreender os aspectos sociais, políticos, representativos, de identidade e de direitos em torno da construção desta categoria (SILVA, 2020).

Gráfico 10 – Identificação dos sujeitos nas pesquisas



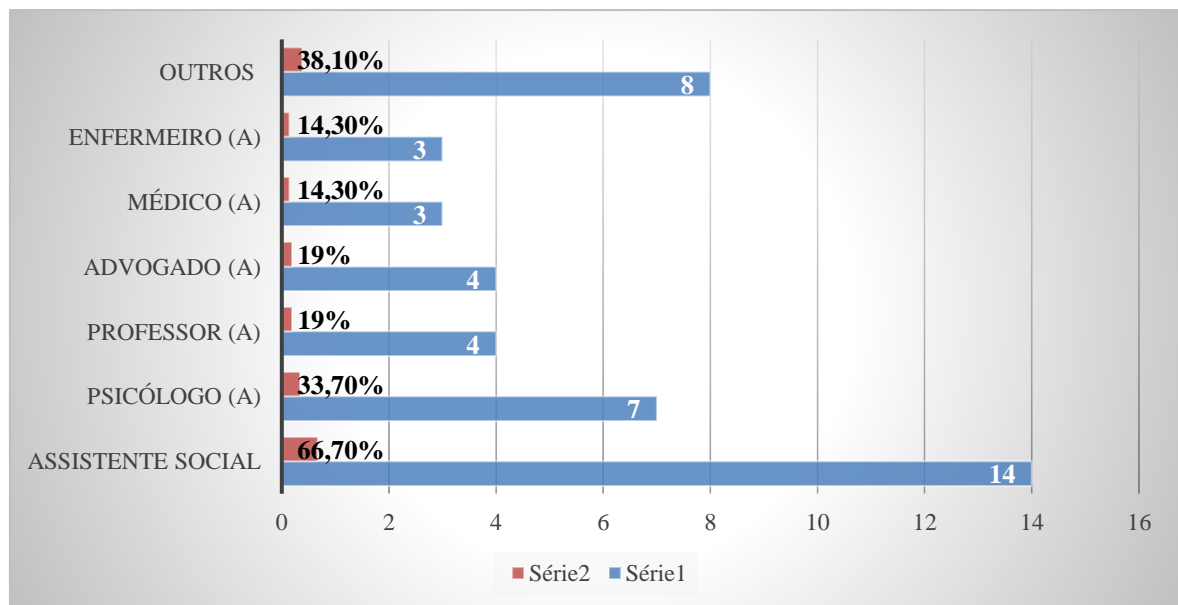
Fonte: Site <https://ppgss.ufam.edu.br/>

Elaboração: Própria (2022)

Do perfil dos participantes da pesquisa observa-se ainda a profissão desses (gráfico 11), 66,70% são de assistentes sociais, ou seja, 14 do total de 21 dissertações focam nesses sujeitos, isso denota que, o assistente social discute sobre serviço social, aqui é importante destacar que, 100% do total de 21 das dissertações analisadas são de discentes com formação (graduação) em Serviço Social, embora identificamos uma discente com duas formações, mas, uma delas em Serviço Social. Além disso, o assistente social se configura um profissional de referência das

principais políticas sociais exploradas nas dissertações, como assistência social e saúde. Constatou-se também que 33,70% são psicólogos, outro profissional de referência nas políticas sociais, como Assistência Social; 19% professores; 19% advogados, 14,30% enfermeiros, igualmente os médicos com 14,30%, se destacam como participantes de pesquisa, outros profissionais, totalizando 7, ou seja, 33,30%. Em suma, os seres humanos pesquisados são aqueles relacionados aos processos de trabalho do serviço social (psicológicos, advogados, médicos, entre outros), bem como a formação do serviço social (como os docentes).

Gráfico 11 – Profissão dos sujeitos das pesquisas



Fonte: Site <https://ppgss.ufam.edu.br/>

Elaboração: Própria (2022)

Desse panorama compreende-se que raramente as pesquisas abordam apenas um tipo de participante, por unanimidade trabalham adultos, as crianças não são trabalhadas como sujeitos de pesquisas, os adolescentes em poucos estudos, majoritariamente são mulheres, são sujeitos sociais relacionados as políticas públicas, e o assistente social é o profissional mais pesquisado.

Outra informação importante quanto aos participantes de pesquisa, diz respeito à questão das suas vulnerabilidades. De acordo com Resolução n. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, vulnerabilidade é o estado de pessoas ou grupos que, por quaisquer razões ou motivos, tenham a sua capacidade de autodeterminação reduzida ou impedida, ou de qualquer forma estejam impedidos de opor resistência, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido.

A Resolução 510/2016 acrescenta, a vulnerabilidade é a situação na qual pessoa ou grupo de pessoas tenha reduzida a capacidade de tomar decisões e opor resistência na situação

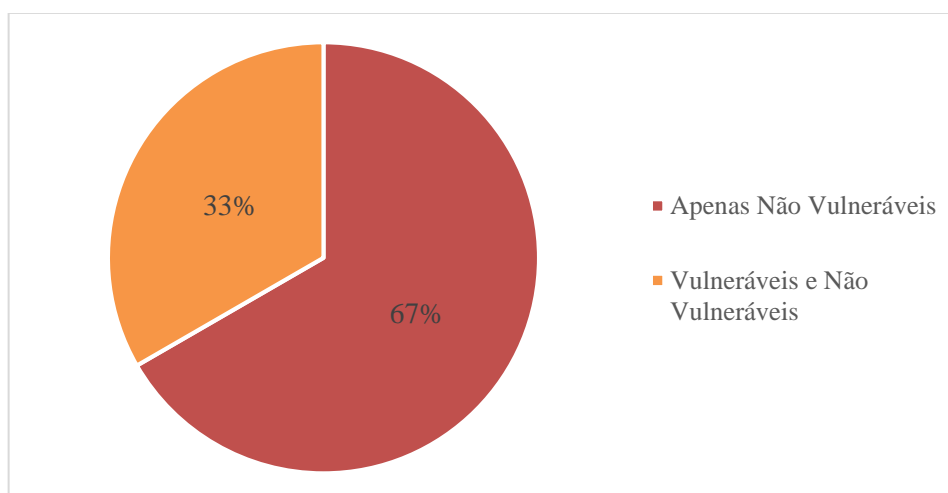
da pesquisa, em decorrência de fatores individuais, psicológicos, econômicos, culturais, sociais ou políticos (BRASIL, 2016).

Conforme Britto, Peres e Vaz (2011) a vulnerabilidade pode ser classificada em dois tipos: a decorrente de redução de autonomia ou incapacidade civil e a decorrente de uma condição sociocultural e econômica, ou seja, dois grupos de vulneráveis, dentre os quais pode-se citar os incapazes, crianças, mulheres grávidas, doentes mentais e comportamentais, populações de países subdesenvolvidos e povos indígenas. Guilhem e Diniz (2014) afirmam que vulnerabilidade é um conceito com várias facetas, pois, a eticidade destas levam a sério a proteção de grupos e pessoas vulneráveis, para além disso, a

vulnerabilidade [...] deve considerar aspectos de diferentes naturezas: individuais (idade, sexo, cor, condição de saúde, capacidade cognitiva); sociais (estrutura de proteção social e bens sociais) como saúde, educação e segurança; legais (normas e regulamentos que protegem os participantes de pesquisa); e culturais (construções sociais de gênero, raça ou idade, bem como representações sobre a ciência) É a partir do cruzamento desses aspectos que se consolida o conceito de vulnerabilidade (GUILHEM; DINIZ, 2014, p. 79).

A partir do gráfico 12, constata-se que, 67% do total de 21 dissertações analisadas, as pesquisas são direcionadas exclusivamente para participantes não vulneráveis; 33% das pesquisas trabalharam com seres humanos não vulneráveis e vulneráveis; quanto as populações vulneráveis, foi possível identificar, mulheres grávidas, adolescentes, idosos e populações de países subdesenvolvidos, por fim, não foi identificado pesquisas apenas como seres humanos vulneráveis.

Gráfico 12 – As pesquisas trabalharam com sujeitos pertencentes aos grupos vulneráveis:



Fonte: Site <https://ppgss.ufam.edu.br/>

Elaboração: Própria (2022)

O reconhecimento das particularidades das populações vulneráveis (quanto sua natureza individual, social, legal e cultural) são incorporadas nos debates e normativas éticas, no campo das pesquisas científicas, contudo, muitas vezes, tais sujeitos não ganham visibilidade nas pesquisas científicas dentro das universidades.

Nas pesquisas analisadas é perceptível a incompreensão da dimensão da eticidade quanto a tais exigências, há ausência de identificação quanto às definições, sobretudo, dos grupos vulneráveis, embora os participantes da pesquisa se enquadrem como pessoas desses grupos. Importa dizer que, isso não é uma normativa, mas é uma prerrogativa quanto ao tratamento ético, visto que pesquisas com pessoas e/ou grupos vulneráveis implicam outras exigências éticas que consideram fatores individuais, psicológicos, econômicos, culturais, sociais ou políticos desse ser humano, algo de suma importância para o conduzir da pesquisa.

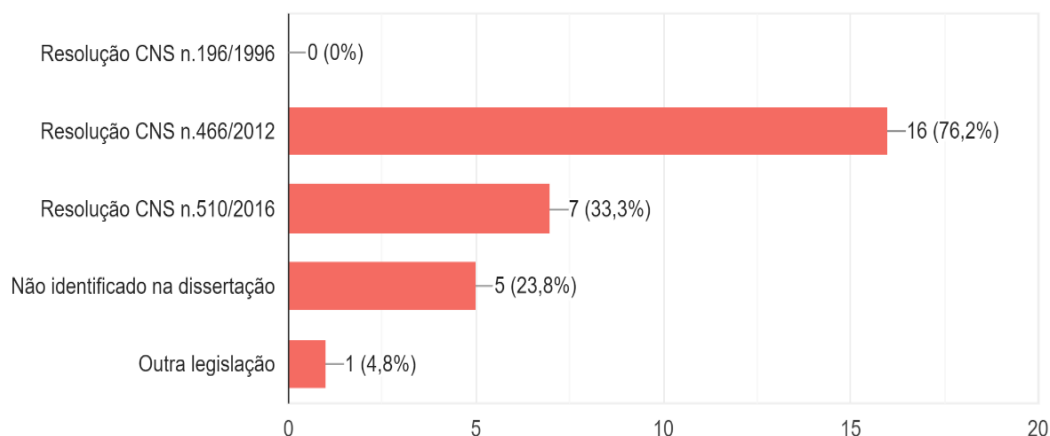
Evidentemente, a postura ética, sobretudo, dos profissionais e pesquisadores de quaisquer áreas do conhecimento, deve ser compreendida e materializada como um dever, implicações deontológicas, ademais, ética não é subjetiva, mas objetiva.

A eticidade da pesquisa implica diversos fundamentos éticos e científicos pertinentes, no Brasil, existe uma série de cartas e resoluções que constituem tais aspectos éticos. Nesse sentido, o gráfico 13 releva as resoluções parâmetros para tratativa ética das pesquisas com seres humanos no programa. Constatou-se que 76,2%, ou seja, 16 discentes do total de 21 se ancoraram na resolução CNS n. 466/2012, uma resolução com definições gerais sobre a ética em pesquisas, por isso é referência para todas desde 2012, depois da revogação da resolução CNS n. 196/1996. Cumpre destacar que a resolução 196/1996 não é mencionada nas dissertações analisadas demonstrando compreensão dos discentes quanto as normativas éticas vigentes, de mais a mais os CEPs não aprovam projetos de pesquisas com sinalizações dessa resolução como referência. Enfim, reconhecemos que a resolução 196/1996 foi um marco como diretriz e norma regulamentadora de pesquisa envolvendo seres humanos, contudo, não deve ser mais referências de enunciação ética em pesquisas com seres humanos na atualidade.

Gráfico 13 – Resoluções parâmetros para aplicabilidade da ética na pesquisa com seres humanos⁴⁷

Quais resoluções foram parâmetros para realização da pesquisa com seres humanos:

21 respostas



Fonte: Site <https://ppgss.ufam.edu.br/>

Elaboração: Própria (2022)

Verificou-se que 33,3%, totalizando 7, além da resolução CNS n. 466/2012 também se fundamentaram em normas éticas estabelecidas na Resolução Nº 510/2016 de 07 de abril de 2016, resolução voltada para Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvem a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana (BRASIL, 2016), sumamente, normas aplicáveis as diferentes particularidades das pesquisas dessas áreas.

É importante salientar que, “o Serviço Social é uma área do conhecimento das ciências sociais aplicadas, reconhecida pelas agências de regulação e fomento à pesquisa e pós-graduação (CNPq, Capes e Finep)” (MOTA, 2013, p. 18). De acordo com Cavalcante e Melo (2020, p. 225) “a Resolução 510/2016 ancora-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nas prerrogativas éticas”. Aliás, os princípios éticos das pesquisas em ciências humanas e sociais são condizentes com os princípios fundamentais do código de ética do profissional do serviço social, como pode-se observar no artigo 3 da resolução 510/2016.

Art. 3º São princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais:

I - Reconhecimento da liberdade e autonomia de todos os envolvidos no processo de pesquisa, inclusive da liberdade científica e acadêmica;

⁴⁷ Destaca-se que são 21 dissertações analisadas, mas cada uma pode apresentar mais de uma resposta, por existir dissertações que se ancoraram em mais de uma resolução.

- II - Defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo nas relações que envolvem os processos de pesquisa;
- III - respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes, dos participantes das pesquisas;
- IV - Empenho na ampliação e consolidação da democracia por meio da socialização da produção de conhecimento resultante da pesquisa, inclusive em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada;
- V – Recusa de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados e às diferenças dos processos de pesquisa;
- VI - Garantia de assentimento ou consentimento dos participantes das pesquisas, esclarecidos sobre seu sentido e implicações;
- VII - Garantia da confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz;
- VIII - Garantia da não utilização, por parte do pesquisador, das informações obtidas em pesquisa em prejuízo dos seus participantes;
- IX - Compromisso de todos os envolvidos na pesquisa de não criar, manter ou ampliar as situações de risco ou vulnerabilidade para indivíduos e coletividades, nem acentuar o estigma, o preconceito ou a discriminação; e
- X - Compromisso de propiciar assistência a eventuais danos materiais e imateriais, decorrentes da participação na pesquisa, conforme o caso sempre e enquanto necessário (BRASIL, 2016, p. 5).

Cavalcante e Melo (2020) afirmam que a resolução 510/2016 contemplam as particularidades das pesquisas em Serviço Social. Contudo, apenas 7 do total de 21 dissertações se ancoraram nessa resolução, conforme gráfico 13, embora todas abranjam o período pós criação da resolução 510/2016, isso não desqualifica a pesquisa no quesito ética, mas releva que ainda é necessário continuar avançando na discussão sobre a importância da resolução 510/2016 para Ciências Humanas e Sociais, bem como ao Serviço Social, enfatizando os aspectos adicionais relevantes.

Os dados (gráfico 13) revelam que 23,8%, totalizando 5 do total de 21 dissertações (com pesquisas com seres humanos) não incluíram uma anúncia dos parâmetros éticos norteadores da pesquisa, em outras palavras não foi identificado na dissertação quaisquer indicações a respeito das normativas éticas seguidas em todo o processo da pesquisa; 4%, totalizando 1, aponta outra normativa como guia ético, diz respeito algo mais específico e pertinente às questões do contexto pandêmico, lembrando que, a pandemia COVID-19 foi instaurada no Brasil no início de 2020 em decorrência do surto do novo coronavírus, impondo assim outros protocolos de biossegurança, conseqüentemente, normativas éticas complementares às particularidades do momento vivido.

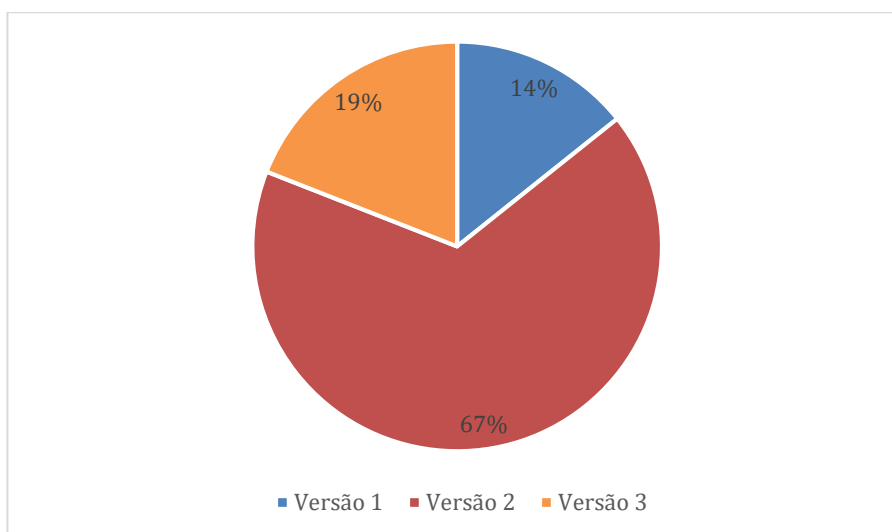
Ressalta-se, a Resolução N°466, de 12 de dezembro de 2012 que incorpora, sob a ótica da indivíduo e das coletividades, fundamentos da bioética, tais como, autonomia, beneficência, não maleficência, justiça, equidade, dentre outros, e visa a assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado (CNS, 2012);

e a Resolução Nº 510/2016 de 07 de abril de 2016 que considera a ética como uma construção humana, portanto histórica, social e cultural; considera também que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos, dentre outras (CNS, 2016), seguramente são exigências que visam valores correlatos a dignidade humana e proteção dos participantes das pesquisas.

Cabe frisar que, todo e qualquer projeto de pesquisa, que seja concernente a seres humanos, deve ser submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme definido na Resolução 466/12. E esta pesquisa relevou que 100% do total de 21 dissertações analisadas (do período de 2017 a 2020) tiveram o projeto de pesquisa submetidas ao CEP da Universidade Federal do Amazonas, um cumprimento ético fundamental. Importa dizer que, o programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, faz parte de uma universidade que possui um colegiado interdisciplinar para avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, ou seja, uma autoridade local para isso, portanto, elemento importantíssimo de apreciação ética.

Averiguou-se ainda, que todas as pesquisas foram aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa e possuem o Certificado de Apresentação e Apreciação Ética – CAAE. Conquanto, conforme no gráfico 14, 67% do total de 21 dissertações analisadas, ou seja, 14 dos projetos de pesquisas encaminhados ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) foram aprovados na 2ª versão; 19%, ou seja, 4 projetos, na terceira versão; em contrapartida 14%, ou seja, apenas 3 projetos de pesquisas foram aprovados na primeira versão.

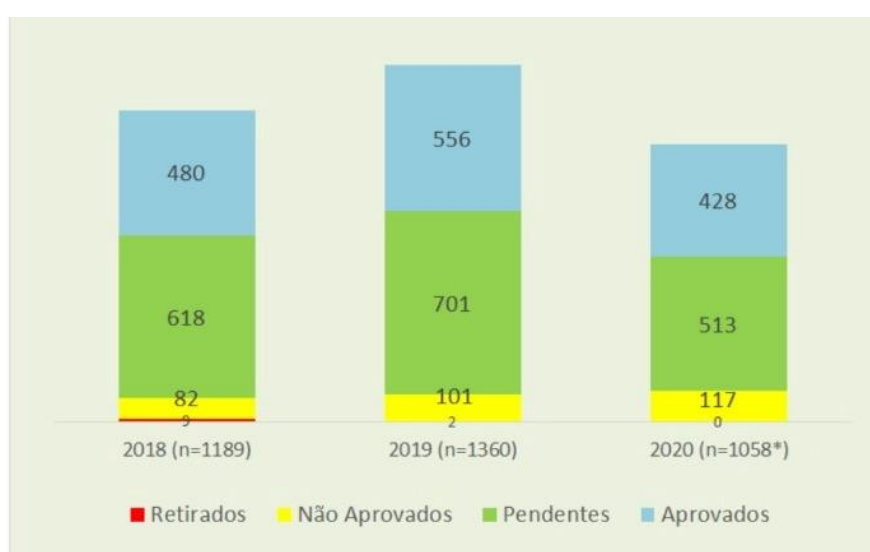
Gráfico 14 – Versão de aprovação do projeto de pesquisa



Fonte: Site <https://ppgss.ufam.edu.br/>
Elaboração: Própria (2022)

Isso revela uma dificuldade quanto ao cumprimento das exigências éticas, correlacionando esses dados como as estatísticas do CEP/UFAM, confirma-se tal afirmação, visto que, de acordo gráfico 15, no triênio de 2018-2020, no ano de 2018, dos 1.189 projetos de pesquisas submetidos ao CEP/UFAM 618 tiveram parecer com apreciação pendências; em 2019, de 1.360 projetos submetidos, 701 tiveram pendências; em 2020, este quantitativo até reduz para 513 de 1.058, contudo ainda são números expressivos de projetos de pesquisas com pareceres com essa apreciação. De acordo com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM o motivo mais frequente em “pendentes” diz respeito ao TCLE não adequado, e nos “não aprovados” é a falta de atendimento de pendência, sem resposta argumentativa para justificar; cabe ainda esclarecer que existem projetos que são retirados, ou seja, aqueles cujo pesquisador (a) solicita retirada do seu projeto da plataforma Brasil, podendo ser de quatro formas: projeto em edição; projetos submetidos com pendência documental e/ou parecer pendente; suspensão temporária de pesquisas aprovadas; e suspensão definitiva de pesquisas aprovadas (CEP/UFAM, 2020).

Gráfico 15 – Pareceres emitidos pelo CEP/UFAM no triênio 2018-2020



Fonte: Estatísticas da CEP/UFAM (2020).

É importante destacar que, na página virtual do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM⁴⁸, constam diversas orientações e modelos dos documentos legais, como Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e Termo de Anuência, principais resoluções referências, como Resolução 466/2012 de 12 de dezembro de 2012, Resolução Nº 510/2016 de

⁴⁸ <https://www.cep.ufam.edu.br/>

07 de abril de 2016, Norma Operacional N.001/2013/CONEP/CNS, entre outras informações pertinentes às exigências éticas. No entanto, o índice de dificuldade desvela como os programas de pós-graduação trabalham às exigências éticas voltadas para as pesquisas científicas, afinal, são neles que se concentram as pesquisas, e como os pesquisadores incorporam-nas.

Quanto aos documentos legais, o gráfico 16 demonstra que 66,7% do total de 21 dissertações analisadas, ou seja, 14, das pesquisas cumpriram a exigência ética anuência do participante da pesquisa e apresentaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE nos apêndices no trabalho final (dissertação); 42,9%, totalizando 9, o Termo de Anuência, ou seja, documento emitido pelo local que foi realizada pesquisa ou parte dela, que significa manifestação da instituição autorizando e apoiando à pesquisa; 4,8%, totalizando 1, apresentou o Termo Assentimento Livre e Esclarecido, anuência do participante da pesquisa, criança, adolescente ou legalmente incapaz, livre de vícios, dependência, subordinação ou intimidação (BRASIL, 2012), adolescente, no caso da dissertação analisada, destaca-se que, apenas 1 de 3 dissertações⁴⁹ que tiveram adolescentes como sujeitos de pesquisa observou tal exigência ética e apresentou o documento na dissertação, demonstrando transparência quanto à exigência ética.

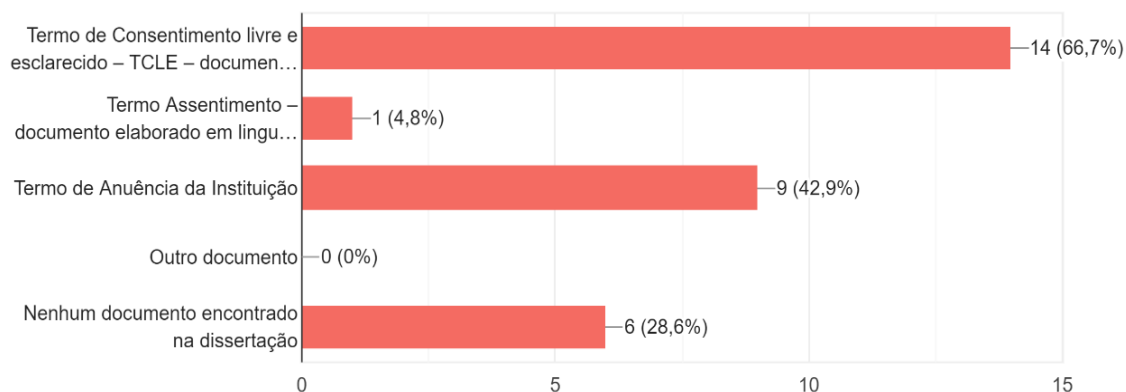
Além disso, 28,6%, totalizando 6 dissertações, nenhum documento foi encontrado, embora vislumbram-se relacionados no Parecer Consubstanciado do CEP, anexadas na dissertação, depreende-se que, exigência ética foi cumprida, documento realizado, porém não apresentado, os secundarizando, configurando assim, ausência de transparência no cumprimento das exigências éticas. Frisa-se, a apresentação dos documentos legais das exigências éticas são indicadores de transparências da eticidade na pesquisa, deste modo, uma produção do conhecimento eticamente mais apropriado.

⁴⁹ Ver informação no gráfico 9.

Gráfico 16 – Documentos legais encontrados nas dissertações

Quais documentos legais (cf. Resolução CNS n.466/2012) para realização da pesquisa com seres humanos foram encontrados na dissertação:

21 respostas



Fonte: Site <https://ppgss.ufam.edu.br/>

Elaboração: Própria (2022)

Para finalizar, a pesquisa científica aparece como ferramenta mais admissível para compreender a realidade que nos cerca e as necessidades que permeiam nossa sociedade, afinal, a pesquisa é um instrumento para construção do conhecimento científico, contudo, do projeto à comunicação dos resultados há rigor científico e normas, dentre essas, as exigências éticas devem ser premissas.

Em síntese, este capítulo, mostrou as racionalidades éticas no âmbito das pesquisas com seres humanos, reiterando que na construção do conhecimento há uma relação interativa entre sujeito e objeto, assertiva perceptível ao longo deste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para alcançar o conhecimento científico algumas posturas são essenciais, das quais duas se destacam, ter um espírito científico e ser um pesquisador com caráter ético. Entretanto, discorrer sobre ética não se configurou trabalho fácil, mas um desafio, a tenuidade do tema provocou receios e apreensões, incorporados sem necessidade, visto que, as reflexões ora apresentadas foram no sentido de elucidar sobre sua importância em todos os contextos e sublinhar a ética como um valor norteador do sujeito, seja ele pesquisador ou profissional.

Iniciou-se este estudo contextualizando a discussão em torno da teoria do conhecimento, as tendências que constituíram esse debate ao longo da história e constituem no tempo presente, pôde-se observar que as teorias e ideias são pautadas na forma do conhecer a realidade objetiva, estas ocorrem numa tríade tradicional envolvendo o sujeito e objeto, mas com diferentes configurações, como, o sujeito que conhece, o sujeito apenas reproduz o objeto e o conhecimento surge da relação interativa entre o sujeito e objeto, três possibilidades para a construção do conhecimento. As ponderações acerca da relação entre sujeito e objeto na construção do conhecimento denunciam um problema do conhecimento, com suposta crise de paradigmas na atualidade. Dessa forma, perceber que o caminho para análise é ontológico e não apenas gnosiológico.

Quando se fala em interação entre sujeito e objeto, significa que o sujeito é ser social que apreende a realidade concreta a partir de mediações numa processualidade, ademais, uma relação entre sujeito e objeto numa perspectiva ontológica. Nesse sentido, o sujeito é defendido como ser social parte de uma totalidade movido pelas relações sociais à luz da história e num movimento dialético, enfatizando que não tem como a natureza humana ser a-histórica; o objeto por sua vez é algo concreto que existe independente da consciência; contudo, as racionalidades estão intrinsicamente no processo de construção do conhecimento, ratificando que não existe sujeito dissociado daquilo que estuda. Enfim, na busca pelo conhecimento científico a pesquisa é ferramenta imprescindível, e no processo de construção as racionalidades éticas também são elementos constitutivos.

Nesta pesquisa, pôde-se vislumbrar um pouco da dimensão da construção do conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas, com enfoque no Serviço Social. O estudo centrado no debate da racionalidade ética nas pesquisas com seres humanos no âmbito do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, o qual versou sobre os valores éticos do sujeito (pesquisador responsável) e as exigências éticas do objeto (participante da pesquisa), frisando

que a intenção não é apresentar um conhecimento definitivo ou absoluto, mas apresentar aproximações do objeto investigado.

Os resultados demonstram que a opção pelo método Materialismo Histórico e Dialético é significativa nas pesquisas em Serviço Social vislumbradas no PPGSS, correlacionado ao terceiro modelo sistematizados por Schaff. Constatou-se as mulheres como as participantes de pesquisa mais frequentes, totalizando 90,5% do total 21 dissertações analisadas, a despeito de não estabelecerem discussão sobre gênero. Ressalta-se como importante também, que 67% das pesquisas são direcionadas exclusivamente para participantes não vulneráveis, mas em 33% das pesquisas os sujeitos pertencem aos grupos de seres humanos vulneráveis, entre eles se destacam mulheres grávidas, adolescentes, idosos e populações de países subdesenvolvidos, enfatizando que, as particularidades das populações vulneráveis estão incorporadas nas normativas éticas, no entanto ainda há invisibilidade desses sujeitos no cotidiano das pesquisas científicas no âmbito acadêmico em relação ao cuidado ético.

Destaca-se ainda, outro aspecto relevante, 33,3%, totalizando 7 do total de 21 dissertações analisadas, além da resolução CNS n. 466/2012 também se fundamentam em normas éticas estabelecidas na Resolução Nº 510/2016, resolução voltada para Ciências Humanas e Sociais, que se ancora na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e, tem seus princípios éticos condizentes com os princípios fundamentais do código de ética do profissional do serviço social, mas, o pouco ou falta de uso dessa resolução aponta a necessidade de continuar avançando na discussão da importância dos seus adicionais e preceitos éticos. Notou-se ainda, que alguns protocolos de proteção se configuram um aspecto dificultador, e, a secundarização da transparência revela uma lacuna no cumprimento das exigências éticas nas pesquisas com seres humanos no âmbito PPGSS.

Para finalizar, no fazer pesquisa, um rigor é necessário para sua cientificidade, dentre estas as normativas éticas, considerando que essas não são suscetíveis aos juízos de valores dos sujeitos pesquisadores, pois, não se configuram algo subjetivo, deste modo, são considerações deontológicas, logo, cumpri-las com severidade são responsabilidades, e não possibilidades.

Portanto, como contribuição deste estudo sugere-se a ampliação na formação em nível de pós-graduação que contemplem os aspectos éticos em pesquisa a fim de potencializar a pesquisa e a produção do conhecimento afastadas de comportamentos aéticos.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Edição revisada e ampliada. -Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; revisão da tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 5ª edição – São Paulo: Martins Pontes. 2007.

ADORNO, Theodor. **Sobre sujeito e objeto**. 1969. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/adorno/1969/06/sobre.htm>. Acesso em: 05.10.2020.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero**. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL/RJ (org.) Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: Os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro. 2013. p. 100-111.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira; ALENCAR, Mônica Maria Torres. Trabalho e Serviço social. In: Serviço Social: Trabalho e políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2011. (Capítulo 3)

ANDER-EGG, Ezequiel. **Introducción a las técnicas de investigación social**: para trabajadores sociales. 7. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: Introdução à filosofia. 2ª edição. São Paulo: Moderna, 1993.

ARISTÓTELES. **Tópicos e dos argumentos sofísticos**. São Paulo: Abril Cultural. 1978.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. 1996b. Disponível em: http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf. Acesso em: 16 de fev. de 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social e sociedade**. São Paulo: Cortez, nº. 50, p.143-171, 1996a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL- ABEPSS. **Grupos Temáticos de Pesquisa**. 2021. Disponível em <https://www.abepss.org.br/gtps.html>. Acesso em: 05 de nov. de 2021.

BACHELARD, Gaston. **A noção de obstáculo epistemológico**. In: BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. – Tradução Esteia dos santos Abreu – Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. 5. Ed. São Paulo: Cortez. 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Ética, política e emancipação**: a atualidade de nossas escolhas. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL/RJ (org.) Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: Os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro. 2013. p. 10-19.

BOSCHETTI, Ivanete. **A equidade e justiça social podem ser alcançados no capitalismo?** *In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL/RJ (org.) Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: Os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais.* Rio de Janeiro. 2013. p. 64-73.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Título VIII. Capítulo III. 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e Adolescente.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília. 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Notícias. Pós-graduação. **O que é CAPES?** 2021 Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/o-que-e-a-capes>. Acesso em: 05 de nov. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020** / Coordenação de Pessoal de Nível Superior. – Brasília, DF: CAPES, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-pnpg-volume-i-mont-pdf>. Acesso em: 05 de nov. de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 196/1996 de 10 de outubro de 1996.** Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html. Acesso em: 17 de nov. de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 466/2012 de 12 de dezembro de 2012.** Aprova as diretrizes e normas reguladoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 2012. Disponível em: www.conselho.saude.gov.br. PDF. Acesso em: 13 de set. de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 510/2016 de 07 de abril de 2016.** Aprova as diretrizes e normas reguladoras para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, 2016. Disponível em: www.conselho.saude.gov.br. PDF. Acesso em: 13 de set. de 2021.

BRAZ et al. **Histórico Bioética.** 1994. Disponível em: <http://www.ggente.org/bioetica/historico.htm>. Acesso em: 13 de set. de 2021.

BRITTO, Bárbara Neves de; PERES, Jonas Guido; VAZ, Neilo Márcio da Silva. A questão da vulnerabilidade no caso de pesquisas em seres humanos: algumas reflexões sociais e jurídicas a partir do quadro normativo. **Revista Âmbito Jurídico.** Cadernos Biodireito Revista 93. 2011. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-93/a-questao-da-vulnerabilidade-no-caso-de-pesquisas-em-seres-humanos-algumas-reflexoes-sociais-e-juridicas-a-partir-do-quadro-normativo/> Acesso em: 23 de fev. de 2022.

CARVALHO et al. **Pesquisa e socialização de conhecimentos da pós-graduação em Serviço Social.** *In: Pesquisa em serviço social e temas contemporâneos / (orgs.) Denise Bomtempo Birche de Carvalho [et al.].* São Paulo: Cortez, 2020. p. 17-25.

CASARA, Rubens. **Contra a Miséria Neoliberal. Autonomia Literária. 2021.**

CAVALCANTE, Lidiany de Lima; MELO, Lucilene Ferreira de. **Ética em pesquisa e a sociabilidade capitalista**. In: Pesquisa em serviço social e temas contemporâneos / (orgs.) Denise Bomtempo Birche de Carvalho [et al.]. São Paulo: Cortez, 2020. p. 219-231.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Set /Out /Nov /Dez 2003 No 24. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 de nov. de 2021.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. Ed. Ática. São Paulo: 2000.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social: uma análise das produções nos periódicos da área**. 2015. Disponível em: https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_2_255.pdf. Acesso em: 16 de fev. de 2022.

COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA – CONEP. **Livreto Conheça a Conep**. Ministério da Saúde. Brasília. 2017. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/conheca_conep_comissao_nacional_etica.pdf. Acesso em: 17 de nov. de 2021.

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA. **Estatísticas**. Universidade Federal do Amazonas. 2020. Disponível em <https://www.cep.ufam.edu.br>. Acesso em: 23 de fev. de 2022.

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA. **TCLE**. Universidade Federal do Amazonas. 2019. Disponível em: <https://www.cep.ufam.edu.br/>. Acesso em: 23 de fev. de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores**. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL/RJ (org.) Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: Os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro. 2013. p. 112-122.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Lei Nº. 8.662, de 7 de junho de 1993, Regulamentação da Profissão. Brasília: 1993**.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Resolução CFESS N. 273/93, de 13 de março de 1993**, institui o código de ética profissional dos assistentes sociais, e dá outras providências. In: Coletânea de Leis/Conselho Regional de Serviço Social: 15ª região Amazonas/Roraima. 2ª edição, Manaus: Editora Valer, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPq. **Diretório dos grupos de pesquisa do Brasil Lattes**. 2021. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/censo-atual/>. Acesso em: 09 de nov. de 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – CNS. Núcleo Gestão de CEP. **Mapa dos CEPs**. Ministério da Saúde. Brasília. 2022. Disponível em: conselho.saude.gov.br/comites-de-etica-em-pesquisa-conep?view=default. Acesso em: 24 de maio. de 2022

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Coleta CAPS**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira>. Acesso em: 09 de nov. de 2021.

COSTA, Oselva; et al. **Iniciação à Bioética**. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998.

CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2006.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Abril Cultural. 1973. (coleção Os Pensadores).

DINIZ, D; GUILHEM, D. **O que é Bioética**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

FALEIROS, Vicente de Paulo. **Estratégias em Serviço Social**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 1999.

FORTI, Valéria. **Considerações sobre o sétimo princípio fundamental do Código de Ética dos Assistentes Sociais: o pluralismo em debate**. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL/RJ (org.) Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: Os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro. 2013. p. 87-99.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS – FAPEAM. **Apresentação**. Disponível em: <http://www.fapeam.am.gov.br/>. Acesso em: 09 de nov. de 2021.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS – FAPEAM. **Programas e metas**. Disponível em: <http://www.fapeam.am.gov.br/>. Acesso em: 07 de fev. de 2022.

GOLDENDERB, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª.ed. Rio de Janeiro: Record. 2004.

GOMES, Simone da Silva Ribeiro. Notas Preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferências direta de renda – o caso do Bolsa Família no Brasil. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 10, n. 1, p. 69 - 81, jan./jul. 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/8560>. Acesso em: 23 de fev. de 2022.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, 2009.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 2ªed. Revista. São Paulo: Cortez, 1999.

GUERRA, Yolanda. **A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado.** *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.125-158, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2141>. Acesso em: 07 de nov. de 2021.

GUERRA, Yolanda. **Compromisso com qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional: significado, limites e possibilidades.** *In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL/RJ (org.) Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: Os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais.* Rio de Janeiro. 2013. p. 123-135.

GUILHEM, Dirce; DINIZ, Debora. **O que é ética em pesquisa.** São Paulo: Brasiliense, 2014.

HEGEL, Georg. **Fenomenologia do Espírito** – parte I e II – Tradução: Paulo Meneses. 2ª edição. Petrópolis:1992.

HUME, David. **Tratado da natureza humana.** – Tradução: Déborah Danowski. São Paulo: Edição Unesp, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 26ª edição. São Paulo: Cortez. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA (INPA). **Histórico.** 2013. Disponível em: <https://pesquisa.inpa.gov.br/>. Acesso em: 27 de jan. de 2022.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura.** - Tradução – Valério Rohden e Udo B. Moosburger. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2007.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.10, p. 73-82, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300008>. Acesso em: 07 de nov. de 2021.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo.** – Tradução William Lagos. – Porto Alegre: L&PM, 2009.

LEFEBVRE, Henry. **Lógica formal e lógica dialética.** – Tradução de Carlos N. Coutinho. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

LESSA, Sergio. A reprodução e ontologia em Lukács. **Trans/Form/Ação.** São Paulo: 17, p 63-79. 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/gvGg86BXc5tfZsZKzGVCcnJ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2021.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4ª edição. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Temas de Ciências Humanas, n. 4. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1978.

LUKÁCS, Georg. **A destruição da razão**. - Tradução de Bernard Herman Hess, Rainer Patriota, Ronaldo Vielmi Fortes – São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma Ontologia do ser social I**. – Tradução Carlos Nelsom Coutinho, Maria Duayer e Nélio Schneider. – São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma Ontologia do ser social II**. – Tradução Nélio Schneider. – São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **A questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Strirner. – Tradução de Milton Camargo Mota. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. (Coleção Vozes de Bolso).

MARX, Karl. **Grundrisse**. Rio de Janeiro, Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico- filosóficos**. – Tradução Jesus Ranieri – São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O capital**. 8ªed. São Paulo, Difel, 1982. Livro 1, v1. 1982.

MELO, Lucilene Ferreira de. **Formação Institucional e Desenvolvimento Regional no Estado do Amazonas**. In: Formação Institucional da Amazônia / Fábio Carlos da Silva, Nirvia Ravana, Organizadores. – Belém: NAEA, 2015. p.171-217.

MELO, Ruth Pereira de. **Pesquisa na Formação Profissional**: panorama dos temas das dissertações do PPGSS/UFAM. Resumo expandido. Anais do II Encontro Nacional de Trabalho Interdisciplinar e Saúde – ENTIS. 2021.

MINAYO, Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, 19 (4):1103-1112, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/DgfNdVrZzZbN7rKTSQ8v4qR/?lang=pt>. Acesso em: 04 de nov. de 2021.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/9kN3x6tySLZWBNGKsHk4rbS/?lang=pt&format=pdf#:~:text=A1%C3%A9m%20da%20constata%C3%A7%C3%A3o%20de%20ser,minha%20abordagem%20sobre%20a%20quest%C3%A3o>. Acesso em: 25 de fev. de 2022.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método na teoria social.** In: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais. 2009.

NETTO, José Paulo. **Liberdade:** o valor ético central do código (três notas didática) In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL/RJ (org.) Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: Os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro. 2013. p. 20-28.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo.** São Paulo: Brasiliense, 2006 - (Coleção primeiros passos).

NONATO, Josimara Martins Dias; PEREIRA, Newton Müller. Histórico da ciência na região norte do Brasil: a ciência em ação na Amazônia brasileira. **Perspectivas**, São Paulo, v. 44, p. 93-124, jul./dez. 2013. Acesso em: 27 de jan. de 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (Unesco). **Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos.** 2005. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_univ_bioetica_dir_hum.pdf. Acesso em: 17 de nov. de 2021.

PINHEIRO, Hamida Assunção; ANDRADE, Roberta Coelho Ferreira de; CUNHA, Marinez Gil Nogueira. A pós-graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas: contribuições para sociedade. **Ser. Soc. Soc.** São Paulo: n139, p.488-499, set/dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n139/0101-6628-ssoc-139-0488.pdf>. Acesso em: 25 de nov. de 2020.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço social:** um estudo preliminar sobre a categoria teórico e sua apropriação pelo serviço social. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista.** Edição eletrônica. São Paulo: Assembleia Legislação de São Paulo, 2002. Disponível em: www.jahr.org. Acesso em: 05.10.2020.

PRATES, Jane Cruz. **Introdução a Teoria e ao Método em Marx**, material didático. PPGSS, PUCRS, 2021.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. Textos e Contextos. Porto Alegre. V11, n1, p.116-128, jan/jul. 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. **Dissertações.** 2021. Disponível em: <https://ppgss.ufam.edu.br/>. Acesso em: 05.09.2021.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. **Regimento Interno**. 2015. Disponível em: <https://ppgss.ufam.edu.br/>. Acesso em: 18 de nov. de 2021.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética**. Editorial Crítica SA. Espanha. 1984.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. - Tradução: Maria Paula Duarte; revisão Carlos Roberto F. Nogueira – 6ª edição. São Paulo: Martins Pontes, 1995.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em serviço social: utopia e realidade**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Romulo Cardoso da. **Transcidadania: construção da cidadania trans em Manaus**. (Dissertação) Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. 2020.

SILVA, Ruteléia Cândida de Souza Silva; QUEIROZ, Imar Domingos; AHLERT, Betina. **Produção do conhecimento e relevância social: contribuições do PPGPS/UFMT**. In: Denise Bomtempo Birche de Carvalho; Inez Stampa; Joana Valente Santana; Maria Liduína de Oliveira e Silva (orgs.). *Pesquisa em Serviço Social e Temas Contemporâneos*. São Paulo: Cortez. 2020. p. 181-193.

SOUZA, Antonio Carlos. A ética marxista: aproximações conceituais, perspectivas políticas e educacionais. **Filosofia e Educação**, v. 9, n. 3, p.76-100, 16 dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/download/8651032/17342/34057>. Acesso em: 13 de set. de 2021.

TONET, Ivo. A crise das Ciências Sociais. **Serviço Social e Sociedade**, n. 41. Cortez. 1993.

TONET, Ivo. **Método Científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas. 1987.

TRUJILLO FERRARI, A. **Metodologia da ciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Catálogo de Pós-Graduação**. 2019. Disponível em: <https://propesp.ufam.edu.br/>. Acesso em: 18 de nov. de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Estatuto e Regimento Geral**. Disponível em: <https://ufam.edu.br/sobre.html>. Acesso em: 18 de nov. de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **História**. Disponível em: <https://www.ufam.edu.br/historia.html>. Acesso em: 18 de nov. de 2022.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA



JUSTIFICATIVA DA AUSÊNCIA DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE

E ESCLARECIDO

Conforme assegura a Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, em seu IV artigo que versa sobre o Consentimento Livre e Esclarecido:

IV.8 - Nos casos em que seja inviável a obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ou que esta obtenção signifique riscos substanciais à privacidade e confidencialidade dos dados do participante ou aos vínculos de confiança entre pesquisador e pesquisado, a dispensa do TCLE deve ser justificadamente solicitada pelo pesquisador responsável ao Sistema CEP/CONEP, para apreciação, sem prejuízo do posterior processo de esclarecimento.

Eu, Ruth Pereira de Melo, pelo presente termo, solicito ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas a **DISPENSA** do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em razão da pesquisa intitulada PESQUISA COM SERES HUMANOS: a racionalidade ética do sujeito e as exigências do objeto nas dissertações do PPGSS/UFAM, apresentar caráter retrospectivo, o que nos impossibilita de entrar em contato com os autores das dissertações; por se tratar de levantamento de dados junto a banco de dados ou similar, os quais serão mantidos em sigilo, em conformidade com o que prevê os termos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e do Termo de Anuência Prévia autorizado pela instituição Universidade Federal do Amazonas, onde a pesquisa será realizada.

Manaus, 20 de outubro de 2021.

Ruth Pereira de Melo

Pesquisador (a) responsável pelo projeto

ROTEIRO DE QUESTÕES

Título: PESQUISA COM SERES HUMANOS: a racionalidade ética do sujeito e as exigências do objeto nas dissertações do PPGSS/UFAM

Discente: Ruth Pereira de Melo Orientadora: Dra. Lucilene Ferreira de Melo

***Obrigatório**

1. Código de Identificação: *

2. Ano de aprovação da dissertação *

Marcar apenas uma oval.

2017

2018

2019

2020

Bloco 1: No que concerne ao sujeito

Objetivo: Evidenciar os valores éticos manifestos na escolha do objeto nas dissertações que envolveram pesquisa com seres humanos.

26/03/2022 18:49

ROTEIRO DE QUESTÕES

3. Qual o tema da pesquisa? Tendo como referência os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. *

Marcar apenas uma oval.

- Trabalho, Questão Social e Serviço Social
- Política Social e Serviço Social
- Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional
- Movimentos Sociais e Serviço Social
- Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social
- Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades
- Ética, Direitos Humanos e Serviço Social
- Serviço Social, Geração e Classes Sociais
- Não relacionado

4. O que motivou a escolha do objeto? *

5. Quais valores éticos se apresentam na justificativa do tema explorado na dissertação? Tendo como referência os princípios fundamentais do Serviço Social. *

Marque todas que se aplicam.

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas a garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física

6. Qual a racionalidade presente. *

Marcar apenas uma oval.

- Racionalidade instrumental
- Racionalidade crítica

26/03/2022 18:49

ROTEIRO DE QUESTÕES

7. Qual o método/teoria adotado. *

Marcar apenas uma oval.

- Fenomenológico/Fenomenologia
- Positivista/Positivismo
- Materialismo histórico dialético/Marxista
- Outros

8. Qual o paradigma que sustenta a racionalidade adotada para produção do conhecimento? *

Marcar apenas uma oval.

- Modelo Mecanicista da teoria do reflexo – o objetivo do conhecimento.
- Modelo Idealista e Ativista - o sujeito que conhece.
- Modelo Materialista e Realista da teoria do reflexo - o conhecimento como produto do processo cognitivo

9. Os instrumentos de coleta de dados encontram-se na dissertação? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

Bloco 2: No que concerne ao objeto

Objetivo: Identificar as exigências éticas do objeto/seres humanos da pesquisa nas dissertações.

10. Quais os sujeitos da pesquisa *

Marque todas que se aplicam.

- Crianças (0 a 12 anos incompleto)
- Adolescente (12 anos a 18 anos)
- Jovens (entre e 19 e 29 anos),
- Adultos (30 anos a 59 anos)
- Idosos (60 anos ou mais)
- Mulheres
- Homens
- LGBTQIA+
- Assistente Social
- Enfermeiro (a)
- Psicólogo (a)
- Professor (a)
- Advogado (a)
- Médico (a)
- Nutricionista
- Outros profissionais

11. A partir da definição vulnerabilidade– estado de pessoas ou grupos que, por quaisquer razões ou motivos, tenham a sua capacidade de autodeterminação reduzida ou impedida, ou de qualquer forma estejam impedidos de opor resistência, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido (cf. Resolução CNS n.466/2012). Os sujeitos pesquisados são? *

Marcar apenas uma oval.

- Vulneráveis
- Apenas Não vulneráveis
- Vulneráveis e não vulneráveis

26/03/2022 18:49

ROTEIRO DE QUESTÕES

12. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa –CEP? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não pode ser identificado

13. Em qual versão o projeto de pesquisa foi aprovado? *

Marcar apenas uma oval.

- Versão 1
 Versão 2
 Versão 3

14. Se sim, o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE é informado na dissertação? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

15. Quais resoluções foram parâmetros para realização da pesquisa com seres humanos: *

Marque todas que se aplicam.

- Resolução CNS n.196/1996
 Resolução CNS n.466/2012
 Resolução CNS n.510/2016
 Não identificado na dissertação
 Outra legislação

26/03/2022 18:49

ROTEIRO DE QUESTÕES

16. Qual abordagem metodológica adotada na dissertação? *

Marcar apenas uma oval.

- Qualitativa
- Quantitativa
- Mista
- Não informado na dissertação

17. Quais instrumentos de coleta de dados (ICD) e técnicas foram usados na pesquisa com seres humanos: *

Marque todas que se aplicam.

- Formulário
- Questionário
- Entrevista Semi-estruturada
- Entrevista estruturada
- Observação participante
- Grupo Focal
- Registro de reunião
- Diário de campo
- Roteiro de entrevista
- Outros
- Não identificado na dissertação

18. Quais documentos legais (cf. Resolução CNS n.466/2012) para realização da pesquisa com seres humanos foram encontrados na dissertação: *

Marque todas que se aplicam.

- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu representante legal de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar.
- Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) – documento elaborado em linguagem acessível para os menores ou para os legalmente incapazes, por meio do qual, após os participantes da pesquisa serem devidamente esclarecidos, explicitarão anuência em participar da pesquisa, sem prejuízo do consentimento de seus responsáveis legais.
- Termo de Anuência da Instituição
- Outro documento
- Nenhum documento encontrado na dissertação

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXOS



Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, Profa. Dra. Adriana Malheiro Alle Marie, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação em exercício, declaro na qualidade de representante legal instituída pela Portaria Nº.2840/2018, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Instituição Federal do Ensino Superior, estabelecida na Av. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, Nº 6.200, Coroado, Manaus, Amazonas, Brasil, anuência da Instituição coparticipante para o projeto "Pesquisa com seres humanos: a racionalidade ética do sujeito e as exigências do objeto nas dissertações do PPGSS/UFAM" para ser realizado pelo mestrando Ruth Pereira de Melo, sob a sob a coordenação e a responsabilidade da pesquisadora Profª. Drª. Lucilene Ferreira de Melo do Programa de Pós-Graduação Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia-PPGSS/UFAM e a coparticipação consiste na autorização da própria instituição anuente, em seu papel timbrado e com a assinatura do maior gestor, ou gestor com autoridade para tal a realização de consulta às dissertações (com pesquisa com seres humanos) elaboradas pelos discentes, no período de 2017 a 2020, disponíveis na base digital do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Manaus, 22 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por Adriana Malheiro Alle Marie, Pró-Reitor em exercício, em 22/10/2021, às 20:56, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufam.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0735295 e o código CRC 7B27A694.

Avenida General Rodrigo Octávio, 6200 - Bairro Coroado | Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Prédio Administrativo da Reitoria (2º andar), Setor Norte - Telefone: (92) 3305-1181 / Ramal 1496
CEP 69080-900, Manaus/AM, prosp@ufam.edu.br

Referência: Processo nº 23105.031784/2021-88

SEI nº 0735295

23/09/2021 09:03

SEI/UFAM - 0699180 - Declaração



Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Centro de Serviço de Psicologia Aplicada - FAPSI

DECLARAÇÃO

Em resposta ao Processo SEI nº 23105.031784/2021-88, declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com o atendimento psicológico, caso necessário, aos participantes da pesquisa intitulada "Pesquisa com seres humanos: a racionalidade ética do sujeito e as exigências do objeto nas dissertações do PPGSS/UFAM". Pesquisa orientada pela Prof.Dra. Lucilene Ferreira do Departamento de Serviço Social.

Atenciosamente,

Prof.Dr. Sérgio Sócrates Baçal de Oliveira,

Coordenador do Centro de Serviços de Psicologia Aplicada - CSPA

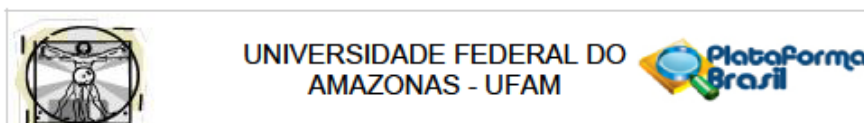
Portaria Nº 8, de 25 de março de 2021

Manaus, 21 de setembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por Sérgio Sócrates Baçal de Oliveira, Professor do Magistério Superior, em 21/09/2021, às 22:39, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

https://sei.ufam.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&id_documento=792160&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual... 1/2



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM

Plataforma
Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PESQUISA COM SERES HUMANOS: a racionalidade ética do sujeito e as exigências do objeto nas dissertações do PPGSS/UFAM

Pesquisador: RUTH PEREIRA DE MELO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 52973221.4.0000.5020

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

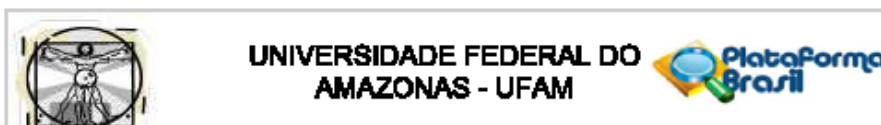
DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.122.529

Apresentação do Projeto:

Este projeto está centrado no tema pesquisa com seres humanos, um tema explorado e debatido mais na área das ciências biomédicas. É bastante conhecido os fatos históricos assustadores ocorridos na 2ª Guerra Mundial em prol do "progresso científico". Fatos estes, que posteriormente foram considerados crimes de guerras realizados por médicos nazistas, uma vez que se tratavam de experimentos cruéis com humanos em campos de concentração, sem o devido respeito e cuidado ético. Após o término da segunda Guerra Mundial, tais experimentos foram amplamente divulgados o que incitou um debate acerca dos valores éticos na aplicabilidade das pesquisas, sobretudo nas com seres humanos, surgindo assim, a ética em pesquisa, bem como documentos legais, como o código de Nurembergue. Esse código foi o primeiro documento de proteção ética aos participantes de pesquisas científicas, nasceu justamente como resposta ao julgamento dos crimes de guerra cometidos em nome da ciência nazista (GUILHEM E DINIZ, 2014). Reconhecemos o significado que tal documento trouxe a questão ética, uma resposta humanista, sobretudo às escabrosas atrocidades ocorridas nas guerras, contudo, segundo Guilhem e Diniz (2014, p. 9) "os pesquisadores não o assumiram como referência ética para ciência livre". É importante sinalizar que isso ocorreu em 1964 com a Declaração de Helsinque, um documento considerado de referência internacional para tratativa ética das pesquisas na saúde com ênfase aos direitos humanos. No entanto, tais documentos, declarações ou Lei de Biossegurança não se mostraram elementos suficientes para resolver ou mudar os comportamentos dos pesquisadores no que diz

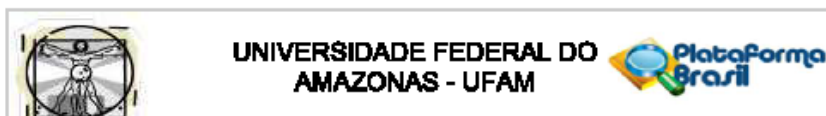
Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis
UF: AM **Município:** MANAUS **CEP:** 69.057-070
Telefone: (92)3305-1181 **E-mail:** cep.ufam@gmail.com



Continuação do Pensar: 6.125.029

respeito à ética nas pesquisas, tendo em vista que outros episódios ocorreram no percurso da história, como o Estudo Tusagee, nos Estados Unidos, nos anos 1970, que perdurou por 40 anos. Nas pesquisas sociais, temos os estudos sobre os Yanomamis liderados pelo antropólogo estadunidense Napoleon Chagnon considerados intrusivos (com intervenções médicas para retiradas do sangue dos indígenas para ser enviado a laboratórios nos Estados Unidos por meios alogotários) (MINAYO; GUERRIERO, 2014). Entretanto, salienta-se que, as duas guerras mundiais (uso de armas de destruição em massa; de massas e genocídios), bem como a possibilidade de manipulação genética (avanços da biologia e da engenharia genética) impulsionaram o surgimento das discussões sobre a ética em pesquisa. As reflexões sobre os conflitos morais são pertinentes até os dias de hoje, não apenas nas pesquisas em ciências biológicas, mas em todas áreas de estudo que pesquisem, sejam elas sociais aplicadas, humanas ou biomédicas. Na atualidade, a pesquisa científica segue um estatuto epistemológico, independente da área de conhecimento, para a construção do saber, pressupostos, estrutura lógica e postura teórica constituem-se elementos indispensáveis, sumamente, a ciência é a construção do conhecimento com um método (DEMO, 2006), além dos cuidados éticos. Aqui, nosso estudo traz como delimitação do tema, pesquisa com seres humanos: a racionalidade ética do sujeito e as exigências do objeto nas dissertações do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, sendo assim, nosso objeto de estudo foca na relação entre sujeito e objeto neste processo de construção do conhecimento. Destaca-se que, na relação cognitiva do processo de conhecimento a realidade sofre uma tríada, segundo Schaff (1995) trata-se do processo de conhecimento: o sujeito que conhece; o objetivo do conhecimento; e o conhecimento como produto do processo cognitivo. O referido autor analisa três possibilidades de relação do sujeito e objeto, numa o sujeito é dominante, outra o objeto é dominante, e outra possibilidade eles se relacionem. Nesse sentido, surge uma questão que se coloca como orientadora no processo de investigação deste estudo, a saber: se os objetos (de estudo) das pesquisas são seres humanos iguais aos pesquisadores, como se processou a relação sujeito e objeto nas dissertações do Programa Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia –PPGSS, tendo como ponto de partida a discussão teórica do sujeito e objeto? A fim de obter respostas este questionamento, o estudo se propõe analisar a relação sujeito e objeto sob o prisma da ética nas pesquisas realizadas com seres humanos por discentes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade– PPGSS da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. A pesquisa adotada para este estudo será documental, considerando os objetivos da pesquisa, somando-se a isso, o contexto pandêmico em decorrência do surto do novo coronavírus no início ano de 2020 e que

Endereço: Rua Teresina, 4690
 Bairro: Adrienópolis CEP: 69.057-070
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (82)3805-1111 E-mail: ucp.uam@gmail.com



Construção do Pensar: 6.192.829

perdura até presente momento. De acordo com a Organização Mundial de Saúde - OMS a COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), e devido sua expansão geograficamente em do mundo constitui uma Emergência de Saúde Pública de importância Internacional. O Brasil, vivencia o segundo ano de pandemia com um cenário assustador, níveis altos de casos, mortes, e a vacina segue atendendo um calendário de prioridades. O Amazonas viveu tempos de horrores com hospitais lotados, falta de oxigênio, com taxas altas de óbitos e impactos sociais preocupantes. Em decorrência da pandemia a Universidade Federal do Amazonas também adotou protocolos de saúde; estabeleceu um plano de biosegurança, o qual contém diretrizes e orientações visando estabelecer condições de segurança que atenuem a propagação do Covid19 e contribuam para a preservação da vida e da saúde de cada membro da comunidade da UFAM, bem como estabelecer procedimentos e critérios para o retorno da atividades presenciais de ensino, pesquisa, extensão, administração e serviços visando à prevenção da disseminação do novo Coronavírus. Por fim, cabe salientar que, esta pesquisa é apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM através do Programa de Apoio à Pós-Graduação stricto sensu – PÓSGRAD.

Hipótese: Nesse sentido, pode-se conjecturar que no processo de construção do conhecimento há um interação entre sujeito e objeto, a relação cognitiva tanto do sujeito como o objeto mantêm a sua existência objetiva real, ao mesmo tempo que atuam um sobre o outro, sobretudo nas pesquisas sociais, pois o saber é contextualizado e histórico, ademais, as racionalidades são singulares ao tempo e local, enfim, existem parcialidades.

Metodologia Proposta: Este trabalho optou-se pelo método de abordagem dialético. O método adotado tem como correntes filosóficas o materialismo histórico, uma teoria social crítica. O trabalho será construído com base na perspectiva crítica-analítica com uma abordagem metodológica mista, qualitativa e quantitativa. Do ponto de vista dos objetivos do estudo, optou-se pela investigação do tipo de pesquisa exploratória; o tipo de delineamento é documental, haja vista que as fontes são as dissertações. Por fim, trata-se de uma pesquisa básica no que concerne à classificação quanto sua natureza. A pesquisa dar-se-á em fases, a saber: Fase Exploratória: Esta fase será reservada a construção do referencial teórico metodológico - leitura dos autores que embasam a discussão da pesquisa. Levantamento Bibliográfico - pesquisa em bancos de dados de teses e dissertações, artigos, obras e literaturas específicas visando identificar autores e suas ideias e concepções que fundamentam teoricamente esta estudo. Leitura e fôreamento dos textos

Endereço: Rua Teresina, 4690
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.067-070
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (82)3808-1181 E-mail: ucp.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação de Pensar: 4.122.029

e obras – o ato de leitura com fichamento seguirá um cronograma mensal com mentoria da orientadora e tem como objetivo encontrar definições e conceitos chave para compreender o tema com mais aprofundamento e descobrir a contribuição dos autores ao tema em questão e, posteriormente, - na análise de dados - dialogar e pesquisar sobre objeto estudado. Fase Empírica: Para esta pesquisa elegu-se aquelas que se valem das chamadas "fontes do papel", pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2010); neste estudo, a documental. Nesta fase - Coleta de dados - está dividida em alguns momentos: 1) a catalogação de 100% das dissertações do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - PPGSS da Universidade Federal do Amazonas- UFAM, na base digital, isto é, no site <https://ppgss.ufam.edu.br/>, locus da pesquisa. 2) Leitura das dissertações e registro qualitativo dos dados, e posteriormente análise dos dados. Será estabelecido um roteiro de questões para coleta de dados que servirá para registro e padronização das informações obtidas. A análise textual de dados aqui pretendida, trata-se de uma análise de compreensão de dados, ou seja, análise de conteúdo. O período temporal definido é 2017 a 2020, tendo como marco a criação da Resolução N.510/2016, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde que dispõe as diretrizes e normas reguladoras para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais; além disso, entende-se que, as dissertações sob essa resolução seriam as produzidas no ano seguinte à sua publicação. Com recorte temporal (2017-2020), chegou ao quantitativo de 36 dissertações, universo da pesquisa. Esse quantitativo foi aplicado na fórmula (RICHARDSON, 2012), resultando o cálculo tendo como base um nível de confiança de 95% e um nível de significação de 0,05, no qual chegou-se numa amostra de 33 dissertações. Destaca-se que a amostragem será não probabilística, tipo intencional, Richardson (2012) assinala que nesta amostra de sujeitos, (no caso desta pesquisa, as dissertações) são escolhidos por critérios. Os cuidados éticos serão conforme aos parâmetros legais do Conselho Nacional de Saúde-CNS, tendo como base as Resoluções n. 466/2012 e a Resolução n. 510/2016, entre outras. O projeto de pesquisa será submetido na Plataforma Brasil para a tramitação ética de análise, avaliação e aprovação pelo Comitê de ética em Pesquisa, tendo em vista que se trata de pesquisa em Ciências Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvem a utilização de dados diretamente obtidos com informações identificáveis (neste estudo, as dissertações) segundo o artigo 1º da resolução 510/2016. Destaca-se que serão anexados o termo de anuência emitido pela Universidade Federal do Amazonas; declaração de atendimento psicológico, documento de solicitação de dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE junto ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, bem como o roteiro de questões.

Endereço: Rua Teresa, 4680

Bairro: Adrianópolis

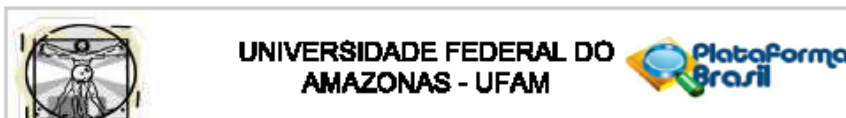
UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3308-1181

CEP: 66.067-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com

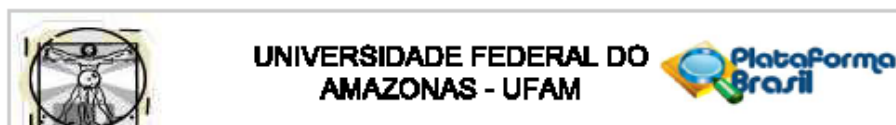


Contribuição do Pensar & 123,823

Critério de Inclusão: Dissertações com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa que conste (anexo) no trabalho a parecer consubstanciado com o CAAE. **Critério de Exclusão:** Dissertações com pesquisas com seres humanos realizadas fora capital (Manaus).

Metodologia de Análise de Dados: A análise textual de dados aqui pretendida, trata-se de uma análise de compreensão de dados, ou seja, análise de conteúdo, para Bardin (2011) esta técnica de análise de comunicações utiliza-se de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens. Esta técnica nos permitirá um confronto entre teoria e dados coletados, e assim fazer uma análise crítica do objeto estudado. Para isso, pretende-se fazer uma descrição das características do objeto de estudo e depois materializar o que constam nos dados, isto é, focar na compreensão dos dados contidos nas dissertações, a partir de uma leitura objetiva. Ressalta-se que, isso será realizado a partir da leitura do resumo, introdução, capítulo teórico, apêndices e anexos das dissertações, e caso necessário os demais elementos, ou seja, todo o documento, tendo como parâmetros as legislações que estabeleçam os aspectos éticos para pesquisas com seres humanos, bem como os princípios éticos do código de ética da profissão de Serviço Social, submatando-se à interpretação a partir do referencial teórico-metodológico que consiste na análise e discussão dos resultados de pesquisas sob o prisma de autores que pautam a reflexão teórica crítica, sistematização das informações consubstanciadas na dissertação de mestrado e sua posterior defesa pública. A análise de conteúdo das dissertações ocorrerá em etapas, a saber: Primeiramente, uma pré-análise, será feita uma organização com um levantamento do que precisa ser analisado nas dissertações, aqui podemos destacar a conclusão das perguntas do roteiro de questão; numa leitura flutuante levantar as respostas coletadas relevantes para pesquisas; com estas construiremos indicadores que norteiam à inferência. Segundamente, uma codificação, escolha de unidade de registro, neste estudo, nossa unidade de registro consistirá nos valores e esgândios éticos, bem como as abordagens aproximativas do objeto de pesquisas encontradas nas dissertações do PPGSS. Aqui faz-se necessário ter como conceito ainda o conteúdo que estas unidades de registro estão inseridas e, assim realizar o tratamento de resultados e transformar em categorias. Por fim, a categorização, nossas categorias serão por classificação, aquelas que se dividem os elementos e depois impõem-se a organização, ou seja, uma generalização analítica. De acordo com Bardin (2011, p.147) "as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destas elementos".

Endereço: Rua Teixeira, 4880
 Bairro: Adrianópolis CEP: 66.067-070
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (82)3806-1181 E-mail: ucp.ufam@gmail.com



Continuação do Projeto: 6.123.029

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar a relação sujeito e objeto sob o prisma da ética nas pesquisas realizadas com seres humanos por discentes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM.

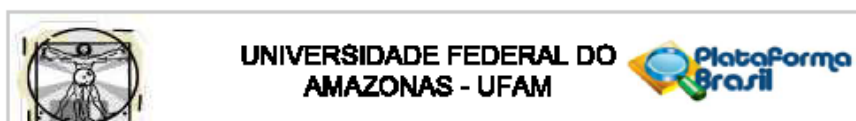
Objetivo Secundário: Verificar o panorama das temáticas de pesquisa nas dissertações a fim de perceber a incidência dos debates e a contribuição de assistentes sociais em nível de pós-graduação para sociedade; Evidenciar os valores éticos manifestos na escolha do objeto nas dissertações que envolverem pesquisas com seres humanos; Identificar as exigências éticas do objeto/seres humanos da pesquisa nas dissertações.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Depende-se que, os riscos podem ser de ordem psicológica, intelectual e emocional, no caso desta pesquisa (documental). Diante disso, elencamos alguns riscos: possibilidade de constrangimento e desconforto da instituição onde será realizada a pesquisa; receio das críticas e opiniões sobre o programa; estresse; medo, vergonha, quebra de sigilo e quebra de anonimato dos discentes autores das dissertações. Entretanto, para minimização dos riscos/danos algumas medidas, providências e atitudes serão adotadas, a saber: Garantia de acesso aos resultados individuais e coletivos; Assegurar a confidencialidade e a privacidade, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou instituições, isso será possível, pois faremos uma codificação em número das dissertações estudadas; Garantia de divulgação pública dos resultados sem quebra de anonimato; e A instituição se dispõe a assumir a responsabilidade de dar assistência integral às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos através do Centro de Serviço de Psicologia Aplicada (CSPA/FAPSI), com prestação de atendimento psicológico a participantes de pesquisas, e assim cumprir o estabelecido nas resoluções 400/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Benefícios: Cabe apontar os benefícios da pesquisa: promoção de melhoria do desenvolvimento das futuras dissertações, sobretudo no que diz respeito aspectos éticos exigidos pela resolução com seres humanos; geração de novas informações sobre a temática; ajudar encontrar soluções para enfrentamento do problema; contribuir para reflexão sobre o tema, e chegar a respostas para problemática levantada.

Endereço: Rua Teresa, 4000
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (82)3808-1181 E-mail: cep.ufam@gmail.com



Construção do Pensar: 4.122.029

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Tipo de estudo: mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM.

Caráter – acadêmico –

Patrocínio – próprio

País de origem – Brasil;

Nº de participantes – -33;

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

*Folha de rosto – apresentada e adequada, com todas as informações e assinatura, conforme as recomendações da Resolução 488/2012;

*Instrumental de pesquisa – apresentado e adequado.

*Projeto de pesquisa – apresentado e adequado, em conformidade com as normativas das resoluções 488/2012 e 510/2016.

Dispensa de TCLE - aprovado.

Condições ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo de pesquisa apresenta relevância nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, com temática atualíssima e emergente na área do desenvolvimento das pesquisas na região Amazônica.

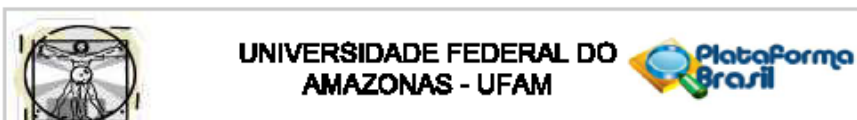
Após analisar o protocolo, o Colegiado do Comitê de Ética em Pesquisa considerou que todos os documentos apresentados foram reconfigurados e estão em conformidade com as normativas expressas nas Resoluções 488/2012 e 510/2016 sobre Pesquisas com seres humanos no país, além de estar adaptado ao contexto pandêmico, em conformidade com as exigências da Organização Mundial de Saúde e Carta Circular da CONEP (Comissão Nacional de Pesquisas) no que tange aos protocolos de biossegurança.

Resalta-se que após a aprovação do protocolo, a pesquisadora deve comprometer-se em apresentar o relatório parcial da pesquisa e relatório final, de acordo com a sinalização do item "XI – d" da Resolução 488/2012, já que trata-se de uma pesquisa com seres humanos com a devida anuência do CEP (Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, e entrega dos relatórios parcial e final às exigências normativas.

Diante dos documentos ora apresentados ao Colegiado Multidisciplinar do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, considera-se que a pesquisa está aprovada.

SMJ

Endereço: Rua Teresa, 4880
 Bairro: Adenópolis CEP: 69.087-070
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (82)3808-1181 E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.192.029

É o parecer.

Considerações Finais e critério do CEP:

Esta parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1849690.pdf	28/10/2021 08:57:31		Acesso
Folha de Rosto	Folha_de_rostoassinada.pdf	28/10/2021 08:48:23	RUTH PEREIRA DE MELO	Acesso
Outros	CARTA_DE_ANUENCIA.pdf	28/10/2021 08:47:38	RUTH PEREIRA DE MELO	Acesso
Outros	DECLARACAO_DE_ATENDIMENTO_PSIQUICOLOGICO.pdf	28/10/2021 10:36:42	RUTH PEREIRA DE MELO	Acesso
Outros	ROTEIRO_DE_QUESTOES.pdf	28/10/2021 10:32:53	RUTH PEREIRA DE MELO	Acesso
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	JUSTIFICATIVA_DE_AUSENCIA.pdf	28/10/2021 10:32:05	RUTH PEREIRA DE MELO	Acesso
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	28/10/2021 10:31:17	RUTH PEREIRA DE MELO	Acesso
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	28/10/2021 10:28:03	RUTH PEREIRA DE MELO	Acesso
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	28/10/2021 15:20:53	RUTH PEREIRA DE MELO	Acesso

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 24 de Novembro de 2021

Assinado por:
Elana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teixeira, 4680
Bairro: Adenópolis
UF: AM Município: MANAUS
Telefone: (82)3806-1101
CEP: 68.057-070
E-mail: cep.ufam@gmail.com

Página 6 de 6